

**A Economia Solidária
e os Novos Movimentos Sociais**

FICHA TÉCNICA

Edição

ACEESA (PER REVIEW)

N.º de registo na ERC

Nota - Isenta de registo na ERC ao abrigo do Decreto
Regulamentar 8/99 de 9/06 Artigo 12º nº 1 - a

Propriedade e Editora

ACEESA

Design gráfico

Teresa Pereira da Silva
Cresaçor / Criações Periféricas

Fotografia

Criações Periféricas

Impressão

Nova Gráfica

ISSN

1647-5968

Depósito Legal

293560/09

Tiragem

250 exemplares

Semestral

Junho 2014

Papel 100% reciclado fabricado em Portugal

Director

Rogério Roque Amaro

Sede de Redacção

ACEESA

Rua Maria José Borges, 137 1º esq
Fajã de Baixo
9500 - 466 Ponta Delgada

Director Adjunto

Artur Filipe Veiga Martins

Conselho de Redacção

Artur Filipe Veiga Martins
Catarina T. Ferreira Pacheco Borges

Secretária de Redacção

Marisa Silveira

Conselho Editorial

Cláudio Alves Furtado

Universidade de Cabo Verde

Gualter Manuel Medeiros do Couto

Universidade dos Açores

Jean-Louis Lavelle

Laboratoire Interdisciplinaire pour la Sociologie Économique

Jordi Estivill Pascual

Universidade de Barcelona

José Fialho Feliciano

Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa

José Manuel Henriques

Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa

Leão Lopes

Atelier Mar – Cabo Verde

Paul Israel Singer

Universidade de São Paulo

Pedro Hespanha

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

Rogério Roque Amaro

Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa

Victor Pestoff

Mid Sweden University

Comissão de Arbitragem Científica

António David Cattani

Artur Filipe Veiga Martins

Eusebia Nuez Garcia

Emanuel Leão

Jean-Louis Lavelle

Jordi Estivill Pascual

Luiz Inacio Germany Gaiger

Maria Rosário Alegria Baptista

Rogério Roque Amaro

Com apoio de



Governo dos Açores
Secretaria Regional da Solidariedade Social
Direção Regional da Solidariedade Social



cresaçor
Cooperativa Regional da Economia Solidária



Montepio

ÍNDICE

09	Nota Editorial Rogério Roque Amaro
	Bloco Temático
17	Altermundialismo, Novos Movimentos Sociais e Economia Solidária Bárbara Ferreira, António E. Teixeira Filho, Isabel Monteiro, Raquel Gonçalves
73	New Social Movements and cooperative federations as promoters of effective worker ownership: Lessons from Argentina and Brazil Ana Margarida Esteves
133	Mouvements sociaux et économie solidaire : l'exemple français des Associations pour le maintien d'une agriculture paysanne (Amap) Magali Zimmer
161	La Economía Social y Solidaria: ¿alternativa a este capitalismo toxico y estéril? Manuel Zaguirre
181	Gross National Happiness Um novo contributo ao conceito de Desenvolvimento Telma F. B. Gonçalves, António P. N. B. R. Fonseca, Catarina C. A. Abreu, Tatiana O. Gomes
	Nota Informativa
227	Globalizando la solidaridad Jordi Estivill
230	Normas Editoriais

Rogério Roque Amaro

Professor Associado do Departamento
de Economia Política da Escola de
Ciências Sociais e Humanas do ISCTE - IUL

NOTA EDITORIAL

Rogério Roque Amaro

A problemática dos «movimentos sociais» tem sido objecto de análise de várias das Ciências Sociais, nomeadamente da Sociologia, da Ciência Política, da História e da Filosofia Política. Podem ser definidos como «a acção conflituante de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de acção histórica»¹ ou, se se quiser, como processos ou dinâmicas de acção colectiva que procuram transformar (ou defender) certas componentes ou estruturas da sociedade. Têm sido identificados e estudados, com essa ou outra designação, a partir de finais do século XVIII².

Foram inicialmente associados às lutas operárias, por via das suas organizações de classe (sindicatos) ou dos partidos (socialistas ou comunistas) que assumiam a defesa dos seus interesses, visando a melhoria das suas condições de vida ou, de forma mais radical, o fim da sua exploração às mãos dos capitalistas, com a constituição de uma Ditadura do Proletariado e de uma sociedade sem classes..

Nesta perspectiva, pode-se dizer que Karl Marx foi um dos primeiros e, sobretudo, mais radicais teorizadores dos movimentos sociais, neste caso, daquele que foi, durante muito tempo (até, pelo menos, meados da década de 1960), considerado o movimento social por excelência das sociedades (industriais) modernas – o movimento operário, no quadro da luta de classes condutora da História e, portanto, tendo por base uma leitura materialista e dialéctica.

Nesse quadro, pode-se até dizer que, no essencial, a Sociologia clássica foi mareada, directa e indirectamente, pelas problemáticas inerentes à questão dos movimentos sociais, como decorre de várias das propostas de análise de clássicos como Max Weber e Émile Durkheim.

Sintomaticamente, a Economia Social, por muitos considerada a antecessora ou «a mãe» da Economia Solidária, afirmada, ideológica e filosoficamente, no século XIX, é também, em parte, uma emergência do movimento operário, integrando portanto uma das tendências desse movimento social, embora com fundamentações ideológicas, como o anarquismo e o socialismo utópico, que Marx criticou e combateu, por vezes violentamente, por não serem (suficientemente) revolucionários.

Desde meados dos anos 60 do século XX que alguns autores (como Touraine, numa primeira fase, mas já não mais recentemente³, Alberto Melucci, Claus Offe, Jürgen Habermas, Michel Foucault, Charles Tilly, Ilse Scherrer-Warren, Manuel Castells) se referem aos «Novos Movimentos Sociais» (NMS), que assumem algumas distinções importantes em relação aos movimentos sociais tradicionais de raiz operária.

Assumindo-se como movimentos de acção colectiva com uma identidade colectiva (à maneira de Melucci⁴) transversal, e já não delimitada pela pertença a uma classe ou grupo social de composição homogénea (como na «luta de classes» de Marx), vêm, desde a década de 1960⁵, convocando «minorias», segmentos da classe média, mulheres, jovens e outros grupos de interesse, ora conjunturais, ora mais permanentes. Podem assim ser identificados como NMS dinâmicas de acção colectiva como as de defesa dos direitos cívicos nos EUA, os ambientalistas, as feministas, os pacifistas, os altermundialistas, os ruralistas, o movimento LGBT, o Movimento dos Sem Terra, o Movimento dos Sem Tecto, os movimentos de defesa dos consumidores, os movimentos de defesa dos indígenas, os «Okupas» e, mais recentemente, os «Indignados» e tantos outros.

Distinguem-se dos movimentos sociais tradicionais por várias características (autores como Touraine, Foucault, Melucci, Castells, Habermas e Tilly, entre outros fundamentaram ou têm fundamentado essa análise), de que se sublinham as seguintes:

- Já não assentam essencialmente na questão das relações de produção e dos processos económicos (como na dialéctica burguesia-proletariado), focando antes problemáticas culturais, de sociabilidade, da vivência urbana e dos valores de referência (ética);
- Não visam o «assalto» ao poder do Estado (como no caso explícito da teoria leninista de conquista do Estado pelo Comunismo), mas sim a transformação das bases, dos valores, dos hábitos e das estruturas da sociedade, ou seja, procurando sobretudo inventar «novos modos de existência» (Deleuze), tentando também influenciar as políticas públicas;
- Põem em causa as formas clássicas de gestão dos conflitos sociais e da representação política, sendo transversais ou passando ao lado das lógicas partidárias e mobilizando formas inovadoras de acção política como a criação de associações e coligações «ad-hoc», a realização de «meetings» públicos, desfiles, vigílias, manifestações, petições, tomadas de posição nos media, distribuição de panfletos, ou seja, todo um «repertório de movimento social» (Tilly);
- Utilizam as novas tecnologias de informação e comunicação para mobilização e convocação dos/as aderentes, baseando-se numa lógica de rede e de sistemas virtuais (Castells⁶);
- Não assentam numa lógica de «identidade de classe», nem na classe trabalhadora, antes mobilizam outro tipo de grupos e interesses e geram identidades colectivas de natureza (e objectivos) muito diferentes e, por vezes, com adesões precárias e com grande plasticidade, no número e no compromisso.

Questão pertinente, e abordada por alguns autores (Jean-Louis Laville, Paul Singer e José Luís Coraggio, entre outros) é a de saber se a Economia Solidária também configura um NMS ou, pelo menos, quais as suas relações com alguns deles, à semelhança do que aconteceu com a Economia Social (designada, aliás, por alguns autores, sobretudo em França, por Economia Solidária), que, numa das suas expressões, a da solidariedade democrática (e não a da solidariedade essencialmente filantrópica, que depois ganhou mais peso, na segunda metade do século XIX), emergiu como uma das reivindicações e conquistas do movimento operário, em articulação com as lutas sindicais (mas não com as motivações e objectivos dos partidos comunistas nascentes).

À «maneira» de Alain Touraine⁷, pode-se dizer que a Economia Solidária contém os três princípios que, segundo ele, caracterizam um movimento social:

- a) Identidade, enquanto «auto-definição do actor social e consciência de pertencer a um grupo ou classe social», o que hoje é visível em várias das redes, encontros, congressos que os «movimentos» da Economia Solidária têm organizado e protagonizado desde finais do século XX;
- b) Oposição, no sentido de identificar «um adversário», ou seja, um sistema (o capitalista), em relação ao qual se opõe e se distingue, e ao qual procura ser alternativa;
- c) Totalidade, na medida em que «os actores em conflito, mesmo que este seja circunscrito ou localizado, questionam a orientação geral do sistema», procurando, de algum modo, «o controle da historicidade, isto é, dos modelos de comportamento, a partir dos quais uma sociedade produz as suas práticas»⁸.

Também na esteira de Tilly⁹, se pode dizer que a Economia Solidária combina, de algum modo, tal como os movimentos sociais, três elementos essenciais:

1. «A sustained, organized public effort making collective claims on target audiences: let us call it a campaign» (eu sublinho);

2. «Employment of combinations from among the following forms of political action: creation of special purpose associations and coalitions, public meetings, solemn processions, vigils, rallies, demonstrations, petition claims, statements to and in public media, and pamphleteering: call the variable ensemble of performances the social movement repertoire» (eu sublinho);

3. «And Participant's concerted public representations of worthiness, unity, numbers and commitment (WUNC) on the part of themselves and/or their constituencies: call them WUNC displays» (eu sublinho).

Este número 6 da Revista de Economia Solidária pretende precisamente contribuir para a discussão e abordagem de algumas destas questões.

Para isso, apresentam-se quatro artigos que visam directamente a relação da Economia Solidária com os NMS.

No primeiro, Bárbara Ferreira, António Eduardo Filho, Isabel Monteiro e Raquel Gonçalves, a partir de um trabalho realizado no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do ISEG, abordam e situam o altermundialismo como NMS e as formas que assume na Economia Solidária, nomeadamente a partir de algumas experiências de comércio justo e de fábricas recuperadas pelos trabalhadores na Argentina, no contexto da crise dos finais da década de 1990.

No segundo, Ana Margarida Esteves, na sequência dos seus trabalhos de Mestrado e Doutoramento em Sociologia, analisa algumas experiências de recuperação e apropriação colectiva pelos trabalhadores de unidades de produção na Argentina e no Brasil, que se assumem como exemplos de Economia Solidária, comparando as estratégias baseadas na acção colectiva, segundo

uma lógica de NMS, com as que assentam na monitorização formal de um processo deliberativo, mais tradicional, de tipo cooperativo.

No terceiro, Magali Zimmer dá conta do exemplo francês da AMAP – Associação para a Manutenção de uma Agricultura Camponesa («Paysanne»), como um movimento social de Economia Solidária, enquanto «quadro de acção colectiva», opondo-se à agricultura intensiva capitalista, comparando-o com outros movimentos congéneres, como as CSA – Community Supported Agriculture, nos EUA, ou teikeis, no Japão.

No quarto, Manuel Zaguirre, um experiente sindicalista catalão, apresenta o seu testemunho de lutador pelas causas do movimento operário, enquanto observador atento e actor empenhado das novas lutas da Economia Solidária, como alternativa a um «capitalismo tóxico e estéril», conjugando, no mesmo «narrador» as experiências e perspectivas dos «velhos» e dos novos movimentos sociais.

A completar estes quatro artigos, que abordam explicitamente o tema central deste número, junta-se uma nota de reflexão de Jordi estivill, membro do Conselho Científico da Revista, a propósito do RIPESS/ Europa – Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária/ Ramo Europa, das suas afirmações e reivindicações de alguns dos seus encontros, o que acaba por dar conta de algumas das iniciativas que procuram situar a identidade, o objecto e os objectivos da Economia Solidária como NMS.

Finalmente, apresenta-se um trabalho realizado por quatro jovens economistas do ISCTE – Telma Gonçalves, António Fonseca, Catarina Abreu e Tatiana Gomes – que aborda a proposta de um conceito e indicador alternativo (ao conceito de Desenvolvimento e aos seus indicadores tradicionais), que é o GNH – Gross National Happiness (FNB – Felicidade Nacional Bruta, também muitas vezes referenciado como FIB – Felicidade Interna Bruta), desenvolvido e posto em prática no Reino do Butão, desde finais dos anos 70 do século XX, e que hoje é utilizado e aprofundado por muitos outros autores e organizações internacionais.

Este último artigo não aborda directamente o tema da Economia Solidária e dos NMS, mas propõe um conceito alternativo que, a par de outros (como «wellbeing», «florescimento humano» ou «buen vivir», por exemplo), parecem actualmente configurar ou potenciar um novo movimento social a favor de novas formas e referências de Felicidade e Bem-Estar, muito diferentes dos propostos pelo sistema capitalista, e às quais a Economia Solidária não é alheia, antes pelo contrário, na medida em que propõe conceitos e formas económicas com valores e fins alternativos.

Em suma, a Revista de Economia Solidária procura, mais uma vez, situar-se nos debates actuais e trazer contributos, teóricos e práticos, que projectem os desafios e propostas da Economia Solidária, na sua fecunda diversidade.

Notas

¹ Cf. TOURAINE, Alain (1973), *La production de la Société*, Paris, Éditions du Seuil.

² Cf. TILLY, Charles (2004), *Social Movements: 1768-2004*, Boulder - Colorado, Paradigm Publishers.

³ Cf. TOURAINE, Alain (2013), *La fin des sociétés*, Paris, Éditions du Seuil, por oposição a, por exemplo:

TOURAINE, Alain (1984), *Le retour de l'acteur*, Paris, Librairie Arthème Fayard

TOURAINE, Alain (2005), *Un nouveau paradigme pour comprendre le monde d'aujourd'hui*, Paris, Librairie Arthème Fayard

⁴ “Collective identity is an interactive and shared definition produced by several interacting individuals who are concerned with the orientation of their action as well as the field of opportunities and constraints in which their action takes place.” Cf. MELUCCI, Alberto (2003), “The process of Collective Identity”, in Hank JOHNSTON and Bert KLANDERMANS (ed.) *Social Movements and Culture*, London, Routledge (2nd ed.).

⁵ Sendo, nos EUA, os grandes marcos de referência os movimentos de Direitos Cívicos (dos negros) e os pacifistas, desencadeados pela Guerra do Vietname e, na Europa, o Maio de 68

⁶ Cf. por exemplo, CASTELLS, Manuel (2007), “Communication, Power and Counter-Power in the Network Society”, in *International Journal of Communication*, n.1 pp. 238-266.

⁷ TOURAINE, Alain (1973), op. cit. p. 361-363.

⁸ Embora esta postura não seja, por vezes, claramente assumida por alguns (minoritários) dos que se afirmam da Economia Solidária, que parecem tender para a complementariedade com o sistema capitalista, incorrendo numa das falhas históricas da Economia Social, uma vez que não o põem verdadeiramente em causa. Ver a este propósito as críticas (e as propostas) de Euclides Mance, nomeadamente quanto à necessidade da Economia Solidária se organizar em redes e conceitos próprios (A Rede Solidarius). Cf. MANCE, Euclides André (2008), *Constelação Solidarius - As Fendas do Capitalismo e sua Superação Sistémica*, Passo Fundo (RS) Brasil, IfIL/ Editora Berthier.

⁹ Cf. TILLY, Charles (2004), op. cit., p.53.

Altermundialismo, Novos Movimentos Sociais e Economia Solidária

Bárbara Ferreira

Antônio E. Teixeira Filho

Isabel Monteiro

Raquel Gonçalves

**ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão, Mestrado de
Desenvolvimento e Cooperação Internacional**

Notas biográficas

Bárbara Ferreira é licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais pela FCSH/ Universidade Nova de Lisboa e tem o Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, realizado no ISEG/ Universidade de Lisboa. Atualmente está a realizar o Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações na mesma instituição. É investigadora do Centro de Estudos Geográficos e colaboradora do SOCIUS (ISEG/ UL).

Antônio Eduardo Filho é luso-brasileiro e licenciou-se em gestão de empresas no Brasil. Fez o Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, no ISEG/ Universidade de Lisboa, encontrando-se a trabalhar no sector bancário em Portugal.

Isabel Monteiro é cabo-verdiana e licenciou-se em Relações Internacionais pelo ISCSP/ Universidade de Lisboa. Fez o Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, no ISEG/ Universidade de Lisboa e é doutoranda em Estudos do Desenvolvimento na mesma instituição. É diplomata da República de Cabo Verde.

Raquel Gonçalves é licenciada em Antropologia pela FCSH/ Universidade Nova de Lisboa e tem o Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, realizado no ISEG/ Universidade de Lisboa. Foi colaboradora da Animar em Projetos de Apoio ao Desenvolvimento Local em meio rural e é actualmente técnica do ISU (Instituto de Solidariedade Universitária).

RESUMO

A globalização, pelo nível de interdependência e interação a que obriga os actores das relações internacionais, leva a que esse processo seja considerado irreversível. No entanto, cada vez mais aparecem movimentos que se intitulam de anti-globalização, insurgindo-se contra o status quo instaurado pelos princípios neoliberais que enformam a era global. Este trabalho propõe-se analisar o «Movimento Anti-globalização», tendo como ponto de partida o movimento iniciado a 30 de Novembro de 1999 (Seattle, EUA), por ocasião da Cimeira da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O objectivo deste trabalho é estudar algumas das formas que este movimento assume, incluindo as que se situam na área da Economia Solidária, para se poder escrutinar as suas características e evolução do seu papel na sociedade, mormente a(s) sua(s) proposta(s) alternativa(s). Pretende-se ainda averiguar se este movimento aglutina várias vozes altermundialistas, ou se, ao invés disso, aquelas não passam de grupos distintos com eventuais objectivos comuns, mas que seguem agendas separadas. Para se atingir o desiderato proposto, analisar-se-ão alguns aspectos essenciais de determinados movimentos alter-globalização, com o intuito de inferir se existe a possibilidade de um projecto unificado em torno da ideia de «um outro mundo é possível» ou diversos projectos diferentes.

ABSTRACT

Globalization is an irreversible process, as it is a powerful force that compels interdependence and interaction to political actors in the international arena. Nonetheless – and in spite of that – anti-globalization movements are on the rise, targeting mainly the neoliberal status quo that makes up the global era. This paper seeks to analyze anti-globalization movements. To such an endeavor, its starting point is the November 30, 1999 anti-global riot against the World Trade Organization Summit in Seattle, USA. The paper's ultimate goal is the study of different forms taken by the alter-globalization movement, namely regarding the Solidarity Economy, in order to understand its characteristics and role in the contemporary society and what concerns its proposed alternative. This paper also aims to analyze whether the movement has been functioning as an umbrella organization for different alter-globalization voices, or if, on the contrary, the movement has been characterized by distinct and autonomous groups with similar objectives yet disagreeing on their agendas. A few essential aspects of different alter-globalization movements will be scrutinized in order to discuss whether there is a chance of a political project around the idea of «another world is possible» or different collective projects.

Palavras-chave

Globalização; Altermundialismo; Movimentos Sociais

Key-words

Globalization; Alter-globalization; Social Movements

1. Introdução

O presente artigo visa examinar o Movimento Anti-globalização¹, com o intuito de melhor se compreender variados aspectos, do próprio movimento e de perspectivas analíticas com que o mesmo pode ser observado, bem como algumas das suas expressões enquanto Novos Movimentos Sociais e propostas de uma Economia Solidária. Devido à enorme variedade de informação e à multiplicidade de abordagens possíveis decidimos, em primeiro lugar, colocar as questões que nos pareceram mais pertinentes, depois procurar enquadrá-las na realidade empírica, para podermos, no fim, tentar responder coerentemente às diversas interrogações suscitadas, *a priori* e ao longo da investigação.

As questões de fundo aqui tratadas poderão ser então equacionadas da seguinte forma:

–Quais são as origens e características desse(s)

Movimento(s)? Como e por que surgiram? Como se organizam? Que objectivos têm? Quem participa nele(s)? Quais os resultados obtidos e a que níveis?

–Que potencial tem (têm) de efectivamente transformar o sistema dominante?

A presente investigação baseou-se na leitura de diversas obras e artigos, devidamente citados na Bibliografia. Devido à própria estratégia colectiva, do(s) movimento(s) alterglobalistas, uma grande parte da produção visível dos mesmos, pode ser encontrada *online*, pelo que explicitámos os *links* correspondentes, ao longo do texto ou na secção Sites, na última página da bibliografia.

A estrutura do artigo reflectirá, portanto, essa estratégia, cabendo ao ponto 2 uma clarificação de conceitos – o que é a globalização? E o que é o altermundialismo? O ponto 3 apresentará alguns exemplos de movimentos que, pelo seu peso histórico ou pela ruptura e/ou alternativa que representam, decidimos eleger para melhor observação de caso, nomeadamente o Movimento de Seattle 99', o Ambientalista, o Movimento de Empresas Recuperadas na Argentina, o Comércio Justo e o Fórum Social Mundial. O último ponto sumará as nossas considerações finais, articulando-as com as questões acima enunciadas.

2. Definição e exploração de conceitos

2.1. A globalização

Apesar da dificuldade em formular uma descrição que encapsule, definitivamente, o fenómeno complexo que é a globalização, podem ser tomadas, como ponto de partida, aproximações a esse conceito. As asserções de Soros, Adda e Baudrillard que abaixo explicitamos², exprimem alguns aspectos daquilo que mais significativamente tem representado e contribuído causalmente para a mudança ocorrida, não apenas no sistema económico, financeiro, político e de comunicações internacionais, como também nos padrões de comportamento cultural. O que une todas aquelas dimensões é a questão da interdependência mundial que este processo provoca, transformando, aparentemente, o nosso planeta numa «aldeia global», onde as fronteiras se diluem, o tempo e o espaço adquirem uma nova dimensão³ e se intensifica e acelera a extensão das relações à escala mundial. Associadas a estas valências, encontram-se também as repercussões nas realidades ambientais, institucionais, políticas, organizacionais, jurídicas e migratórias, entre outras⁴.

O factor que, porventura, mais influenciou os ritmos e as dinâmicas geradas neste salto paradigmático⁵ foi o desenvolvimento tecnológico que o avanço dos transportes e das comunicações catapultou. A par disto, o que largamente facilitou a globalização, tal como hoje a conhecemos, foi a ascensão proeminente, a partir de finais da década de 1970, das políticas económicas de liberalização e desregulamentação. A adopção dessa doutrina neoliberal, largamente fundamentada nas teorias neoclássicas e nas teses monetaristas, que foi levada a cabo por uma grande parte dos países e Instituições Financeiras Internacionais, particularmente as de Bretton Woods (FMI, Banco Mundial e OMC), conheceu um momento de franca disseminação aquando da queda do bloco soviético e a consequente hegemonização norte-americana⁶. O que Soros (apud Conversi, 2004) apelida de

«fundamentalismo do mercado livre», exprime-se de tal maneira que as regras dos mercados internacionais se vão substituindo às políticas governamentais ou, de forma mais rigorosa e quiçá menos ingénua, tornam-se as políticas estatais.

A aplicação do receituário que veio a ser epitomizado como Consenso de Washington, tornou-se a contrapartida e a imposição condicional da, assim denominada, integração e da Ajuda Internacional, num sistema onde se dizia que não havia outra alternativa (T.I.N.A. – *There Is No Alternative*⁷). Mas se, por um lado, aquele é pintado com a carga de inevitabilidade e a promessa auspiciosa de promover o desenvolvimento, a riqueza, o bem-estar, o progresso tecnológico, a paz e a democracia, ou uma espécie de panaceia universal, por outro lado, a realidade tem vindo a desmascarar efeitos esmagadoramente perversos⁸.

Nomeando-se apenas alguns, conta-se a degradação ambiental, o esgotamento e espoliação de bens comuns, as sucessivas crises financeiras e económicas, a privatização de bens públicos, os monopólios de propriedade intelectual, o crescente fosso na distribuição da riqueza mundial⁹, a inacessibilidade ou o reservado acesso às tecnologias de informação e comunicação, ou a direitos humanos fundamentais, ou a manipulação dos organismos internacionais pelas potências mundiais, esconjurando produções do direito internacional (público ou privado), para *a posteriori* afirmar *de fato* a *Realpolitik*, i.e. a posição mais conveniente, seja a nível de política ambiental, comercial, militar ou bélica.

Todos estes factores, que não podem aqui ser aprofundados, não obstante os seus mecanismos operativos e desenlaces históricos merecerem especial atenção, catalisaram um terreno fértil para o emergir de movimentos sociais, explicitamente os movimentos críticos à globalização, cujo desiderato é lutar contra o estado de injustiça ao qual aquela terá conduzido o mundo, com contornos de uma plutocracia internacional que não olha à degradação planetária e à desqualificação da vida humana para atingir os seus fins.

2.2. O altermundialismo

É neste contexto de forças e efeitos contraditórios que o conceito de altermundialismo tem vindo a florescer. Conforme já referimos, aqui não se distinguirá o uso daquele ou do conceito antiglobalização, mas devemos adiantar que, a mudança de prefixo sugere uma alteração na percepção e concepção da luta contra a globalização neoliberal, que passa do simples posicionar contra a mesma, para a crença de que há alternativa(s) àquela¹⁰. Mas para analisarmos melhor este movimento contemporâneo, devemos explicitar as raízes sociológicas do mesmo, porquanto nelas encontramos pistas para o presente.

Começemos por recordar que, desde a utopia humanista de Thomas Moore, à proposta iluminista de Kant, passando pelas teorias de Rousseau sobre a natureza humana e a sociedade, entre outros, encontramos vários fundamentos teóricos para os ideais enunciados pelos movimentos sociais da Modernidade. As Revoluções Liberais (particularmente a de França, pela sua radical ruptura ideológica com o Absolutismo e, durante algum tempo, com qualquer ideia de autoridade central, como o exemplo da Comuna de Paris exaltou) e a Revolução Industrial vieram assim moldar as mudanças socioculturais e económicas que vieram a caracterizar os pressupostos da Idade Moderna¹¹. A aposta na Razão e no Progresso, abraçada pelos intelectuais e pelos povos inebriados pelas promessas de uma nova constituição, não apenas política, mas social, cedo começaram a ser contrapostas pela observação de persistentes desigualdades, desta feita perpetradas não pela ultrapassada aristocracia, mas pela ascendente burguesia. As insurgências operárias luddistas, que na Inglaterra do princípio do século XIX, destruíam as máquinas e as tecnologias fabris existentes, começaram por ser sintomas de que o optimismo face àquela época não era consensual. Variadas obras, acontecimentos e teorias vieram consubstanciar esse facto, destacando-se o surgimento dos movimentos operários e dos movimentos feministas, para além das sistematizações anarquistas e

socialistas denunciando a exploração assalariada instalada, o patriarcalismo e as iniquidades políticas e civis, e o Estado Moderno enquanto elemento perpetuador da submissão às injustiças sofridas.

Esta breve incursão histórica serve como contextualização e como ponte para a actualidade, lembrando-nos que a evolução da Humanidade não atingiu ainda a realização dos cânones da «Liberdade, Igualdade e Fraternidade»¹², deflagrados há mais de dois séculos. Cynicamente, pode-se argumentar que, algures ao longo deste hiato, o *povo* transformou-se em *massa*, a liberdade derivou em individualismo, a igualdade em estatuto, e a fraternidade em caridade.

Demarcando a sociedade pós-industrial da anterior, novas utopias (e/ou distopias) emergiram em cena, trazendo novas reivindicações aos movimentos sociais. Os anos 60' e, especialmente, o Maio de 68', reflectiram um desejo de libertarismo e de contestação à ordenação moderna e aos seus pilares económicos, políticos e culturais.

Talvez que a última tenha sido, de todas as reivindicações, a mais protuberante, não exactamente pelas suas (segundo os parâmetros da época) «excêntricas» manifestações, mas pela disrupção que ocorria nos bastidores dessa manifestação, i.e. o direito a desenvolver e a viver uma cultura própria e autónoma, o que deslocava, talvez pela primeira vez na história ocidental, o primado da economia e da política para essa esfera. Os promotores iniciais daquela contra-cultura eram, na sua grande maioria, jovens, de classe média, inseridos numa sociedade que se situava no culminar dos gloriosos 30 anos do *welfare state*, através do qual as iminentes contradições materiais eram relativamente bem colmatadas. Daí a surpresa do movimento dessa geração, cuja preocupação não era nem o direito ao sufrágio, nem a clássica liberdade política, nem o desemprego, o salário, ou as más condições laborais, mas antes, as guerras (principalmente a do Vietname e as tensões nucleares da Guerra Fria), a profundidade e extensão das

raízes e das ramificações do poder e da autoridade, a alienação individual e social, os estilos de vida e comportamentos materialistas de consumo, a subalternização da criatividade a favor da previsibilidade mecânica, entre outras¹³.

A frase (herdada de Ernesto «Che» Guevara), «Soyons réalistes, demandons l'impossible!», que acabou por descrever poeticamente aquele(s) mês em França de fervor onírico e revolucionário, reflecte o espírito inconformista desse momento. O movimento estudantil alastrou-se espontaneamente para movimentos de trabalhadores, não sem a contrafeição reaccionária de partidos de base proletária e sindicatos, que nele temiam uma rebeldia indomável e uma oposição, tanto ao socialismo real, quanto a qualquer dirigismo hierárquico (Rota, 2008). A intensidade dos acontecimentos foi, depois, rapidamente suprimida, e em finais de Junho o cenário parisiense de estado de sítio, tinha já regressado à normalidade.

Não obstante o fracasso dos objectivos mais amplos de transformação social do Movimento de 68' – essencialmente, apenas logrou o aumento do salário mínimo e uma reforma orgânica das universidades – as influências do mesmo (e de outros, como o dos EUA e o da Itália, mais tarde) fizeram e fazem-se sentir ainda, explicitamente em torno dos chamados Novos Movimentos Sociais. O anti-institucionalismo, as iniciativas de democracia participativa e de autogestão, a valorização da singularidade e da subjectividade, a descentralização do económico a favor da preocupação com valores humanos, ambientais e culturais, moldaram o panorama identitário, ideológico e pragmático das contestações e das acções colectivas.

Qualquer tentativa de descrever o altermundialismo não pode negligenciar uma leitura holística do que poderá significar «um outro mundo». E esse holismo tem sido consistentemente alargado pela problematização decorrente da aparição de novos movimentos, reivindicações, manifestações, interrelações, desejos, propostas, práticas, experiências, etc. O altermundialismo radica primordialmente nessa multiplicidade de

substâncias e formas que compõe as perspectivas factuais e normativas do que é e deve ser o mundo e como nele devemos actuar. Pressupõe-se que a adesão a esse exame crítico não seja reflexa, mas reflexiva, incorporando a própria produção de sentido que cada um realiza subjectivamente e lhe confere.

Segundo Touraine (2009), a importância do movimento altermundialista advém do facto de que «está mais centrado nele mesmo do que em seu adversário», pelo que «a afirmação de si e os exercícios visando aumentar a sua própria capacidade de compreender, de comunicar e de agir já não são mais simplesmente as etapas preparatórias de um movimento social, mas sua componente principal.»

Ainda segundo este autor, «é necessário mudar o ponto de vista» de uma «versão vertical da história política e social», à qual «todos nós permanecemos prisioneiros» (idem), e é essa emancipação fundamental de que o altermundialismo trata, através do crescente reconhecimento de identidades comuns embora diversas, de visões construtivas e de objectivos complementares.

Independentemente dos enfoques privilegiados no estudo desta matéria, é perceptível que, no âmago da alterglobalização, encontramos o trajecto histórico da economia política mundial, mas também da construção do sujeito. Assistiu-se à consagração do pós-fordismo como modo de organização da produção e, concomitantemente a esse, ao emergir de diversas rupturas nas concepções filosóficas, ideológicas, políticas, económicas, ecológicas, estéticas, etc. Seguiram-se-lhes os movimentos sociais, que espelharam essas reformulações ou os efeitos das mesmas.

Aquela dupla construção, simultaneamente material e subjectiva, vive hoje tempos ambíguos e interessantes, aos quais voltaremos adiante. Por ora, abordaremos alguns dos Novos Movimentos Sociais, de forma a melhor entendermos o que se pode, pragmática e teoricamente, conceber como altermundialismo.

3. Novos movimentos sociais

3.1. Seattle 99'

O movimento que irrompeu em Seattle, a 30 de Novembro de 1999, foi considerado o ponto de partida para a consolidação de um movimento anti-globalização de carácter global¹⁴, eclodindo a partir de uma contestação histórica de inúmeros movimentos que já existiam no contexto da sociedade civil mundial contemporânea. Oriundos de diferentes países e percursos, reuniram-se em contestação do que seria a última reunião da OMC do século XX, chamada de «Ronda do Milénio», agregando ecologistas, anarquistas¹⁵, trabalhadores sindicalizados, estudantes, pacifistas e humanistas, que compareceram de forma livre e autónoma. Cada um defendia a sua ideologia e protestava à sua maneira: os ecologistas fantasiavam-se de animais e árvores, os pacifistas usavam branco, o movimento homossexual levantava a sua bandeira, os sindicatos as suas faixas e discursos.

Interessante é o facto de *Seattle* não ter sido algo previamente organizado, pelo menos além do que é considerado «padrão» nas manifestações. De facto, já eram muitos os grupos que rotineiramente se deslocavam para as cidades onde ocorreriam as reuniões dos grandes actores económicos mundiais¹⁶. Contudo a forma como tudo aconteceu em Seattle merece esta particular relevância. Além daqueles manifestantes e de delegações de muitos movimentos de países do Sul (representantes do MST – Movimento dos Sem Terra, Zapatistas, entre outros), Seattle contava ainda com a sua merecida reputação de possuir movimentos estudantis e sindicatos fortes e interventivos. Além disso, o momento era de grande tensão diante dos resultados do acordo da NAFTA – North American Free Trade Agreement – para os trabalhadores americanos¹⁷. E foi assim, com o apoio dos sindicatos locais, que o movimento ganhou a grande dimensão verificada.

Mas não foi só uma questão de números, pois *Seattle* fez forte uso do apelo da «acção directa», segundo McDonald (2006), com as técnicas de envolvimento da sociedade através das artes, como a dança, pinturas, música, de entre outras manifestações artísticas¹⁸. A essa somou-se a estratégia de desobediência civil (resistência não-violenta), enquanto outros grupos, nomeadamente o *Black Bloc*¹⁹ reivindicaram estratégias de acção directa mais violenta²⁰. Os manifestantes precisavam de se expressar e de serem ouvidos e, desta forma, *Seattle* foi a festa do «power to the people» («poder para o povo») (frase amplamente evocada durante as manifestações).

Mas a vitória de *Seattle* não veio sem a luta e sem as baixas, quiçá necessárias para tal²¹. O documentário de produção independente «*This is what democracy looks like*» (1999), realizado através das imagens captadas por mais de 100 manifestantes durante o movimento, serviu para mostrar a inescrupulosa repressão policial que se deu durante as manifestações. A mesma foi tão grande que chegou a ser comparada às acções contra os manifestantes de oposição à Guerra do Vietname. A polícia municipal de Seattle não foi capaz de controlar os avanços dos manifestantes e a guarda nacional americana foi chamada, gerando o terror entre os participantes. Apesar dos «vândalos infiltrados no movimento», como se refere Ibañez (2004) aos insurgentes acima referidos, aqueles eram uma minoria e não descredibilizaram a causa, e muito menos justificavam a acção policial, tal como se deu, contra milhares de pessoas desarmadas. As imagens circulavam por todos os meios de comunicação, provocando uma onda mundial de protesto em inúmeras cidades do globo²².

Para além da valorização mundial do movimento, os eventos de *Seattle* fizeram com que a «Ronda do Milénio» da OMC saísse fracassada. A comunidade mundial não tardou muito para hastear a bandeira de que um novo mundo é possível. Nascia então o «*altermundialismo*» ou «*a outra globalização*». Este movimento rejeita a ideia neoliberal da TINA, a favor do apelo à afirmação massiva de que «existem

milhares de alternativas» (TATA – There are Thousands of Alternatives, no original) (Lowy, 2006). E assim, *Seattle* deixou a sua marca na história por ter sido o primeiro grande movimento de escala mundial a opôr-se contra o modelo neo-liberal e que catalisou todas as outras manifestações que continuariam a acompanhar as reuniões do FMI, OMC e G-8 em todo o planeta (McDonald, 2006), promovendo a expansão de ondas de protesto, conforme Koopmans (2007) conceptualiza²³.

O movimento, beneficiando do uso das redes de comunicações, nomeadamente, a *internet*, prosseguiu em todas as principais cidades do mundo²⁴. Estudiosos, como o Professor Garcia Pereira, afirmam que a única forma de perpetuação de uma ideologia ou movimento social é a sua institucionalização²⁵. Algo que já se pode verificar na realização dos Fóruns Sociais Mundiais, que seria a proclamação da continuidade do movimento.

Por fim, pode-se concluir que *Seattle* foi um movimento que tem início séculos atrás e que finalmente se realizou num momento em que a sociedade se conseguiu unir, em uma só voz, contra o actual sistema económico mundial, que privilegia o lucro em detrimento das pessoas (outro slogan muito repetido era «people not profits») e a ausência de um sistema efectivamente democrático que represente as vontades das populações ao nível internacional. – Whose streets? – Our streets!, exclamava-se, apelando a uma legitimidade fundadora que não encontra eco nas instituições de governança global.

Outra questão pertinente a colocar é a profundidade e extensão da harmonia de interesses entre os grupos manifestantes em *Seattle*. Não obstante haja uma crítica (relativamente) uníssona ao sistema vigente, não se sabe até que ponto haverá semelhante unanimidade no que toca aos projectos reiterados pelos distintos movimentos e grupos que o apoiaram.

3.2. Movimentos de defesa do meio ambiente

«(...) além disso, o movimento ambiental é muitas vezes considerado como um movimento exclusivamente social global e que é pioneiro no desenvolvimento de uma sociedade civil global» (Wapnei, 1996, *apud* Rootes, 2004).

Não restam dúvidas de que o movimento ambientalista é um dos movimentos de maior amplitude do mundo, tanto ao nível de quantidade de participantes, quanto pela vastidão do seu alcance, e também pela quantidade de particularidades ideológicas. Castells chega a afirmar que é «o movimento mais abrangente e influente do nosso tempo» (Castells, 1997).

Este movimento pode ser sintetizado em três fases: conservacionismo, ambientalismo e ecologismo (Rucht, 1989; Mertig *et al.* *apud* Rootes, 2004). Neste esquema, a fase conservacionista tem sua força em meados do século XIX e início do século XX, basicamente com a ideia de preservar a natureza. Contudo é no ambientalismo, que emerge no início do século XX, que se incorporam as ideias de integração da sociedade com a natureza, indo além do curto prazo. Mas o grande salto dar-se-ia nos finais de 1960, quando se passa a falar em ecologia e o estudo científico dos impactos do homem no meio ambiente (Rootes, 2004)²⁶. É neste momento da história que a defesa do meio ambiente eclode, inclusivamente, com «uma Nova Esquerda» (Gottlieb, 2005). É a partir daqui que se dá o surgimento dos Partidos Verdes²⁷ e algumas organizações internacionais e suas variações²⁸.

Nesta sequência histórica dos movimentos ambientais, Dowie chama a atenção para o que considera a mais radical onda, a «ecologia profunda», ou a «quarta onda». Esta considera que «todos os seres vivos são parte de um único sistema natural, no qual nenhuma parte é de mais valor intrínseco do que qualquer outro» (Dowie, 1995). E foi neste contexto que emergiram os grupos mais radicais de defesa do meio ambiente, como a *Greenpeace* e os *Friends of Earth*, entre outros. Para

Rootes, «este novo modelo era filosófico e administrativamente disperso» (Rootes, 2004), justificando-o com a afirmação de que «este grupo surge diante do que eles consideram uma fuga de valores devido à excessiva institucionalização e politização dos movimentos ambientais» (Dowie, 1995)²⁹.

Dos movimentos sociais que emergiram, entre a década de 1960 e a década de 1980, nos países industrializados do ocidente, foi o movimento ambientalista que gozou de um apoio público generalizado, mesmo com suas flutuações ideológicas ao longo dos tempos. «As pessoas preferem acreditar nas organizações instituídas em defesa do meio ambiente do que nos governos e empresas» (Worcester e Jarvis, *apud* Rootes, 2004). Tal afirmação ressalta a ideia de que, apesar da institucionalização, como será vista mais a frente, o movimento, em muitos países, não perde a característica da participação popular³⁰.

É importante ressaltar a dimensão do grau de institucionalização do movimento ambiental. Apenas nos EUA, existem mais de 10.000 organizações ambientais. A politização do movimento, através dos partidos políticos, nomeadamente os partidos verdes, Green parties have become established in most liberal democratic states of the industrialized world and collectively constitute the most significant new «party family» to emerge since the rise of social democracy in the first half of the twentieth century (Richardson and Rootes 1995). levanta a questão de se saber se a «causa» já não é mais um movimento social: «a institucionalização de um movimento social é uma contradição em termos» (Eyerman e Jamison, *apud* Rootes, 2004)³¹.

Este estágio de institucionalização, que poderia ser visto como um sinal do sucesso do movimento ambiental, foi também uma possível fonte de fraqueza, e certamente foi uma das principais fontes de descontentamento (Rootes, 2004). Um dos pontos, salientado por Bosso, é o surgimento de «grupos de interesse dentro do movimento» (Bosso e Jamison, *apud* Rootes, 2004).

No entanto, a institucionalização não ocorreu em todos os âmbitos para que se tivesse provocado uma separação do movimento ou a perda total de sua identidade partilhada. Na verdade, os movimentos passaram a «coexistir entre as áreas de interesse» (Rootes, 2004). Entretanto, a união do movimento é fundamental para a sua continuidade: «o movimento é de grande extensão e diversidade de causas que apenas quando se reúne em acções colectivas é que é possível identificar um movimento ambiental» (Doherty, 2002)³².

Deve-se ter em conta as diferentes vertentes identificadas em cada país. Nos países desenvolvidos, onde o movimento é, no geral, mais consolidado e actuante, observam-se, mais fortemente, características institucionais e um enraizamento do movimento na sociedade. Este costuma actuar sob a forma de grandes organizações ambientais e está presente na política nacional. Já nos países em desenvolvimento trata-se, muitas vezes, de uma questão de sobrevivência, pois boa parte da população utiliza o meio ambiente para sobreviver³³. Inclusivamente, em alguns países em desenvolvimento, o movimento é utilizado para promover a democratização, direitos humanos e outras causas que não o ambientalismo³⁴.

É verdade que os protestos diminuíram, uma vez que os movimentos passaram a actuar em parcerias com os governos e as corporações³⁵. O uso de redes de informação e comunicação, faz com que o movimento possa continuar a ser chamado de «movimento ambientalista» mesmo tendo em conta distâncias físicas e ideológicas (Rootes, 2003). Rootes, chama a atenção para a «maturidade do movimento» que se atinge na década de 1990 e afirma que «os vínculos e a cooperação entre os seus diversos componentes parece ter aumentado e não diminuído, mesmo que a acção colectiva se tenha, em alguns casos, tornado menos visível»³⁶ (Rootes 1999a, apud Rootes, 2004).

O contexto actual do movimento passa por «capacitar as comunidades locais», como afirma Brulle (Brulle 2000,

apud Rootes 2004). Alguns pontos que se devem levar em consideração são: a cada vez maior participação dos PVD nas discussões sobre o ambiente, o surgimento do *eco feminismo* e da *eco teologia*³⁷.

Actualmente uma importante questão que divide os principais grupos ambientalistas é quanto ao grau de acção. A *quarta onda ambientalista* promete ser mais activa e radical, pois, segundo eles, isso ocorre em «resposta as insuficiências percebidas por ocasião do conservadorismo» (Rootes, 2004). Os grupos dificilmente entram em consenso quanto às metodologias de acção, mas, no final, conseguem manter-se relativamente unidos.

Contudo, mesmo com problemas ao nível estrutural e organizacional, o que mais atinge os movimentos ambientais é a «ausência de uma democracia global»³⁸ (Rootes 1999a, apud Rootes, 2004), conforme se constatou uma vez mais, em Copenhaga 2009 (na Cimeira da ONU, COP 15). Apesar da grande mobilização³⁹, os activistas não lograram atingir os seus propósitos, que se prendiam directamente com objectivos ambientais, mas tambopém com a «invasão democrática» do acontecimento, que fora disciplinado e filtrado verticalmente desde o topo. Face a esse tipo de ordenação do sistema político internacional, muitos defendem a aposta em organizações *grassroots*. Smith (2002), por exemplo, sugere que as organizações actuem como a *Earth Action* que promove o desenvolvimento de grupos ambientalistas locais.

Mesmo diante de algumas dificuldades, Rootes afirma existir uma espécie de «ciclo de regeneração», que mantém o dinamismo dos movimentos e tem afastado a ideia de uma esclerose, ou evasão, ou o afastamento das características do movimento (Rootes, 2004). No contexto da globalização, o movimento ambientalista deixou de lado a sua ideologia original (de naturalismo) e passou a procurar alternativas ao capitalismo industrial, que tem levado à destruição do planeta. O movimento sofreu reveses mas, no seu conjunto, evoluiu e avançou no caminho reivindicativo de um desenvolvimento sustentável⁴⁰.

No movement makes a mote convincing claim to being truly global in the scope of its concerns. And no existing movement makes a more convincing critique of the costs of capitalist industrialism to people and planet, or so persistently burns the candle of hope that there is a better way.

3.3. Movimentos de economia solidária

Neste ponto da exposição, pretende-se agora aprofundar algumas questões relativas à organização económica da sociedade, nomeadamente algumas das *alternativas* defendidas pelos altermundialistas. Em particular, o foco incidirá sobre o(s) movimento(s) de Economia Solidária, entre os quais se destaca o de recuperação de fábricas na Argentina para exploração auto-gestionária e o de Comércio Justo⁴¹.

Para que se evidencie melhor a contraposição entre a Economia Neoliberal e a Solidária, partiremos para uma breve descrição dos postulados da Economia Neoliberal. A mesma radica essencialmente na teoria neoclássica, que pressupõe genericamente a seguinte *framework*: individualismo, liberdade, racionalidade e informação perfeitas.

A primeira componente corresponde ao espaço de análise. O individualismo metodológico isola o indivíduo e as suas acções (a agência), privilegiando assim uma leitura atomizada dos fenómenos sociais e económicos. Este enfoque conduziu à generalização de um estereótipo que procura sempre a maximização das suas funções de utilidade individual, o que corresponde ao critério da racionalidade perfeita dos indivíduos. Esse elemento é extrapolado de forma linear para o espaço colectivo e pode ser traduzido pela filosofia económica de Adam Smith, que sustenta ser a *liberdade* dos indivíduos procurarem satisfazer a sua utilidade que produz a riqueza ao nível geral da sociedade⁴². Uma problematização profunda daquela teoria exige o questionamento atento da natureza das relações interactivas entre os sujeitos e o

palco socio-económico, o que leva a pôr em causa a representação linear (i.e. não-complexa) das mesmas.

Também conduz à refutação dos postulados referidos inicialmente, nomeadamente o da informação perfeita⁴³ ou da racionalidade perfeita dos indivíduos, que são postos em causa por experiências no âmbito da Teoria dos Jogos⁴⁴. Outra ainda, dirige-se à liberdade dos mercados⁴⁵. E o critério de eficiência, por sua vez, reduz-se à alocação plena dos recursos sem qualquer preocupação com a sua distribuição, i.e. nem todas as partes beneficiam. Nas palavras de Amartya Sen, o mesmo possibilita que, no seu estado óptimo, haja «algumas pessoas na miséria extrema, enquanto outras nadam em luxo, desde que os miseráveis não possam melhorar as suas condições sem reduzir o luxo dos ricos»⁴⁶.

Nota-se assim, sem grande esforço, a vulnerabilidade teórica das grandes pedras de toque do ideário neoclássico. É, por isso, sem surpresa que na sua *performance* empírica se apontem tantas falhas. Mas deve ser ainda identificada a diferenciação entre a teoria neoclássica e a prática neoliberal. Destaque-se a abnegação do paradigma de «selecção natural» em que primordialmente o sistema assenta, quando ocorre alguma crise. Igualmente, deve ser posta em evidência, no plano político-económico, a suprematização da propriedade privada em detrimento de valores ou direitos sociais (muitas vezes) constitucionalmente garantidos, tal como o direito à habitação, por exemplo. Em consequência, em diversos casos, as funções do Estado e a sua distinta prerrogativa (o monopólio legítimo de coerção) se defrontam em tensões e conflito directo com o poder constituinte (dos cidadãos), em nome da defesa da liberdade e dos mercados.

Deve ainda ser mencionada a crescente dimensão especulativa da economia⁴⁷, negligenciando a produção da economia real, com tudo o que isso implica em termos de emprego, investimento, estabilidade e crescimento.

É considerando esses aspectos que David Harvey (2003 e 2005) conota esta lógica como «acumulação por despossessão». O objectivo é a multiplicação do lucro, o mecanismo é a alienação política de direitos laborais e civis e a privatização de bens públicos (ou equipamentos sociais), por parte de uma (cada vez mais) ínfima minoria. O resultado disto é a assimetria lancinante dos níveis de vida, a «favelização» das cidades globais e uma crescente exclusão social que transcende os limites tradicionais do económico, privando as *capabilities* humanas, conforme aponta Sen (1999), na sua abordagem à problemática do desenvolvimento.

Após esta sintética introdução, resta-nos pois esboçar o perfil dos projectos económicos que rompem com a filosofia neoliberal. A essa economia, tem-se convencionado chamar Economia Social e Solidária, embora esta nomenclatura deva ser melhor explanada, pois os conceitos exibem diferentes leituras e sinónimos⁴⁸.

A Rede de Redes de Economia Alternativa e Solidária do País Basco (REAS Euskadi), lançou em Junho de 2009 a sua primeira publicação⁴⁹, focando precisamente a distinção conceptual entre as diversas histórias e modalidades da Economia Social⁵⁰. Segundo Bouchard et al. (2000, apud Castresana, Etxarri e Aldanondo, 2009), numa primeira fase que remonta a meados do século XIX, surgem essencialmente as associações mutualistas, para salvaguardar os trabalhadores das desregulações laborais. Na seguinte, de 1873–1895, proliferam as cooperativas (agrícolas e de crédito), para fazer face às prementes necessidades de exploração agrária tecnicamente intensiva. Soma-se a ascensão de cooperativas de consumo e de habitação, por via das fragilidades suscitadas pela Crise de 1929.

Depois da II Guerra Mundial até 1970 aquelas formas de Economia Social consolidam-se, servindo como complemento do Welfare State, após o que vêm a adquirir um relevo cada vez maior, dada a progressiva erosão daquele modelo. É no último quartel do século passado que, de entre a Economia Social, emerge a Economia Solidária. Entre essa pluralidade

de formas⁵¹, encontramos o Movimento do Comércio Justo e também aqui se podem alinhar os casos de empresas recuperadas, que abordaremos de seguida.

Todos estes exemplos padecem de sintomas comuns: são ecocêntricos e não egocêntricos, convêm uma dimensão holística à existência humana e não economicista e assentam sobre o valor trabalho, ao invés do valor capital⁵². Ao contrário da típica figura predatória do capitalismo, contrapõe-se uma de carácter mutualista ou simbiótico, cujos fluxos ocorrem duplamente nos sentidos centrípeta e centrífugos, na medida em que procura redistribuir socialmente (ou até economicamente mesmo) a riqueza gerada. Aliás, o próprio conceito de riqueza sofre uma democratização, passando a envolver dimensões políticas, sociais e culturais, conforme veremos mais concretamente no Movimento que se segue.

3.3.1. O movimento de recuperadas da Argentina

Este movimento será analisado no contexto argentino, conforme dissemos, pese embora o facto de haver acontecimentos consonânticos noutras partes do globo⁵³. Mas a experiência argentina foi, em larga medida, demarcante ao ter provocado intensas rupturas simultaneamente nos campos económico, político, social e cultural.

Uma das principais circunstâncias que alavancou este movimento residiu no facto de o modelo de Estado do tipo keynesiano, proteccionista, regulador e investidor, ter sofrido uma drástica reviravolta aquando da tomada de poder da última Junta Militar (1976 – 1983). A situação económica já mostrava sinais de instabilidade desde o regime peronista mas, a partir daquele período, apenas piorou. O receituário monetarista que principiava a imperar a partir do país vizinho (Chile), entrosou-se se familiarmente com o regime que perpetrou a «Guerra sucia», na qual cerca de 22 000 pessoas sucumbiram «entre mortos ou desaparecidos, desde 1975 até à data de 1978»⁵⁴.

Após a derrota humilhante face aos Britânicos na Guerra das Malvinas/ Falklands, o regime abandonou o cargo, mas graças ao brutal endividamento externo, a economia argentina ficou à mercê do FMI.

Sob a presidência de Carlos Menem, o país foi um obediente pupilo do Consenso de Washington⁵⁵, levando a cabo as reformas de ajustamento estrutural outorgadas e que mergulhariam a Argentina, em plena viragem de século, numa profunda crise.

Apesar do crescimento do PIB ao longo dos anos 90', os salários reais situavam-se em 60% dos valores de 1975, devido à inflação, e quando esta foi controlada, os mesmos foram congelados (Pozzi, 2000). Também as contas bancárias padeceram do mesmo destino mais tarde, em 2001, já numa conjuntura em que o desemprego ascendia aos 22% da população activa (Ballvé, 2006). Tudo isto fez multidões saírem para a rua e exigirem «*Que se vayan todos*».

Porém, antes desse momento de ebulição, largamente noticiado por todo o mundo, havia já um movimento *piquetero* enraizado nacionalmente, desde meados dos anos 1990⁵⁶.

Mais precisamente⁵⁷, foi nas localidades de Cutral Có e Plaza Huincul (província de Neuquén), com cerca de 55 000 habitantes, que irrompeu o movimento e a estratégia que seria depois generalizada ao resto do país.

As razões que levaram a tal traduzem a política neoliberal já referida, naquele caso concreto através da privatização entre os anos de 94 – 95' da petrolífera YPF, responsável pelo emprego relativamente bem-remunerado da maioria da população daquelas localidades.

Em 1996, com uma taxa de desemprego de 35.7% e 23 500 pessoas abaixo da linha de pobreza nacional, eclodiram os tumultos. Barricadas foram erguidas nas localidades, deram-se cercos policiais e a esperada repressão policial. Alguns *piqueteros* negociaram com o governador, mas nenhuma solução (para além de um subsídio a 1000 famílias) foi encontrada.

Quando chegou a vez dos professores fazerem greves, as barricadas foram montadas na ponte da região do Río Negro e os confrontos com a polícia agudizaram-se. Em solidariedade, juntaram-se aos professores cerca de cem manifestantes – auto-denominados *fogoneros* (pelos fogões implantados ao longo da barricada e como forma de se diferenciarem dos anteriores piqueteros) – a maioria dos quais entre os 14 e os 20 anos de idade e armados com paus. Não se pretendiam líderes de ninguém, nem reconheciam liderança a ninguém, manifestando apenas como ideologia o repúdio pelos políticos, burocratas oficiais e os sindicatos.

Após uma semana de sublevação, a entrada de 400 polícias armados na ponte ditou a morte de uma mulher e a brutalidade sobre os jovens. Entretanto, encontros dos habitantes com o poder político em assembleias populares culminaram na criação de 500 postos de trabalho sob o programa governamental «Plan Trabajar».

Sobre essas assembleias iniciais, Pozzi (2000) refere que eram controladas pelas elites locais, não se apresentando como uma ruptura com as estruturas de poder, não obstante providenciasssem elementos de democracia popular contrastantes com a democracia formal representativa. O relativo sucesso daquelas tácticas insurgentes não tardou em despoletar eventos semelhantes um pouco por todo o país.

A estratégia de acção directa utilizada pelos *piqueteros* era a de bloquear estradas e auto-estradas, quebrando as rotas de distribuição dos produtos, visto que, regra geral, já não dispunham da possibilidade de fazer greves devido ao flagelo do desemprego (acrescente-se ainda o subemprego involuntário⁵⁸) galopante.

As reivindicações eram emprego, saúde, educação e comida, matérias de sobrevivência e existência vitais, no presente e futuro, que flagrantemente sentiam ser usurpadas. Mais de 60% dos participantes eram mulheres⁵⁹, envolvendo famílias inteiras em vigílias noite adentro nas ruas, entre fogueiras e cozinhas improvisadas, reclamando simbolicamente nesse

espaço público aquilo que outrora lhes tinha pertencido. Em Agosto de 2001, mais de 100 000 desempregados saíram às ruas, marchando desde a Avenida 9 de Julio à Plaza de Mayo (onde se encontra o Palácio Presidencial), tendo milhares sido presos e cinco pessoas mortas, no decorrer da intervenção policial. Apesar das formas radicais de protesto desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), assim consideradas desde um ponto de vista conservador, houve uma solidariedade e adesão de variados estratos sociais, segundo relata um jovem *piquetero* (AGP, 2002). Assim, somaram-se ao movimento associações de «*ahorristas*» (a classe média que detinha poupanças), estudantes, associações sindicais e partidos políticos, grupos LGBT, ambientalistas, associações de direitos humanos, artistas e colectivos de resistência alterglobalista, formando uma grande coligação heterogénea de variados movimentos sociais.

Maria Sitrin (2003), em «The Power of the Piqueteros», explora o sistema de organização daquele movimento, através de entrevistas conduzidas a membros do MTD. A sua estrutura é auto-organizada, em que a unidade colectiva privilegiada são as assembleias de vizinhos (bairros).

À medida que o movimento cresceu, alguma da espontaneidade foi-se diluindo (mantendo-se porém a estrutura em rede, i.e. não centralizada), presumivelmente devido à necessidade de coordenação entre diversos grupos *piqueteros*. A participação é directamente democrática e, em casos de anuência do poder político em dispôr-se a negociar, são os seus representantes que se deslocam às assembleias comunais, em detrimento de serem representantes do movimento eleitos para a negociação. Dessa forma, todo o processo de negociação é público e transparente, deixando pouca margem de manobra para a corrupção do mesmo, por via do encontro privado (AGP, 2002).

É de frisar que os encontros de bairro se formaram como uma extensão natural dos clamores populares da rua, por volta de 2002. A paralisia do governo em ceder às reivindicações, ou

em alterar o programa político e económico⁶⁰ posto em marcha desde a sua eleição, promoveu a orientação popular para as semânticas da política *grassroots*, envolvendo os cidadãos (a maioria dos quais não tinha qualquer prévia experiência política) desde o nível local. Nesse espaço de proximidade privilegiada, deram-se encontros entre argentinos e imigrantes, idosos e adolescentes, (ex-)homófobos e gays e lésbicas, desempregados e classes médias. O ambiente dialéctico e participativo não foi inteiramente virtuoso em consagrar um espírito de total tolerância e despreconceitualização, conforme nota Adamovsky (2003). Algumas fracturas políticas e de classe subsistiram na experiência do seu bairro (Cid Campeador), nomeadamente entre elementos partidarizados e apartidários. Uns eram apelidados de «comité central», outros de *mccarthyistas*, outros ainda de *managers*. Tornavam-se explícitos conflitos latentes, no decurso do processo de negociação de identidades entre os grupos. Apesar dessas fricções, várias acções colectivas foram bem sucedidas⁶¹.

As geografias dos bairros alteraram-se paralelamente ao processo pelo qual as pessoas reclamaram o protagonismo das suas decisões. Não houve um plano coordenado entre as assembleias vecinais de assalto ao governo e de tomada de poder, conforme muitos criticam. Mas deu-se uma construção social fundada na legitimidade democrática de todos os participantes, aprendendo entre si a discutir e escolher, em vez de delegar e obedecer. «A nossa assembleia é um laboratório onde um novo mundo é criado todos os dias (...) Não será isso já uma revolução, afinal de contas?», atesta retoricamente Adamovsky (idem).

Uma das entrevistadas por Maria Sitrin – Magda – revela também a percepção de que foi o facto de terem sido marginalizados do sistema capitalista de consumo (ou pelo mesmo), que os fez ganhar a consciência de não mais pretenderem pertencer a esse, ambicionando criar algo diferente. A reabertura das fábricas pelos donos e a sua reintegração

no modelo de produção capitalista implicaria o retorno à exploração. O lema que os inspira – «Trabalho, Dignidade e Mudança Social» – não se coaduna com a organização da produção tradicional. E acrescenta que aqueles valores têm de ser providenciados de forma autónoma do governo ou de qualquer forma de hetero-gestão.

A fábrica GIP Metal, é tida como precursora do movimento das *Fábricas Recuperadas*, em 2001. A fábrica de cerâmicas «Zanon» (hoje «FASINPAT», que é um acrónimo para *Fabrica Sin Patrón*) juntou-se-lhe, também em 2001. Várias outras se seguiram dos mais diversos sectores (têxtil, gráfico, automóvel, metalúrgico, vidro, alimentar, serviços... etc.), algumas das quais essencialmente constituídas por mulheres, tal como a emblemática fábrica de vestuário «Brukman». Hoje em dia, contam-se cerca de 200 fábricas ocupadas, ao longo de diversas vagas, a última das quais em 2008-09, suscitada pela crise actual. Hoje em dia, contam-se pelo menos 10 000 trabalhadores (Ministerio del Trabajo, *apud* Hille 2009) empregados sob o lema «ocupar, resistir, produzir».

A chamada «democracia operária» está implantada em todas as fábricas, apesar de as mesmas terem as suas próprias idiossincrasias orgânicas e administrativas. O salário é repartido igualmente entre todos, independentemente das tarefas que executam. Também as finanças e a contabilidade são transparentes, havendo normalmente rotatividade ou eleição de responsáveis pela sua organização. De resto, todas as decisões de investimento e de produção são tomadas colectivamente. As múltiplas fábricas ou empresas estão, de alguma forma, conectadas entre si, nomeadamente através do *Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas* (MNER) e do *Movimiento Nacional de Fabricas Recuperadas por los Trabajadores* (MNFRT⁶²), o que serve como uma plataforma de interacções socio-económicas. Dessa forma assiste-se, por um lado, a uma espécie de confederação de produção e comércio solidário que encaminha o movimento num sentido autárcico

e, por outro lado, tecem-se solidariedades e conhecimentos comuns que tendem a expandir o movimento ou, no mínimo, a facilitar mecanismos de coesão.

Mesmo com a breve análise deste movimento, rapidamente se vislumbra uma dicotomia profunda entre esta forma de *fazer economia* e a forma dominante. Este *fazer* implica, necessariamente, uma novidade epistemológica. Condensa a ideia de construção contínua, e não de um produto acabado, e retorna ao indivíduo (ou ao conjunto dos indivíduos) o *poder* e a *responsabilidade* de ser um dos protagonistas activos da relação, enquanto produtor, comerciante ou consumidor.

Um papel passivo torna-se pois incomportável nesta dinâmica, pois o sujeito terá de se engajar, à partida, numa escolha. Esta pode reflectir uma tomada de consciência ou uma estratégia de sobrevivência. No segundo caso, a motivação para a seguir pode ser semelhante à do indivíduo que se sustenta através da economia informal por não se conseguir (re)integrar no circuito tradicional. Não obstante, a diferença entre aquela e a Economia Solidária é, por demais, clara. Respectivamente, uma é individual e precária, enquanto a outra «se sustenta na reconstrução e resignificação dos laços de solidariedade no tecido social», segundo França e Filho (2002, *apud* Costa 2009). É este carácter performativo, baseado na autogestão (vs. heterogestão), nas relações horizontais (vs. verticais), na propriedade colectiva (vs. propriedade individual), numa racionalidade comunicativa (vs. racionalidade administrativa ou burocrática), entre outras antíteses, que impelem a considerar estes exercícios como uma personificação da resistência ao neoliberalismo e, em parte, à própria construção da modernidade. Mas terá este movimento a capacidade de se manter coerente na sua linha de acção participativa, democrática e igualitária? Não são poucas as contradições e forças opostas que o dificultam, no campo jurídico, político, económico, técnico e social⁶³.

De certa feição, a transformação individual e colectiva enunciada por vários relatos pessoais e manifestações práticas das *recuperadas*, sugere que se pode interpretar o movimento com algum optimismo. Repare-se, por exemplo, a transformação teleológica que se deu entre os trabalhadores envolvidos (ou desempregados) desde o princípio do movimento até à sua relativa sedimentação. A reivindicação deixou de ser o emprego, ou o salário em atraso, ou o aumento do mesmo, para passar a ser o direito à produção autónoma e à propriedade colectiva. Sublinhe-se a discrepância desse argumento quando comparado com as exigências sindicalistas mais convencionais, devidamente excluídos os países socialistas. Esse desvio do foco representa, sem dúvida, um sinal de que algo mudou na percepção colectiva. O problema alargou-se e aprofundou-se ambiciosamente. Enquanto se debatem ou negociam condições salariais, há alguma flexibilidade latente entre as partes, nem que seja por pressão interna de motivações ou necessidades económicas básicas. Mas está-se a falar de valores numéricos, essencialmente.

Quando se engaja a discutir a liberdade, autonomia, dignidade, ou seja, valores éticos, a cedência torna-se muito mais difícil. Quanto vale a liberdade? Praticamente todos nós a vendemos a um ou outro valor. Naquelas comunidades de trabalhadores, deu-se a suada reconquista dessa liberdade, não mais numa perspectiva individualista clássica, mas socialmente responsável. Prova disso são as inúmeras ofertas sociais que as cooperativas mais bem-sucedidas têm vindo a realizar nas suas localidades, contando-se clínicas de saúde ou hospitais, cursos, centros culturais, empréstimos solidários, etc. (Magnani, 2003).

De carácter redistributivo e retributivo (pela mobilização de simpatias e apoios obtidos, indispensáveis durante os longos e duros processos de ocupação, de incipiente comercialização), vão-se praticando novos tipos de produção, não apenas económica, mas social e cultural, e vão-se construindo novas significâncias ao mesmo tempo que se abrem novas ideias de transformação. Adquire, assim, um renovado significado o

trabalho, a solidariedade, a comunidade, a própria economia e a política. E é exactamente essa alteração do conhecimento, da forma como se dá, mais ou menos conscientemente, que constitui o maior contributo destas experiências *grassroots*.

Juntamente com o câmbio do conhecimento, cresce a mudança do discurso social, sendo esse muito mais relevante para a ousadia crescente de alternativas, do que os benefícios económicos gerados pelas cooperativas em si. E esse é talvez também o elemento mais perigoso para o *establishment*.

E as dúvidas tornam-se então: serão os «novos» valores capazes de sobreviver às exigências e pressões do mundo exterior da competição, do individualismo e da lucratividade? E terão os restantes actores sociais, que não passaram directamente por aquela metamorfose epistemológica e ontológica, a capacidade de compreender e embarcar na mesma? Ou sequer de resistir às tentações reaccionárias manifestadas pelos *media*⁶⁴?

3.3.2. O movimento do comércio justo

A primeira organização não-governamental europeia a criar relações comerciais Norte-Sul visando a melhoria dos termos de troca e as condições para os produtores das regiões mais vulneráveis foi a Oxfam, sediada no Reino Unido.

Mas consta que, duas décadas antes (em 1946), uma voluntária cristã, de nome Edna Ruth Byler, iniciou o movimento nos E.U.A.. Ela descobriu, numa viagem à Costa Rica, que grupos de mulheres da região teciam peças originais de grande qualidade, vivendo porém na maior miséria. Decidiu importar as mesmas e vendê-las a amigos na Pensilvânia. O sucesso das vendas permitiu a continuação do esquema de importação directa, desta feita com produtos artesanais de refugiados palestinianos, ou artefactos do Haiti. Tudo isto era vendido na bagageira do seu carro. Entretanto o negócio expandiu-se, ganhou uma etiqueta comercial e é hoje conhecido como «Ten Thousand Villages», trabalhando com produtores de todos os continentes⁶⁵.

Na Europa, o movimento cresceu também, passando por distintas fases, que acabaram por desaguar na institucionalização de medidas de Certificação dos Produtos, o que permitiu simultaneamente uma credibilização do Movimento e uma aproximação aos canais de distribuição convencionais.

A associação das empresas retalhistas ou grossistas de Fair Trade têm vindo a unir-se em Associações-mãe, tais como a E.F.T.A. (European Fair Trade Association), que agrupa doze importadores de nove países europeus (cujo volume de vendas anual é superior a 100 milhões de Euros). A F.I.N.E.⁶⁶ integra a EFTA e mais três redes: a FLO (Fairtrade Labelling Organizations, i.e. Max Havelaar e filiais) cujo objectivo é definir os standards de certificação, a garantia dos preços mínimos e zelar pelo cumprimento dos requisitos, tanto dos produtores como dos importadores – a I.F.A.T. (International Federation of Alternative Trade), que serve como uma plataforma global para os produtores e importadores, facilitando a divulgação de informações sobre os mercados, e possibilitando a formação de parcerias directas, – a NEWS! (Network of World Shops), que consiste na rede europeia de Lojas do Mundo, o canal mais utilizado para venda destes produtos especializados, e que promove a sua articulação regional, nacional e internacional, de forma a fomentar a cooperação⁶⁷.

Verifica-se uma ênfase normativa neste tipo de comércio, conforme se pode ver pelos princípios e objectivos fundamentais enumerados pela F.I.N.E.⁶⁸, o que largamente contrasta com a despreocupação ética que subjaz ao restante. Tal satisfaz e apazigua a consciência dos seus consumidores, dispostos a pagar mais pela etiqueta ética⁶⁹. São, por isso, os consumidores os principais catalisadores deste movimento. A aderência ao mesmo revela uma atitude crítica face aos parâmetros das trocas comerciais internacionais. Esta posição contradiz o pressuposto da racionalidade neoclássica, preferindo o agente (consumidor) beneficiar outro (que não ele mesmo) e (mais ou menos directamente) «castigar» um

comportamento que considera injusto (digamos, de uma empresa convencional), em detrimento de maximizar a sua utilidade económica através da compra do mesmo produto (nos termos de semelhante qualidade) a um menor custo. Mas será que a mesma consagra na realidade os valores que anuncia? Uma análise mais atenta demonstra que o mesmo não sucede, em muitos casos.

Primeiramente, uma fragilidade deste tipo de Comércio é a sua dependência das redes intermediárias (grossistas/retalhistas) atrás referidas, o que demonstra o nicho ainda incipiente deste mercado, a dificuldade em estabelecer produções de escala e a ausência de canais alternativos para exportação. Assiste-se, assim, a uma espécie de monopólio distributivo destes produtos⁷⁰.

Por outro lado, o único compromisso efectivo que existe por parte dos importadores é a garantia de pagamento do preço mínimo acordado e o do prémio social (e orgânico, no caso de recorrer a esse modo de produção). Isto traduz-se no seguinte: não há longevidade estabelecida para o acordo, nem quantidades mínimas. Também não há claros limites à prática de preços de revenda arbitrários, a serem suportados pelos consumidores. Apesar das agências de Fairtrade reiterarem que executam uma vigilância sobre as condições laborais e sobre a aplicação social do prémio, tal não encontra eco em muitos dos trabalhadores inseridos no contexto do comércio justo⁷¹.

Há ainda empresas, conforme aponta Ângelo Caserta⁷², que se especializam na dimensão de «strictly business», fazendo pressão para abrir mais o comércio internacional, através da supressão de restrições proteccionistas e das barreiras alfandegárias, o que perpetua a superficialidade dos debates em torno do nexa Comércio-Desenvolvimento e redundante, aliás, numa agenda muito semelhante à da O.M.C..

As incongruências são também inescapáveis quando se observa o processo de *mainstreaming* deste movimento.

Hoje em dia, praticamente todos os McDonald's do Mundo vendem café certificado pela Max Havelaar, a Starbucks disponibiliza o mesmo para os seus clientes socialmente mais comprometidos e as cadeias internacionais de Supermercados Lidl e LeClerc também exibem nas suas prateleiras produtos de origem “justa”. Todas estas empresas estão, de alguma forma, relacionadas com comportamentos desviantes da ética que seria de esperar⁷³.

O que nos leva às seguintes questões: será esta mútua aproximação impulsionada pelo sintoma de uma crise de consciência das empresas multinacionais? Ou será antes um estudo de mercado real, do qual as mesmas esperam retirar conclusões construtivas para futuras estratégias de marketing e responsabilidade social, enquanto “limpam” o seu nome de inúmeras críticas? Este alargamento do mercado para o Comércio Justo reflectir-se-á em mais benefícios dos trabalhadores? Ou apenas no crescimento das empresas que o certificam e/ou o vendem, desde a origem ao consumidor?

Conforme foi dito anteriormente, os actores que impulsionam este movimento são, por excelência, os consumidores. Mas quem desenha e executa o seu *modus operandis* são as organizações de certificação e de venda. E apesar das boas práticas que defendem, há inúmeras evidências que as descredibilizam, seja por negligência involuntária ou premeditada. A intimidade comercial e conseqüente conivência com empresas multinacionais, extensamente acusadas de vários aspectos críticos, contribuem drasticamente para o cepticismo quanto ao potencial disruptivo deste movimento. Porque quem ganha com o mesmo, continua a ser quem está no topo da cadeia orgânica, produtiva ou distributiva.

Nem tudo são espinhos, porém. A expansão desta tendência leva a crer que há cada vez mais pessoas directamente preocupadas com as formas de produção e com a qualidade de vida de trabalhadores que provavelmente nunca conhecerão e com quem não partilham nenhuma afinidade particular, para além da pertença ao mesmo mundo.

Por outro lado, indicia também possivelmente alguma discórdia relativamente ao que é praticado no sistema comercial de trocas internacionais, incluindo a volatilidade dos mercados ou a exploração desenfreada e insustentável do meio-ambiente, predispondo-se a pagar mais por alguma justiça. Isto pode reflectir uma crescente predisposição para questionar os trâmites habituais do modelo capitalista, e uma eventual recusa em aderir a produtos que não cumpram determinados parâmetros de exigência.

Agora, a dificuldade em tornar todo o processo produtivo transparente, bem como o percurso de retorno do prémio social para os trabalhadores, ou a afirmação efectiva dos seus direitos laborais, constituem um entrave à expectada mudança. O que é ainda mais perigoso é dar-se uma tal instrumentalização e acomodação a esta alternativa que o debate sobre as fundações daquela estrutura cesse de existir, ou pereça na redutora demagogia do «preço justo».

3.4. O fórum social mundial

O nível da precariedade social e ambiental⁷⁴ facilitada pela adesão a uma globalização económica que privilegia os mais fortes em detrimento dos mais carecidos, tem originado levantamentos sociais de diversas ordens. Em simultâneo, deu-se a transformação dos cidadãos em consumidores, mais especificamente moldados por uma cultura padronizada, de acordo com o *american way of life*, em prejuízo da riqueza da diversidade.

É neste contexto de aprofundamento das desigualdades⁷⁵ e das discriminações, em cada sociedade e entre os países⁷⁶, que surge o Fórum Social Mundial, que permitiu unir a contestação de rua à realização de espaços de debate, reflexão e construção de propostas alternativas para uma transformação social global. Opera como um «contrapeso» ao Fórum Económico Mundial e outras instituições internacionais da era global que se regem pelos cânones de mercado e contribuem para o perpetuar do *status quo* acima descrito. O FSM, que tem

como lema «*Um outro mundo é possível*», exalta a mudança paradigmática das instituições globais neoliberais, como condição *sine qua non* da transformação – imprescindível – do mundo. É um fenómeno social e político que congrega movimentos sociais de diversos continentes – ecológicos, pacifistas, indígenas, feministas e de trabalhadores, entre outros – para lutar contra as debilidades e as injustiças sociais do mundo, actuando sob a orientação estratégica de estender a todos o acesso aos direitos fundamentais, construindo uma alternativa à lógica economicista dominante, com base na cidadania e enfatizando a solidariedade, a equidade e a paz.

A Carta de Princípios do FSM define o mesmo como um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, configurou-se como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. A sua força reside principalmente na mobilização social que conseguiu promover desde do seu início em 2001⁷⁷. Apesar de reconhecer grandes potencialidades no FSM, Santos (2004) admite porém, que a agregação/articulação possibilitada pelo FSM é ainda de baixa intensidade.

Santos (2005a, 2005b) define o FSM como um conjunto de iniciativas de intercâmbio transnacional entre movimentos sociais e ONGs com suas respectivas práticas e conhecimentos, onde se articulam lutas sociais de âmbito local, nacional ou global, travadas contra as formas de exclusão social, de autoritarismo político e de imposição cultural, geradas ou agravadas pela presente fase do capitalismo conhecida por globalização neoliberal. A ideia central, segundo este autor é a celebração da diversidade, das lutas contra a exclusão

e a opressão, com o propósito de retirar desta celebração a energia e a força adicionais para conduzir as lutas já em curso e para criar e desenvolver novas lutas.

Santos (2005a) assevera que o facto do Fórum ser um movimento originário do Sul global é um factor importante da descolonização da «prática hegemónica neoliberal» que segundo ele é «nortecêntrica, colonialista, imperialista, racista e também sexista». Afirma ainda que, para ultrapassar esta condição epistemológica e assim descolonizar o pensamento e a prática de esquerda⁷⁸, é imperativo ir para o Sul e aprender com o Sul e o FSM oferece esta oportunidade. Os objectivos são também limitados, inúmeras vezes circunscritos ao conhecimento recíproco ou ao reconhecimento de diferenças. A fragmentação e atomização também correspondem ao lado negativo da diversidade e da multiplicidade, contribuindo para afastar os movimentos entre si e fomentar a rivalidade e o facciosismo⁷⁹.

O sociólogo brasileiro Sérgio Coutinho (2007), crítico mais acérrimo desta iniciativa, alega que o FSM «consegue apenas marcar a festa e atrair os convidados», agregando e articulando pessoas e movimentos. Advoga, ainda, que as suas deliberações são sempre genéricas e reformistas e que o Fórum nunca foi ouvido internacionalmente. Isso porque, a par das reuniões, só tem propostas genéricas e não age efectivamente e a sua razão de existir passou a ser «um grande ponto de encontro» e o garantir da continuidade das reuniões. Os grandes nomes que foram ouvidos, segundo ele, não o foram por estarem no Fórum, pois já o eram antes. Sobre o meio ambiente, afirma, o Fórum foi tão útil quanto a Cimeira do Rio-92' que, na segunda edição (10 anos depois), constatou que todas as suas metas ainda estavam por atingir.

Entretanto, no âmbito do Fórum (mas não da sua directa responsabilidade) e da actuação das várias organizações, sindicatos e movimentos sociais que nele participam, várias propostas têm sido formuladas e defendidas, algumas das

quais têm merecido uma razoável mediatização e divulgação, designadamente: a introdução de direitos laborais e sociais nos países mais pobres (*core labour standards*); a dinamização do comércio justo, a aplicação da taxa Tobin⁸⁰, a anulação da dívida externa dos países mais pobres, a democratização das instituições financeiras mundiais ou a sua substituição por outras mais democráticas e mais justas. Na opinião de Gustave Massiah⁸¹, para além dos perigos, quatro oportunidades foram abertas pela crise económica recente: a possibilidade de uma nova regulação pública, redistribuição de riquezas⁸², menor desequilíbrio entre Norte e Sul e reinvenção da democracia⁸³. Embora seja cedo para se verificar a concretização deste prognóstico, o certo é que os activistas sociais devem aproveitar este revés económico para sublinharem os seus argumentos sobre a necessidade da emancipação social a nível mundial.

Em jeito de conclusão, pode-se dizer que o FSM recusa os cânones do capitalismo neoliberal em favor de coligações consensuais e pluralidades despolarizadas e serviu, sobretudo, para articular os diversos movimentos anti-globalização, unindo esforços e criando sinergias entre redes sociais baseadas em relações horizontais e na combinação de autonomia com cooperação. Deu origem ou abriu o espaço a uma cultura política baseada na diversidade – celebrando-a como valor positivo – que luta pelo princípio da igualdade e pelo reconhecimento do direito à diferença, elevando lutas locais a *glocais* através da sua inserção crítica na complexa teia internacional, o que fomenta o potencial de novas solidariedades e o aparecimento de perspectivas mais verosímeis da realidade, e propostas mais coerentes com uma ética cosmopolitista.

4. Considerações finais sobre o altermundialismo

Conforme se foi referindo, são as falhas do sistema neoliberal que potenciaram o aparecimento dos movimentos antiglobalização. O seu carácter excludente que faz aumentar as discrepâncias económicas, a multiplicação de crises financeiras e os sacrifícios sociais impostos às sociedades, sobretudo aos mais desfavorecidos, são assuntos que preocupam e movem os activistas sociais alterglobalistas. Consolida-se também a tendência de que a maior parte dos movimentos sociais se oriente por valores universalistas, tais como direitos humanos, defesa de grupos minoritários, liberdade de expressão, preservação do meio ambiente e outros, reivindicando as garantias das leis do moderno Estado de Direito e avançando com novas propostas⁸⁴.

Tais valores, pelo facto de serem cada vez «mais universais», criam fortes identificações, que facilitam a integração no plano axiológico e simbólico dos movimentos sociais. A partir de tal interpretação, vê-se uma intersecção bastante favorável para que ocorra essa conexão em redes entre os movimentos sociais, potenciando os seus resultados.

Aliás é na diversidade e união de esforços que reside a força dos movimentos. Aqueles que foram analisados neste artigo espelham bem a diversidade das reivindicações nas lutas sociais.

O Movimento Ambientalista chama a atenção para a contínua degradação do meio ambiente e a necessidade urgente da consciencialização e tomada de medidas preventivas e correctivas para garantir o equilíbrio ecológico.

Os Movimentos da Economia Solidária aqui tratados demonstram que os movimentos sociais, além de colocarem em evidência as contradições da globalização neoliberal dominante, também têm a preocupação de apresentar propostas alternativas que, mesmo não substituindo o sistema vigente, têm contribuído para atenuar os seus efeitos perversos, para além de ilustrarem o seu potencial de realização social e económica.

Os movimentos examinados neste trabalho, não obstante a

sua pertinência nas lutas para a mudança do *status quo*, estão longe de abarcar toda a panóplia que constitui as reivindicações sociais, sejam elas formalizadas ou não. Contudo, permitem vislumbrar a diversidade e abrangência desses movimentos e mostram que o seu poder reside no aglutinar de forças e quiçá, no forjar de uma agenda comum, onde embarquem as várias dimensões da vida em sociedade e na qual todos os movimentos teriam vez e voz.

Cada movimento social, por si só, teria exíguas possibilidades de substituir o sistema vigente, mas uma junção de forças, mudaria radicalmente esta perspectiva. Neste momento, o movimento que poderia assumir esta função aglutinadora seria o FSM, mas é o próprio que nega tal incumbência, nomeadamente quando os seus organizadores defendem que o seu objectivo não é sequer o de produzir qualquer documento final do evento, que represente o ponto de vista de todas as outras organizações participantes nas reuniões. Talvez isto se deva à constatação de que os pontos de vista não são conciliáveis a partir de certas prioridades analíticas e opções estratégicas.

Em termos rigorosos, pode-se até falar de dois tipos de pensamento no seio deste Fórum. Um que incarna a corrente reformista e outro que se movimenta na ala radical. Não é de todo estranho, pois em praticamente todos os movimentos sociais se dá, em algum momento, essa fissura. Para além do mais, a mesma reflecte apenas uma diferenciação ideológica muito mais profunda, que se sedimenta na própria concepção do que é a «outra possibilidade» e quais são as respectivas formas de luta para a realizar.

Relativamente ao que é a alternativa teórica, os reformadores são, como o próprio nome indica, favoráveis a uma humanização progressiva do capitalismo. Já os radicais, podem ser considerados anti- e pós-capitalistas, na medida em que propõem a abolição do capitalismo e a emergência de uma nova ordem económica e social (Houtart, 2002). De entre os últimos, podem ainda ser identificadas outras posições ou atitudes que, simplificada e se podem catalogar como:

- i) revolucionárias, por instigarem a derrocada violenta do capitalismo;
- ii) conservadoras que, de forma mais ou menos aberta, defendem o regresso a uma espécie de stalinismo (ou centralismo estatal) para dirimir as perversões do turbo-capitalismo;
- iii) e, por último, as que admitem que o processo de substituição do capitalismo será lento (Houtart, 2002).

Também ao nível do discurso no próprio FSM se podem diagnosticar aqueles diferentes perfis teóricos, conforme atesta Petras (2002, *apud* Harris 2002). Enquanto uns usam a expressão «anti-militarismo», outros aplicam o termo «anti-imperialismo», o que revela muito mais do que o emprego de estilos lexicais diferentes – implica semânticas e sintaxes distintas. Se uns pretendem mudar o sistema desde cima, outros pretendem transformá-lo desde as bases, o que se traduz em prioridades diferentes.

Por um lado é evocado Keynes, de outro lado é ressuscitado Marx. De uma facção eclodem concepções moderadas e pacifistas de regulação das estruturas do lucro a favor das pessoas, enquanto a outra reclama que o socialismo seja (re)posto em debate e que se criem formas participativas desde o nível *grassroots*.

É por demais evidente que estes contrastes podem ser fracturantes do movimento alterglobalista. Nesta senda de raciocínio por oposições, o lema do FSM não deveria ser «um outro mundo é possível», mas sim «outros mundos são possíveis⁸⁵».

Em outras palavras, apesar das críticas acérrimas ao sistema vigente, o movimento altermundialista enquanto Movimento (passamos o pleonasma) não apresentou uma alternativa substitutiva daquele modelo, mas antes diversas formas de conceber algumas alternativas⁸⁶. Essa polifonia de discursos e práticas traduz-se numa dispersão de recursos que, embora seja inerente ao próprio carácter democrático e pluralista do movimento, acaba por facilitar a manutenção dos mecanismos fundamentais contra os quais se manifesta. E, em última instância, não se ergueu ainda uma voz inteiramente uníssona contra o sistema

capitalista, porque no ambiente crítico do mesmo, a discussão persiste ainda em torno do que deve ser mudado.

Até agora expusemos algumas dúvidas pertinentes em relação ao carácter unitário deste movimento, levando-nos a crer que, apesar de possivelmente não ser uma situação definitiva, por ora, o mesmo se encontra fragmentado em várias frentes. Enquanto se encontram no domínio da crítica, há vários pontos e pontes comuns, principalmente quando há algum evento na agenda comum de vários movimentos, mas são escassas as cooperações inter-temáticas, *i.e.* a maioria das uniões dá-se em redes de movimentos que combatem a mesma questão. Isto, talvez, porque no seio do próprio movimento se encontram ambiguidades teóricas e práticas por resolver, o que coloca entraves ao seu potencial de criar e expandir alternativas à *corporate globalization*.

Mas também noutras lutas e acções se tem verificado dificuldades semelhantes em romper os interesses estabelecidos.

Em 2002, quando os E. U. A. decidiram invadir o Afeganistão e em 2003, quando se tratou da invasão do Iraque (sem o aval do Conselho de Segurança das Nações Unidas), em todo o mundo juntaram-se milhões⁸⁷ para se manifestarem contra a essa iniciativa bélica. O resultado foi nulo. Não foi suficiente a crítica da opinião pública internacional, nem tão pouco da nacional, nem a legalidade internacional ou o suposto equilíbrio de poderes moderno, consagrado no esquema de forças do Conselho de Segurança⁸⁸.

Isto leva à consideração, entre muitas outras, de que existe uma lacuna inexorável entre os cidadãos e o sistema político, nacional ou internacional. Recentemente, conforme já foi avançado no capítulo sobre o Movimento Ambientalista, sucedeu o mesmo em Copenhaga. Não é pois de estranhar que, no caso do altermundialismo, se verifique aquela dimensão intrinsecamente reivindicativa de democracia sistémica à qual, para Tilly (2004), apenas raros movimentos aderiram na História.

O reconhecimento da internacionalização dos núcleos de poder e, na maioria das vezes, a sua progressiva virtualização⁸⁹ poderão ter catapultado aquelas exigências democráticas para as trin-

cheiras do movimento, que se tornaram então uma espécie de meta-reivindicação, que possibilitará posteriormente as outras. Mas devem ser englobadas no seu contexto mais vasto. A emergência da «democracia pós-moderna», conforme afirma Cruz (2008), radica no facto das instituições representativas estarem a tornar-se obsoletas, porquanto estão erigidas sobre um dos pilares mais fundamentais da modernidade – a soberania nacional – cada vez mais erodido pelas transformações de poder com a globalização⁹⁰.

Não é, pois, de estranhar que, para os altermundialistas, seja peremptória a adopção de uma democracia mais participativa, capaz de assimilar e dialogar com as cidadanias locais e globais. Mas aí entra de novo a questão ideológica e metodológica.

Retomando as cisões internas do FSM atrás expressas, verificamos que existe ainda uma resistência profunda a todo o discurso que tenha reminiscências dos conceitos e práticas utilizados pelo socialismo soviético.

Por outro lado, existe também a resistência dos adeptos desse mesmo socialismo centralizado em desapropriar-se do «vanguardismo partidário» e relegar as decisões directamente para os cidadãos.

Ora isto leva-nos a crer que existe, em primeiro lugar, a complicada tarefa de desconstruir discursos, para que se possa partir para uma discussão efectivamente entre iguais. Se isto não acontecer, as perspectivas anunciam-se pobres para o movimento, porquanto não conseguirá nem combater eficazmente aquilo que denuncia, nem catalisar e reforçar a esperança das pessoas num mundo diferente.

Se não se passar dos protestos ou de conquistas anti-hegemónicas localizadas para o nível global, dada a força estrutural dessa dimensão, a tendência será para a entropia do movimento e progressiva decadência, ao nível da capacidade de mobilização dos recursos. Fazem aí sentido as teses sobre a racionalidade dos manifestantes, dado que, independentemente das suas manifestações terem um forte cariz ético, a sua participação conta, parcialmente ao menos, com alguma expectativa de resultados, e ao acumularem-se demasiadas frustrações, a passividade torna-se talvez a saída mais previsível.

Poder-se-á enveredar, numa linha interpretativa complementar a esta, pela aposta numa espiral virtuosa para o movimento, caso o mesmo consiga criar ou aproveitar as oportunidades que surjam no horizonte. O que sucedeu na Argentina, que resultou numa autonomização ideológica e social dos participantes das mobilizações cívicas e dos movimentos de ocupação, forjando novos caminhos de emancipação política, social e económica, espelha essa possibilidade.

O encontro de distintas identidades num espaço simultaneamente objectivo e subjectivo (o *locus* da luta, nas ruas e nas fábricas) terá eventualmente proporcionado aquele estado de espírito psico-social que Alberoni catalogou como «estado-nascente» (Alberoni, 1989, *apud* Dores, 2009), transbordando para reflexividades capazes de gerar acções criativas e solidárias, rompedoras das anteriores amarras dominantes.

Aí encontram eco as palavras de Michel Foucault (2006), que avançou a ideia de que a dominação não se encontra circunscrita nas contradições económicas ou na coerção política, mas antes numa vasta gama de instituições, práticas e fabricações socio-culturais e de conhecimento. É a partir dessa desconstrução epistemológica que se conseguem discernir as formas de exploração subsidiárias (e subsidiadoras) do poder económico e político, e se poderá suprimir a dominação⁹¹.

Estas ideias são ainda mais importantes na época actual, na qual a Sociedade do Espectáculo⁹² nos tolda a visão crítica do mundo e da vida. No contexto presente de flexibilização laboral, de problemas globais que afectam o local e o seu inverso, de tecnologias de comunicação e informação cujo potencial de interconexão para os Novos Movimentos Sociais está tão presente⁹³ quanto o risco de alienação e manipulação⁹⁴ da realidade.

Nestas circunstâncias, como pode o sujeito acercar-se de si mesmo e da formação de uma consciência livre? Se, por um lado, o desejo de liberdade do indivíduo face aos mecanismos que o controlam (seja de que ordem forem) o impelem à sua autonomização crescente, por outro lado, o(s) discurso(s)

dominante(s) (que Foucault e Touraine referem) subtraem-lhe a energia potencial para alterar as pesadas e cada vez mais distantes estruturas de poder.

Ao mesmo tempo, se os movimentos sociais antes eram ordenados segundo categorias facilmente identificáveis, fossem elas de classe ou de género, hoje em dia multiplicam-se numa panóplia de perspectivas, dimensões e prioridades distintas, que se oscilam entre uma ética universalista e a conquista de direitos específicos.

A dimensão cultural de que falávamos no início do trabalho e que se inscreve no paradigma dos Novos Movimentos Sociais (enunciados por Castells e Touraine) trouxe novos campos de batalha que se defrontam, essencialmente, com os mesmos opositores. Mais do que o capitalismo, ou o patriarcalismo, ou o neocolonialismo, trata-se do sistema de «pensamento único», que se substituiu ao pensamento dicotómico da Guerra Fria (também ele monolítico).

Não quer isto dizer que os conflitos deixem de ser políticos ou económicos⁹⁵, como uma parte da informação e da literatura dominante nos quer fazer crer, mas sim que são totais, i.e. sistémicos, porquanto decorrem de todas as limitações sofridas, a nível individual ou colectivo, por imposição de forças subjugadoras, que se perpetuam através de mecanismos próprios, mas também em resultado da inacção e conformismo dos que a toleram.

Se após os movimentos de contestação utópica da década de 60' se assistiu à sua progressiva «domesticação», acrescida de um pessimismo desencantado decorrente das utopias falhadas do século XX, nas últimas décadas têm surgido novas (ou renovadas) utopias e idealismos, com expressão em alguns dos Novos Movimentos Sociais, que marcam a complexidade do momento de transição que estamos a viver, não raras vezes, traduzido em perplexidades e situações de quasi-esquizofrenia. Nesse sentido, as heterotopias⁹⁶ que o compõem transportam ainda, nas suas contradições, algum potencial de esperança e transformação.

Por isso, hoje em dia, o maior desafio do altermundialismo será reconstituir-se das várias lutas fragmentadas e ser capaz

de projectar com coerência um outro mundo. E esse mundo terá, necessariamente, devido à legitimidade de algumas das suas narrativas, de ser capaz de albergar a diversidade de várias das suas propostas emancipatórias.

É interessante verificar que um tal projecto, nalguns dos seus aspectos, nomeadamente ao nível político, ético e económico parece retomar algumas das teses e debates essenciais do passado, sobretudo dos séculos XVIII e XIX, como é o caso da obra kantiana da Paz Perpétua (1776), do anarquismo, do socialismo utópico e das origens do socialismo marxista, onde as possibilidades presentes e as utopias passadas se poderão reencontrar.

Contudo, a riqueza e diversidade dos debates presentes nos Novos Movimentos Sociais, no contexto da globalização, também parecem anunciar e potenciar novas problemáticas e problematizações, o que auspicia a emergência de novas ideologias e debates em ruptura com o passado, por exemplo, ao nível das relações com a natureza, do diálogo intercultural, das questões de género e de sexualidade, ou ainda das relações e (im)possibilidades tecnológicas.

atitudes e instituições políticas» a essa mesma condição. A esta inquietude Harvey acrescenta que, nesta realidade empírica e teórica (a qual pode ser nomeada pós-modernidade), onde coabitam, por um lado, a tendência mercantilista (ou a commodificação) da produção estética ou cultural, o desconstruccionismo filosófico (que desemboca, maioritariamente, numa atitude nihilista face a qualquer proposta de uma meta-teoria ou «standard consensual de verdade e justiça, ética e significado») e a marginalização espacial (guetização), a propensão é a de re-emergir a política carismática (aludindo à conceptualização weberiana de autoridade), por via da estetização de uma política globalizada mediaticamente.

⁴ A maior dificuldade estará, aliás, em encontrar domínios onde a globalização não tenha ainda surtido qualquer efeito, directo ou indirecto.

⁵ Referimo-nos à evolução do sistema de organização da produção do tipo fordista, para o que se lhe seguiu (pós-fordismo), incorporando a deslocalização da produção e o advento galopante da transnacionalização das empresas. A essa mudança subjaz a alteração do mapa industrial e comercial do mundo, significando a penetração e expansão das multinacionais nas regiões (e com a funcionalidade) que mais convém à lógica lucrativa do mercado.

⁶ Inclusive, há uma certa tendência de se ver a globalização como americanização do mundo. Vide Stiglitz (2007) e Conversi (2004), por exemplo. De acordo com o último autor, a corrente forma de globalização cultural como sinónimo de americanização está a engendrar conflitos em vários níveis e, tendo em conta que o processo é unidireccional, a imposição de mais e mais produtos de massa e ícones culturais americanos, significa menos possibilidade do diálogo intercultural, comunicação e entendimento entre nações, com a consequente fusão de nações e mesclar de grupos étnicos. Refere ainda que há uma ligação directa entre a globalização cultural e o aumento do racismo e o nacionalismo xenófobo.

⁷ Expressão proferida por Margaret Thatcher que simbolizou a doutrina neoliberal desde o início da década de 1980.

⁸ Sobre este assunto, há uma grande quantidade e variedade de publicações. Sem despeito por outros, eis algumas: Chang (2002), Chang e Grabel (2004), Rodrik (2002), Evans (2004), Stiglitz (1996, 2007).

⁹ Vide, por exemplo Wade (2004). Na mesma linha, segundo Santos (2000), estima-se que a globalização favorece apenas 1/3 da população mundial, enquanto 2/3 ficam de fora.

Notas

¹ Sobre o termo Anti-globalização, devemos discernir que, pese embora a diferenciação conceptual (a qual adiante explicitaremos) entre aquela nomenclatura anglo-saxónica (antiglobalization) e a que tem raízes francófonas (altermondialisation), neste âmbito, as mesmas são usadas indiscriminadamente, i.e. sem qualquer juízo de valor ou de sentido. Assim, Anti-globalização, Altermundialismo e Alterglobalismo serão sinónimos neste artigo.

² George Soros (2002): «a Globalização é a designação que se dá ao livre movimento de capitais e ao aumento do domínio, por parte dos mercados financeiros e das grandes empresas multinacionais, sobre as economias nacionais.» O autor sustenta que «a globalização está desequilibrada: o desenvolvimento das nossas instituições internacionais não conseguiu um ritmo equivalente ao desenvolvimento dos mercados financeiros internacionais; a globalização da economia avançou enquanto as políticas se deixaram atrasar-se.»

Jacques Adda (1996): «O fenómeno da globalização traduz mais uma mutação que uma continuidade. (...) a integração crescente das partes que constituem o todo da economia mundial concede-lhe uma dinâmica própria, que escapa cada vez mais ao controlo do estado, atingindo certos atributos essenciais da sua soberania, tais como o controlo monetário e a gestão das finanças públicas. A mobilidade dos dados, das imagens e dos capitais, graças à revolução das comunicações tornou obsoleta domínios e noções como fronteira e território. Em contrapartida essa revolução encoraja a organização da produção numa base transnacional e concorre com a mundialização das normas de consumo.»

Ainda: «O ecletismo é o grau zero da cultura geral contemporânea: ouve-se reggae, vê-se Western, come-se MacDonald's ao meio-dia e a cozinha local à noite, usa-se perfume parisiense em Tóquio e roupa «retro» em Hong-Kong, o conhecimento é matéria para concursos televisivos» (Baudrillard, 1994).

³ Sobre isto, é especialmente pertinente o conceito de compressão espacio-temporal de David Harvey (1990), apresentando o paradoxo entre a velocidade a que a realidade é constantemente actualizada e modificada, largamente motivada pela transição do modelo fordista para a «acumulação flexível» e a incapacidade de adaptação dos nossos «mapas mentais,

¹⁰ Uma leitura possível sobre a origem do termo anglo-saxónico, com a implícita conotação mais «agressiva», é fornecida por Noam Chomsky, entrevistado por Sniježana Matejčić (Junho de 2005). Ele argumenta que a sua aplicação deveu-se a uma reacção da propaganda conservadora quanto ao próprio movimento, visando a sua redução, ou mesmo, ridicularização. Assim, para ele, tal como a «globalização» representa uma versão específica da integração económica internacional, que privilegia os interesses dos investidores e especuladores mundiais, o termo anti-globalização é estendido a todos aqueles que desejam uma outra forma de associação internacional. Cita o exemplo do termo «anti-soviético» usado para marginalizar os dissidentes daquele regime, ao qual nós podemos acrescentar o dispositivo linguístico e legal «antipatriot», difundido nos EUA pós-11 Setembro. Ainda, numa perspectiva de desconstrução do termo, podemos enumerar a vontade de construir uma solidariedade mundial, expressa pelo internacionalismo proletário e por movimentos transnacionais, presentes no rol catalogado como antiglobalista.

¹¹ Para uma maior percepção do tema recomenda-se a leitura dos textos de Raposo, Maria Rita (2009), Sobre a Modernidade in Alguns Textos de Apoio 2009-2010, da disciplina de «Movimentos Sociais no Contexto da Globalização» – Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional (ISEG – UTL, Lisboa)

¹² Um caminho analítico interessante é a consideração de Touraine (2009) de que aquela «Constituição Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão» não significou um início, mas antes o encerrar de uma época, onde o direito natural era valorizado, ao passo que a partir de então, através da racionalização e laicização, «tudo, assim somos ensinados, se torna material, instrumental, quantitativo».

¹³ Ironicamente, é curioso que a adopção de comportamentos anti-fordistas, tais como o hedonismo, a criatividade, a voluntária flexibilidade laboral (representado pelo «trabalhar menos e viver mais» e o rompimento com o padrão idílico moderno do «emprego para uma vida»), viriam a ser económica e comercialmente instrumentalizados pela reacção pós-fordista global, conforme Rota (2008) acutilantemente denota.

¹⁴ McDonald (2006) considera o movimento Zapatista como o primeiro movimento de carácter «antiglobalização», contudo reconhece que *Seattle* apresentou-se como o primeiro grande movimento mundial anti-globalização.

¹⁵ Sobre os percursos históricos e operários do anarquismo e as influências do(s) mesmo(s) nos jovens «radicais» do Movimento, aconselhamos o interessante artigo de Barbara Espstein (Monthly Review, Setembro 2001) URL: <http://www.monthlyreview.org/0901epstein.html>

¹⁶ Lima, Marinús Pires de; Nunes, Cristina (2004). *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Classes, Movimentos e Lutas Sociais*. Braga, 7 pp. URL: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4615154630dd5_1.pdf

¹⁷ Sobre a participação do movimento sindical ler: Borges, Altamiro (2002). *A trágica experiência do NAFTA*. In *Resistir.info*, 19 Jul 2002. URL: http://resistir.info/brasil/alca_nafta.html

¹⁸ Pode-se ver mais em McDonald, Kevin. (2006)

¹⁹ Black Bloc é um grupo de manifestantes que habitualmente se veste de preto e usa máscaras de ski (ou de outro tipo), para se protegerem dos gases de dispersão aplicados durante as manifestações, mas também para salvaguardarem o anonimato da identidade. Na maioria dos casos, a sua ideologia é identificada com o anarquismo, devido ao carácter anti-institucional, apartidário e auto-organizado do grupo. As estratégias de acção directa envolvem desde sabotagens, actos de vandalismo (mais ou menos simbólicos), incitamento de insurreições e motins, confronto directo com as autoridades, etc. Os primeiros casos em que a presença destes grupos ficou associada foi na Alemanha Oriental (ex-RDA), em manifestações contra as armas nucleares, movimentos de libertação de animais, entre outros. Foi, porém, em Seattle que o seu reconhecimento se tornou mundial, devido ao protagonismo mediático que obtiveram.

²⁰ A distinção entre ambas pode ser entendida segundo a atitude face à lei. Enquanto a primeira, acção directa não-violenta ou desobediência civil, se fundamenta no não cumprimento das leis ou ordens do Estado (através das forças de coerção, por exemplo), já a acção directa violenta acarreta a transgressão de leis penais. De entre estas, podem ainda ser distinguidas aquelas que violam apenas direitos de propriedade ou aquelas que tomam a forma de violência física sobre pessoas, normalmente dirigidas a agentes da autoridade, ou representantes políticos/institucionais.

raiz popular em Portugal (1974-1994). In Revista Crítica de Ciências Sociais, no. 65. Maio de 2003. URL: http://www.ces.uc.pt/rccs/ficheiros/065/artigos/RCCS65-151-173-Figueiredo_e_Fidelis.pdf

³¹ Ainda sobre os Partidos Verdes, verifica-se que estes têm maior participação em países cujo sistema eleitoral baseia-se na representação proporcional, como na Europa, e menos participação em países de sistema eleitoral majoritário, EUA e Inglaterra (Rootes 1997a e Bosso 2000, apud Rootes 2004).

³² Aqui o autor quer reforçar a ideia de que o movimento possui mais expressão apenas quando age em conjunto, independentemente de linhas de pensamento, ideologias, altos ou baixos orçamentos, grande organizações ou movimentos comunitários.

³³ Haynes salienta: «são esforços desesperados das pessoas mais pobres do mundo para defender o seu habitat» (Haynes, apud Rootes 2004). Comparison of environmentalism in east Asia and in southern Africa suggests that it is in the stronger states in east Asia with their more developed channels for the articulation of civil society, as well as their greater affluence, that have fostered more vigorous development of environmental movements there than in sub-Saharan Africa (Mittelman 1998: 867-8).

³⁴ Figueiredo e Fidelis (2003) avançam que as questões ambientais passam a ser sentidas como questões sociais, tanto nos países desenvolvidos, como nos países em vias de desenvolvimento.

³⁵ É interessante realçar aqui um paradoxo enunciado por Figueiredo e Fidelis (idem) em suas conclusões: «... o Estado é ao mesmo tempo causador e solucionador dos conflitos»

³⁶ Por diversos *componentes* entenda-se os diversos grupos de movimentos ambientais espalhados pelo mundo.

³⁷ Respectivamente, Movimento que ressalta a importância das mulheres na protecção e melhoria do meio ambiente (Shiva, Mellor e Salleh, apud Rootes 2004) e Movimento que surge para afirmar que «destruir o ambiente é destruir a criação divina», ou seja, é na defesa dos valores espirituais que se defende o ambiente (Brulle, 2000, apud Rootes, 2004).

³⁸ A falta de um organismo internacional (uma espécie de Assembleia Mundial) independente, para que todos tenham o direito de se expressar e decidir, em pé de igualdade, sobre os temas de interesse global (Stiglitz, 2007), ideia que é radicalmente contrária às instituições de governação mundial actuais, onde continuam a exercer-se mais os poderes fácticos do que os legalmente instituídos

²¹ Epstein (2001) refere que foi o activismo radical o principal responsável pelo cancelamento da cimeira.

²² Outras cidades que aderiram às manifestações foram, por exemplo, Cancún, Porto Alegre, Génova, de entre outras.

²³ Koopmans, Ruud (2007). *Protest in time and space in The Blackwell Companion to Social Movements*

²⁴ Sobre o uso das tecnologias da informação nos movimentos sociais ver: Orrico, Neblina (2009), *Movimentos Sociais Conectados: o MST e o Exército Zapatista*. In *Le Monde Diplomatique*, 28 Abr 2009. URL: <http://diplou.com.br/2009-04.a2843> - Acesso em 10 Nov. 2009.

²⁵ Pereira, Garcia (2008). *A globalização da protecção laboral*. Discurso de Abertura do V encontro da JUNTRA – Brasília, 26 de Outubro de 2008.

²⁶ Os estudantes, a partir da década de 70, passam a ser educados, principalmente, na área de ciências humanas e ciências sociais formando, assim, uma crítica ao consumismo capitalista que estava a interferir no ambiente (Rootes, 2004).

²⁷ Os Partidos Verdes possuíam ideologias que iam de encontro às dos Movimentos Anti-Nucleares e a favor da Paz, e desta forma ganharam grande respaldo e importância no mundo, a partir da década de 70.

²⁸ Milton Santos (1995) apresenta uma visão de que o avanço dos movimentos sociais deu-se diante do avanço da degradação ambiental por parte do próprio homem e divide-os em três períodos: pré-técnico, técnico e científico-técnico-informacional (Santos, 1995). *A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar*. In *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, no. 15, Madrid. URL: <http://147.96.1.15/BUCEM/revistas/ghi/02119803/articulos/AGUC9595220696A.PDF>

²⁹ «Este grupo deixa de lado o antropocentrismo e adopta o ecológocentrismo» (Dowie, 1995).

³⁰ Apesar dos movimentos continuarem a depender da participação popular, Figueiredo e Fidelis (2003), salientam que estes movimentos de base popular têm sido negligenciados pela maior parte das análises efectuados no âmbito dos movimentos ambientalistas (Figueiredo, Elisabete e Fidelis, Teresa (2003). *No meu quintal, não! Contributos para uma análise dos movimentos ambientais de*

³⁹ As autoridades referem números na ordem das 25 000 pessoas, enquanto os Movimentos activistas retorquiram cerca de 100 000. URL: <http://www.cbc.ca/world/story/2009/12/12/copenhagen-conference-protests.html> e <http://www.guardian.co.uk/environment/2009/dec/12/copenhagen-demonstrators-rally-global-deal>

⁴⁰ «Nenhum movimento faz uma afirmação mais convincente de suas preocupações ao nível global. Nenhum movimento existente faz uma crítica mais clara dos custos da industrialização capitalista para as pessoas e para o planeta, de um modo persistente e duradouro, sempre na esperança de que existe uma melhor maneira» (Yearley, apud Rootes 2004).

⁴¹ Esta escolha pode ser defendida com base nos seguintes argumentos: relativamente ao Comércio Justo, pela escala em que actua (que é essencialmente global, apesar de quantitativamente representar apenas uma ínfima fatia do comércio internacional), pela projecção que tem vindo a adquirir. Também importa o modelo em que se baseia, incluindo as dimensões produtiva, a intermediária e a consumidora. Já no caso das empresas argentinas recuperadas, os argumentos são ligeiramente diferentes – a sua amplitude é necessariamente mais restrita, o fenómeno emergiu como reacção a uma profunda crise económica e social e o mesmo suscitou, ao longo do processo, a abertura de novos espaços de crítica, resiliência e autonomia face ao pensamento ortodoxo.

⁴² Embora Smith fosse anterior ao surgimento da teoria neoclássica (e muitas das suas convicções diferentes daquela), inspirada essa fundamentalmente pela Escola Austríaca, o seu argumento da «mão invisível» continua a ser fundamental para a legitimação do *mantra* individualista na economia.

⁴³ Ou assimétrica, que valeu a distinção Nobel do Banco Sueco a Joseph Stiglitz, em 2001.

⁴⁴ Julgamos necessário sublinhar aqui um exemplo notório – o Dilema do prisioneiro. O mesmo exemplifica como num jogo que não é de soma zero, a estratégia de maximização da utilidade individual não concretiza a utilidade geral, antes pelo contrário. Ora, uma das conclusões possíveis a retirar é a refutação clara do princípio descrito por Smith. Por outro lado, a prática iterativa do Jogo (com número de rondas aleatórias), resulta normalmente na cooperação entre ambos. Também no caso

de experiências com autómatos se verifica a não-ocorrência do equilíbrio de Nash (ambos traírem), mas antes a superioridade da estratégia *tit for tat*, comandada na primeira jogada pela escolha de cooperação. Isto levou à conceptualização de altruísmo recíproco ou, de outro prisma, da cooperação evolutiva (aplicável a diversos comportamentos sociais entre animais e pessoas). Sobre este assunto e algumas das suas repercussões teóricas, empíricas, e políticas vide Phillip Mirowski (2000) e Angela Stanton (2007), entre outros.

⁴⁵ Um dos axiomas mais recorrentes na lógica capitalista é a de que a eficiência de Pareto é atingida naquela circunstância. Ora o teorema Arrow-Debreu que o sustenta, é largamente restritivo, porque pressupõe as seguintes condições: para todos os bens existe um equilíbrio perfeito entre a oferta e procura, competição e informação perfeitas, e inexistência de custos de transacção ou externalidades (Mirowski, 2000).

⁴⁶ Citação original de Sen (1987, apud Pimentel, 2005) URL: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA6UXJE4/1/elson_disserta__o_v5.pdf

⁴⁷ «O mercado cambial é o maior mercado que existe: o equivalente a 1,6 a 2 trilhões são movimentados por dia (mais do que o PIB anual de um país como a França, 60 a 70 vezes o que representa o volume da circulação de mercadorias)» (cf. Smouts, 2004).

⁴⁸ Assim, na Ásia pode ser também apelidada de Economia Popular (tal como na América Latina) ou Economia Compassiva (Compassionate Economy). Na América Latina pode ser também aplicado o termo Economia do Trabalho. A abordagem oriunda desse continente privilegia a leitura do fenómeno como projecto social alternativo, enquanto na Europa são focados os aspectos mais orgânicos, desembocando consequentemente numa interpretação menos política e mais virada para a coexistência com o sector mercantil típico e o sector público (Castresana, Etxarri e Aldanondo, 2009).

⁴⁹ Intitulada de «Economía Social, Empresa Social y Economía Solidaria: diferentes conceptos para un mismo debate» (Castresana, Etxarri e Aldanondo, 2009) URL: http://www.economiasolidaria.org/papeles_ES_1

⁵⁰ Para uma classificação dos critérios normativos e organizativos que animam essa economia, vide a Carta de Princípios da Economia Social (2002), promovida pela Conferência Europeia Permanente de Cooperativas, Mutualidades,

Associações e Fundações, a enunciada pelo CESE (Comité Económico e Social Europeu) e a do CIRIEC International (International Centre of Research and Information on the Public, Social and Cooperative Economy). Interessante, também, é a Carta de Princípios de Economia Solidária (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2003)

⁵¹ Encontram-se ainda: plataformas de consumidores e/ou produtores de economia solidária, na esfera comercial, ou no campo financeiro, sistemas de moeda local ou social, ou a Banca ética. Também Bancos de Tempo, em termos de recursos humanos, empresas de inserção (comunitárias ou associativas), e sociedades laborais ou empreendimentos informais (especialmente em África, América Latina e Ásia).

⁵² Decorre, pois, que procuram imbuir a actividade económica de uma significância que transcende a perspectiva de lucro, assentando antes em valores humanistas, tais como: cooperação, solidariedade, justiça, igualdade, dignidade e respeito para com o próximo e o meio-ambiente.

⁵³ Alguns casos disso são: A empresa «Prisme» em Dundee, Escócia (Março 2009); «Republic Windows and Doors», Chicago, EUA (Dezembro 2008); «Stella d'Oro», Nova Iorque, EUA, «Uraplast», Acarigua, Venezuela (Maio 2009); «Alcan Inc.», Jonquiere-Quebec, Canadá (Fevereiro 2004), «Alnoor Sugar Mill Moro», Sind, Paquistão (Março 2008), «CommScope», Seneffe, Bélgica (Março 2008), «Goss International», Nantes, França (Março 2009), «Bike System GmbH», Nordhausen, Alemanha (Julho 2007), «Visteon-Ford», Belfast, Enfield e Bardon - Irlanda do Norte (Março 2009), «Laminados Andinos», Duitama, Colômbia (Outubro 2009). A maioria destes movimentos de ocupação não visou directamente, ou não logrou o estabelecimento permanente da auto-gestão dos trabalhadores. A única excepção foi o da cooperativa alemã bem sucedida que fabrica a «Strike Bike GmbH» (URL:<http://www.strike-bike.de/Portal/>)

⁵⁴ Segundo documento militar oficial chileno. URL: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB185/full%20%5BRreport%20on%20Argentina%20disappeared%5D.pdf>

⁵⁵ Destacando-se, nomeadamente, a privatização de empresas públicas (inclusive de sectores estratégicos, como o petróleo, as telecomunicações, o sector energético, etc).

⁵⁶ Pablo Pozzi (2000) oferece um relato interessante sobre a emergência do movimento. Ele afirma que, apesar de alguns motins no princípio dos anos 90' (muitos deles ocorridos em manifestações de reformados que reclamavam um aumento das pensões), e da escalada de repressão policial aquando se davam acções colectivas, foi a partir de 96' que o movimento de piquetes se afirmou na cena política argentina.

⁵⁷ Para o que se segue, cf. Pozzi (2000)

⁵⁸ Estimado em 10%, em Outubro de 2001, segundo estatística apresentada pelo IDEC (Instituto Nacional de Estadística y Censos). Vide: <http://www.mercedesya.com.ar/noticias/30000624-record-en-desocupacion-en-la-argentina.htm>

⁵⁹ Em «Que se vayan todos», (AGP, 2002), onde constam relatos de testemunhas oculares deste movimento. URL: http://www.nadir.org/nadir/initiattiv/agp/free/imf/argentina/txt/2002/0918que_se_vayan06.htm

A fonte referida é **Acción Global de los Pueblos**, que se auto-define como um «instrumento de coordenação e não de organização», que «não é legal, nem nunca será legalizada ou registada em nenhum país; não tem, nem nunca terá personalidade jurídica, nem membros e não representa ninguém ou nenhuma organização, nem é representado por ninguém ou nenhuma organização». É uma rede descentralizada que visa combater a liberalização económica, o capitalismo global e o seu paradigma de desenvolvimento, inspirando a desobediência civil e a acções construtivas orientadas para as pessoas. Sobre os princípios organizacionais, vide: <http://www.nadir.org/nadir/initiattiv/agp/cocha/principios.htm>

⁶⁰ Pozzi (2000) justifica essa teimosia como a não-resposta natural inerente à deliberada construção neoliberal da sociedade argentina, onde as convulsões sociais foram interpretadas pelos poderes instalados como o preço a pagar pelo novo país, com os seus inevitáveis elementos disfuncionais e inadaptados à nova ordem. Eduardo Galeano (2002) arremata com a ideia de que «na Argentina, tal como em vários outros países, as pessoas votam, mas não escolhem. Elas votam por uma pessoa, mas outra governa: o clone governa. O clone, uma vez instalado no poder, faz o contrário do que o candidato prometeu durante a campanha».

⁶¹ A ocupação de espaços devolutos, destinando-se a actividades socio-culturais participativas e não-lucrativas. A criação de cozinhas comunitárias, cafés, aulas tutoriais de apoio a estudantes e de educação popular, actividades culturais, associações de média alternativas (indymedia), entre outras.

⁶² Sítio oficial: <http://www.fabricasrecuperadas.org.ar/>

⁶³ Destaque-se o quadro legal, que continua a privilegiar a propriedade privada, sendo o objectivo último o de garantir o máximo retorno aos credores aquando da venda compulsória da empresa. Assim, há duas grandes possibilidades para as *recuperadas*: ou obtém uma permissão temporária de uso das instalações enquanto a insolvência não é formalizada, ou é passada uma lei de expropriação individual, o que não é sinónimo de pagamento da mesma pelo Estado, antes pelo contrário. Em qualquer dos casos, a orientação jurídico-política dispõe-se no sentido da aquisição privada da empresa, seja por parte da cooperativa, de investidores exteriores à mesma, ou por parte de ambos. Uma terceira hipótese viável legalmente, seria a nacionalização da empresa, destino preferido por apenas 2% das cooperativas de recuperadas que é, além do mais, descartado pelo Estado (Hille, 2009). Assim, a maioria das cooperativas são mantidas, ainda hoje, num regime de legalidade precária, o que não favorece o ambiente social e económico da produção.

⁶⁴ Por exemplo, a deliberada criminalização e rotulagem pejorativa dos trabalhadores, por parte do diário mais consumido na Argentina – «La Nación» (La Nación, 28/06/05, apud Evans, 2007)

⁶⁵ URL: <http://www.tenthousandvillages.com/php/about.us/history.php>

⁶⁶ Sigla composta pela primeira letra das quatro redes que a compõem, respectivamente: FLO, IFAT, NEWS e EFTA.

⁶⁷ Em «Comércio Justo na Europa 2001» – Estudo de Jean-Marie Krier para a EFTA (ed. CIDAC, 2001)

⁶⁸ Documento disponível em: URL: <http://www.fairtradeadvocacy.org/documents/FAIRTRADEFINITIONnewlayout2.pdf>

⁶⁹ Num estudo conduzido por Cyril Bouquet e Georges Hénault (1998), em Ottawa, obtém-se uma caracterização do perfil destes consumidores (análogos aos consumidores ecológicos). «É normalmente do sexo

feminino, com idade compreendida entre os 20-55 anos, com estudos universitários, trabalhador(a) no sector social e com relativo bem-estar financeiro. É um consumidor do tipo policêntrico, dinâmico e com capacidades de influência de opinião. O segundo tipo é etnocêntrico, sensibilizado, educado e hesitante entre benefícios pessoais e sociais. Tem um estatuto social médio a elevado, com características de formador de opinião também. Por fim, nesta classificação temos o tipo egocêntrico, refractário, com menos educação e estatuto social. As proporções de cada um são, respectivamente: 55-65%; 30%; 5-15%. (Tradução nossa) Nota: Devido à distância do ano de publicação do estudo (1998), estes dados podem actualmente não se revelar consistentes, servindo apenas para ilustrar o consumidor típico naquela altura.

⁷⁰ Há, no entanto, excepções, como demonstram os casos de cooperativas ou empresas de trabalhadores que conseguiram penetrar na alta esfera do comércio internacional, negociando directamente com empresas transnacionais de renome, tal como a IKEA, nos exemplos da «Aarong» e «Juteworks», ambas do Bangladesh. (Redfern e Snedker, International Labour Organization, 2002)

⁷¹ «*The bitter taste of tea – a journey into the world of Fairtrade*» (Realizado por Tom Heinemann e Erling Borgen, 2008) é um documentário dinamarquês sobre o cultivo justo de chá no Sri Lanka, Bangladesh, Quênia e Índia que retrata bem essas falhas e, regra geral, a indiferenciação entre as condições de produção e de *livelihood* dos trabalhadores convencionais e dos trabalhadores *fairtrade*.

⁷² Sobre a dicotomia entre o «strictly business» e o «strictly social» patente na estrutura e ideologia de várias organizações de Comércio Justo, vide A. Caserta: «As duas Almas do Comércio Justo», in Revista Antipodes, Julho-Setembro 2003, disponível em: <http://www.cidac.pt/DuasAlmasCJ.pdf>

⁷³ A McDonald's dispensa apresentações críticas, pois são já do conhecimento comum. Quanto à Starbucks, aponte-se a sua presença na prisão norte-americana de Guantanamo, para nomear apenas um aspecto. <http://www.businesshumanrights.org/Search/SearchResults?SearchableText=starbucks+guantanamo&x=0&y=0> Os Supermercados referidos, por sua vez, estão associados a graves condutas para com os seus trabalhadores. Vide artigo esclarecedor de Christian Jacquiau «Max Havelaar ou as ambiguidades do Comércio Justo», in Le Monde Diplomatique (Portugal), 25 Outubro 2007 URL: <http://pt.mondediplo.com/spip.php?article125>

⁷⁴ Corolário do desemprego, da crescentemente assimétrica distribuição do rendimento, da espoliação dos recursos naturais dos países mais pobres por grandes empresas capitalistas, o exacerbar da privatização das empresas públicas, a utilização desmesurada de alguns dos recursos naturais existentes, com reais e incalculáveis danos ambientais para toda a humanidade, etc.

⁷⁵ Segundo Relatório do FSM sobre o Desenvolvimento Mundial de 2006: «Se a desigualdade de oportunidades é grande em muitos países, ela é realmente desconcertante em esfera mundial, especialmente a nível de saúde e educação. Os 500 indivíduos mais ricos detêm um rendimento semelhante ao rendimento somado dos 40 países mais pobres, com uma população de 416 milhões de pessoas» (Santos 2008).

⁷⁶ Repercutindo-se na intensificação dos conflitos e das guerras.

⁷⁷ O número de participantes tem crescido nas sucessivas edições do Fórum: de 10 000 a 15 000 no primeiro fórum, em 2001, a cerca de 120 000 em 2009, com predominância de europeus, norte-americanos e latino-americanos, excepto em 2004, quando o evento foi realizado na Índia (Mumbai).

⁷⁸ Santos considera que o FSM é um «movimento» da esquerda, mas um «à esquerda» diferente da esquerda dominante.

⁷⁹ Para um relato da cacofonia do Encontro do FSM de 2007, em Nairobi, vide este artigo de Ullrich Fichtner (trad. inglesa por Christopher Sultan) «*The Road from Protest to Professionalism – World Social Forum Looks for a Business Plan*», in Der Spiegel (30/01/2007) URL: <http://www.spiegel.de/international/spiegel/0,1518,463076,00.html>

⁸⁰ Taxa sobre as transacções monetárias proposta pelo prémio Nobel James Tobin (1918–2002) em 1972 (desenvolvida em 1978), com o fim de desincentivar a elevada frequência de transacções monetárias motivadas por fins meramente especulativos.

⁸¹ «*O Fórum Social Mundial e a crise da globalização*», in Le Monde Diplomatique Brasil (9 Janeiro, 2009) URL: http://diplo.uol.com.br/_Gustave-Massiah

⁸² A redistribuição da riqueza traz novamente a possibilidade de retorno ao mercado interno, à estabilidade salarial, às garantias da protecção social e a uma nova ampliação dos serviços públicos.

⁸³ A crise do modelo político de representação torna incontornável a ampliação da democracia social e o reforço da democracia representativa pela democracia participativa, eleita pelo FSM como princípio regulador da emancipação social.

⁸⁴ Podem ser encontradas naquilo que se apelida como a 3ª geração de Direitos Humanos – à 1ª correspondem liberdades civis e políticas clássicas e à 2ª direitos sociais, essencialmente – e que relevam os direitos culturais, de informação, ambientais, intergeracionais, etc.

⁸⁵ Nesta mesma linha de pensamento, relativamente à globalização, Santos afirma que: «(...) *it becomes clear that what we term globalization is, in fact, a set of different processes of globalization and, in the last instance, of different and sometimes contradictory globalizations. What we generally call globalization is, in fact, different sets of social relationships which give rise to different phenomena of globalization. In these terms there is not, strictly speaking, one sole entity called globalization, instead there are globalizations; to be precise, this term should only be used in the plural. As they are sets of social relationships, globalizations involve conflicts and, therefore, winners and losers.*»

⁸⁶ Seja ao nível da organização da produção (o que inclui também os direitos de propriedade sobre os meios de produção agrícola, industrial e de serviços), ou de formas de comercialização (preconizadoras ora de uma economia solidária (que pode ir do nível local ao internacional, por via de redes), ora de uma economia global onde os *standards* das condições de produção são avaliados por entidades exteriores competentes e os preços são determinados de forma não-especulativa.

⁸⁷ No fim-de-semana de 15-16 de Fevereiro de 2003, foram coordenadas manifestações contra aquela guerra, em mais de 800 cidades do Mundo juntando, no total, cerca de 10 milhões de pessoas. Quase um mês mais tarde, em San Francisco, 100 000 protestantes conseguiram paralisar a cidade, mas não a invasão. In «Resistance is futile – or is it?» (Steven Jones, San Francisco Bay Guardian, 19 Março 2008) URL: <http://www.globalpolicy.org/component/content/article/166/31175.html>

⁸⁸ Referimo-nos à doutrina de equilíbrio de poderes, fundada no Congresso de Viena de 1815, após a derrota do Império Napoleónico. Em rigor, essa é implicitamente a *Realpolitik* com que se arbitram e suprimem as tendências hegemónicas de alguma potência, apesar do institucionalismo que reveste a ordem internacional contemporânea.

⁸⁹ Que conhece vários processos, sendo um dos mais importantes, a financeirização do poder político, progressivamente mais encoberta pelas teias da globalização económica e pelos modos de comunicação contemporâneos, tornando cada vez menos visível onde se situa o poder realmente.

⁹⁰ «Está-se chegando à conclusão que os herdeiros da Era das Luzes são herdeiros apopléticos: as leis se converteram em receitas, o Direito em método e o Estado Constitucional Moderno em meros espaços jurídicos. A grande questão a ser respondida é se isso é suficiente para assegurar o futuro da Democracia? (...) Está-se diante de uma singular oportunidade histórica: configurar um Poder Público que possa ser aplicado ao local, ao regional e ao mundial, que seja sensível ao ser humano e propenso a incluir todas as pessoas a um mínimo de bem-estar» (Cruz, 2008).

⁹¹ Foucault acrescenta que «se falharmos em reconhecer esses pontos de apoio do poder de classe, arriscamo-nos a deixar que continuem a existir. E a ver esse poder de classe reconstituir-se, mesmo após um aparente processo revolucionário.» (idem, tradução nossa)

⁹² De Guy Débord (1991)

⁹³ Para uma incursão sobre esse assunto, i.e. o potencial contra-hegemónico e os novos conflitos travados no espaço cibernáutico, vide Castells (2007)

⁹⁴ Bastará analisar desconstrutivamente o formato e o conteúdo de reportagens televisivas, na maioria dos noticiários nacionais e nos principais internacionais (destacando-se nomeadamente as principais cadeias norte-americanas: CNN, FOX, CBS, entre outras). A forma como a informação é mastigada para, quando chega ao espectador, ser acriticamente engolida, é uma vertente crucial dessa manipulação. Acrescente-se, por exemplo, a Internet e a empresa Google, cujo motor de busca é o mais usado no mundo. Quem concebe os algoritmos usados para filtrar a relevância hierárquica de cada pesquisa por palavra? Com que lógica e com que influência por detrás? Que dizer do admirável mundo novo de censura que pode, em algumas linhas de código, informar e enformar a denominada Sociedade do Conhecimento? Lamentavelmente, este pensamento não é uma teoria neurótica de conspiração mundial – o mesmo já acontece, pelo menos, na China, tanto

quanto se sabe. Artigos de: Clive Thompson, *in* NY Times (23 Abril 2006) e BBC NEWS (25 Janeiro 2006), respectivamente:

URL:http://www.nytimes.com/2006/04/23/magazine/23google.html?_r=1&pagewanted=all
<http://news.bbc.co.uk/2/hi/technology/4645596.stm>

⁹⁵ Achamos pertinente transcrever uma citação de David Harvey numa palestra sobre a sua obra «A Brief History of Neoliberalism» (2005), onde explora a intencionalidade e os contornos do projecto político neoliberal, perpetrado por uma elite particular: «There's a lot of struggle against neoliberalization around the world and it's usually against some specific aspect of it. Environmental degradation here, misappropriation of resources there, dispossession of rights, through eminent domain somewhere else (hmm), problems of workers being laid off, outsourcing, all those kinds of things. There are many individual struggles going along, but when you look at the total package of what has happened, it seems to me we've actually had, for the last 30 years, a sophisticated class war waged against... all of us. And if it looks like class war and if it feels like class war, why don't we call it class war? And why don't we engage on it back?»
URL:http://www.youtube.com/watch?v=pN3Iz7XzUWM&feature=Playlist&p=7C79D8587AFE20EB&playnext=1&playnext_from=PL&index=13

⁹⁶ De *heterotopia*, conceito inventado por Foucault (1967)*, e aplicado por Harvey (1990) na sua análise sobre a pós-modernidade. Texto de Foucault «Heterotopias» disponível aqui – URL: <http://foucault.info/documents/heteroTopia/foucault.heteroTopia.en.html>

Bibliografia

- Adamovsky**, Ezequiel (2003), «Pots, Pans and Popular Power: the neighbourhood assemblies of Buenos Aires» *in* *We Are Everywhere: the irresistible rise of global anticapitalism*, ed. Notes from Nowhere, publ. Verso, London/New York 2003
- Adda**, Jacques (1996), *La Mondialization de l' économie*, Éd. La Découvert, Paris
- Aldanondo**, Luis, **Castresana**, Juan, **Etxarri**, Enekoitz (2009), «*Economía Social, Empresa Social y Economía Solidaria: diferentes conceptos para un mismo debate*», *In* Papeles de Economía Solidaria – Ekonomia Solidarioaren Paperak, Número 1, Junho 2009, Euskadi
- Ballvé**, Marcelo «*The Silent Revolution*», *in* Orion, July-August 2006
- Baudrillard**, Jean (1994), «De la marchandise absolue» *in* A. Melo (org.), *Arte e Dinheiro*, Lisboa, Assírio e Alvim
- Borges**, Altamiro (2002), «*A trágica experiência do NAFTA*», *In* *Re-sistir.info*, 19 Julho 2002
- Bouquet**, Cyril, **Hénault**, Georges (1998), «*Commerce international dit équitabile, logique marchande et marketing des causes sociales: vers une symbiose?*» *in* *Revue Française du Marketing*, nº 166, 1998/1

Caserta, Ângelo (2003), «*As duas Almas do Comércio Justo*», *in* *Revista Antipodes*, Julho- Setembro 2003, disponível em: <http://www.cidac.pt/DuasAlmasCJ.pdf>

Castells, Manuel (1997), *The Power of Identity*, Blackwell Companion, Oxford

Castells, Manuel (2007), «*Communication, Power and Counter-power in the Network Society*», *in* *International Journal of Communication*, 1 (2007)

Chang, H.-J. (2002), «Lessons for the Present» *in* Chang, H.-J. (2002), *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*, Londres, Anthem Press

Chang, H.-J., **Grabel**, Ilene (2004), «Myths and realities about Development», *In: Reclaiming Development: An alternative Economic Policy Manual*, Zed Books

Chomsky, N. (2005) entrevistado por Sniježana Matejčić (31 Março de 2005), *in* Galerija Rigo, Novi Grad

Chomsky, Noam, **Foucault**, Michel (2006), «The Chomsky-Foucault Debate on Human Nature», *The New Press*, New York, London

Conversi, Daniele (2004), «Americanization and the Planetary Spread of Ethnic Conflict: The Globalization Trap» London, *Department of Government, London School of Economics*

Coutinho, Sérgio (2007), *O Movimento dos Movimentos: Possibilidades e Limites do Fórum Social Mundial*, 1. ed. Manaus, Secretaria de Cultura de Manaus.

Cruz, Paulo (2008), «*Democracia e Pós-Modernidade*», In Pensar, vol. 13, n.2 (jul./dez. 2008), Fortaleza

Débord, Guy (1991), A Sociedade do Espetáculo, ed. Mobilis in Mobile, Lisboa
Disponível para download : http://www.elcambiosilencioso.com.ar/?page_id=3

Doherty, Brian (2002), Ideas and Action in the Green Movement, Routledge, London

Dores, António P. (2009), «Movimentos sociais existem?» In Interface: a journal for and about social movements, Volume 1 (1) (January 2009)

Dowie, Mark (1995), Losing Ground: American Environmentalism at the Close of the Twentieth Century. MIT Press, Cambridge

Espstein, Barbara (2001), «Anarchism and the Anti-Globalization Movement», in Monthly Review, Setembro 2001

Evans, Peter (2004), «Development as Institutional Change: The Pitfalls of Monocropping and the Potentials of Deliberation», in Studies in comparative International Development, Winter 2004, Vol. 38, Nº4

Evans, William T. (2007), «Counter-Hegemony at Work: Resistance, Contradiction and Emergent Culture Inside a Worker-Occupied Hotel», in Berkeley Journal of Sociology, vol. 51, Berkeley

Gottlieb, Robert (2005), Forcing the Spring: The Transformation of the American Environmental Movement Rev. And Update, Ed. Island Press

Harvey, David (1990), «The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change», Blackwell Publishing, Oxford

Harvey, David (2003), «The New Imperialism», Oxford University Press, New York

Harvey, David (2005), «A Brief History of Neoliberalism», Oxford University Press, New York

Hille, Kristina (2009) «The empresas recuperadas in Argentina – a way out of the crisis», documento técnico (ILO 2009), apresentado na Conferência The Social Economy – Africa's response to the Global Crisis (19-21 Outubro 2009), Joanesburgo URL:http://www.ilo.org/public/english/region/afpro/addisababa/events/social-economyoct12_09.htm

Houtart, François, «Las Alternativas creíbles del Capitalismo mundializado», in Porto Alegre: Otro Mundo es posible, ed. Manuel Monereo y Miguel Riera, ed. El Viejo Topo

Ibañez, Miguel A. (2004), «O que foi Cimeira de Cancún?» In Resistir.info, 20 Jan. 2004

Jacquiau, Christian (2007), «Max Havelaar ou as ambiguidades do Comércio Justo», in Le Monde Diplomatique (Portugal), 25 Outubro 2007 URL:<http://pt.mondediplo.com/spip.php?article125>

Koopmans, Ruud (2007), «Protest in time and space» in The Blackwell Companion to Social Movements, Oxford

Lima, Marinús P., Nunes, Cristina (2004), «Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação Atelier: Classes, Movimentos e Lutas Sociais», in Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, Braga

Lowy, Michael (2006), «Altermundialismo: movimento contra o neoliberalismo», In Brasil de Fato: Uma visão popular do Brasil e do mundo, Ed. 160., 23-29 Março 2006

Magnani, Esteban (2003), El Cambio Silencioso, ed. Prometeo, Buenos Aires

Massiah, Gustave, «O Fórum Social Mundial e a Crise da Globalização» em http://dipl.uol.com.br/_Gustave-Massiah

McDonald, Kevin. (2006), «Global movements – Action and Culture», Blackwell Publishing, Londres
Mirowski, Philip (2000), Machine Dreams – Economics becomes a Cyborg Science, Cambridge University Press, London

Orrico, Neblina (2009), «Movimentos Sociais Conectados: o MST e o Exército Zapatista», In Le Monde Diplomatique, 28 Abr 2009

Pereira, Garcia (2008), A globalização da protecção laboral. Discurso de Abertura do V encontro da JUNTRA – Brasília, 26 de Outubro de 2008

Pimentel, Elson A. (2005) «O conceito de Racionalidade e os paradoxos da Teoria de decisão – a proposta de Robert Nozick», UFMG, Belo Horizonte

Pozzi, Pablo (2000), «Popular Upheaval and Capitalist Transformation in Argentina», in Latin American Perspectives, Vol. 27, No. 5, 63-87 (2000)

Raposo, Maria Rita (2009), «Sobre a Modernidade» in Alguns Textos de Apoio 2009-2010. Disciplina Movimentos Sociais no Contexto da Globalização - Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional (ISEG – UTL, Lisboa)

Redfern, Andy, Snedker, Paul (2002), «Creating Market Opportunities for Small Enterprises: Experiences of the Fair Trade Movement», International Labour Organization, Genebra

Rodrik, Dani (2002), «Estratégias de Desenvolvimento para o novo século», in Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Diálogo entre os que chegaram depois (2002), UNESP, São Paulo

Rootes, Chistopher (2004), Environmental Movements in The Blackwell Companion to Social Movements. United Kingdom: Blackwell Publishing, 2004, 608-640 pp.

Rota, Anton F. (2008), «Hacia una redefinición postmoderna de la Revolución Política. Acontecimiento, Poder Constituyente y Disutopía» in Nómadas – Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas, n. 19, (Março 2008), Universidad Complutense de Madrid

Santos, Boaventura de Sousa (2004), «O Futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução», Revista del Observatorio Social de América Latina, 15.

Santos, Boaventura de Sousa (2005a), O Fórum Social Mundial: Manual de Uso, Porto, Edições Afrontamento

Santos, Boaventura de Sousa (2005b), «A Crítica da Governação Neoliberal: O Fórum Social Mundial como Política e Legalidade Cosmopolita Subalterna», Revista Crítica de Ciências Sociais, 72.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), «Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes», disponível em: www.ces.fe.uc.pt/bss/.../Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF

Santos, Boaventura de Sousa (2008), A Esquerda no Século XXI: as lições do Fórum Social Mundial, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Universidade de Wisconsin-Madison, Universidade de Warwick

Santos, Milton (2003), «Por Uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal», ed. Record, Rio de Janeiro

Sen, Amartya (1999), Development as Freedom, Oxford University Press, 1999

Sitrin, Maria (2003), «The Power of the Piqueteros», in We Are Everywhere: the irresistible rise of global anticapitalism, ed. Notes from Nowhere, publ. Verso, London/New York 2003

Smouts, Marie-Claude (2004), «É possível democratizar a governança da economia política global?», in América Latina y el (des)Orden Global Neoliberal – Hegemonía, Contrahegemonía, Perspectivas, Parte I, Abril 2004, Buenos Aires

Snow, David A.; **Soule**, Sarah A.; **Kriesi**, Hanspeter (orgs.), *The Blackwell Companion to Social Movements*. United Kingdom: Blackwell Publishing, 2004

Soros, George (2002), George Soros On Globalization, ed. Public Affairs, New York

Stanton, Angela (2007), «Evolving Economics: synthesis», MPRA Paper n.767, Munique

Stiglitz Joseph E. (1996), «Some Lessons from the East Asian Miracle», World Bank Research Observer, Vol. 11, 2

Stiglitz, J. E. (2007), Tornar a Globalização eficaz, Porto, edições ASA

Tilly, Charles (2004), Social Movements 1768-2004, ed. Paradigm Publishers, Boulder Colorado

Touraine, Alain (2009), Pensar Outramente o Discurso Interpretativo Dominante, Ed. Vozes lda., Petrópolis (Rio Janeiro)

Wade, Robert H. (2004), «Is Globalization reducing Poverty and Inequality?» in World Development Vol. XX, No. X, Janeiro 2004

Filmografia

«This is what democracy looks like» (2000), Jill Friedberg e Rick Rowley <http://video.google.com/videoplay?docid=-2007206186362541122#>

«The bitter taste of tea – a journey into the world of Fairtrade» (2008), Tom Heinemann e Erling Borgen

Sites

<http://www.forumsocialmundial.org.br>

<http://diplo.uol.com.br/2009-01,a2733>

<http://www.fpif.org/fpiftxt/4196>

http://www.wsflibrary.org/index.php/Crossroads_do_not_always_close_roads

New Social Movements and cooperative federations as promoters of effective worker ownership: Lessons from Argentina and Brazil¹

Ana Margarida Esteves

Tulane University
New Orleans, USA

Nota biográfica

Ana Margarida Esteves é investigadora, pedagoga e ativista social, nascida em Portugal em 1975. Tem um doutoramento em Sociologia pela Brown University e realizou um pós-doutoramento na Tulane University's Roger Thayer Stone Center for Latin American Studies (New Orleans, LA, USA). Faz pesquisa e ensina na área de Economia Social e Solidária, Ecovilas e Comunidades Intencionais, Educação Popular, Microfinança de base comunitária, Pesquisa-ação participativa, Soberania Alimentar, Desenvolvimento Local e Democracia Participativa, bem como formas de integrar conhecimento «académico» e "local" nas Ciências Sociais. Ana Margarida Esteves é autora de diversos artigos sobre estes temas, publicados em revistas académicas e livros editados. É co-fundadora e membro da International Spokescouncil de Interface, uma revista sobre movimentos sociais (www.interfacejournal.net). Ana Margarida é também co-fundadora da Associação Academia Cidadã, um coletivo de Educação Popular, sediado em Portugal, que segue o modelo do The Highlander Center (New Market, TN, USA).

ABSTRACT

This paper aims to contribute to the debate on the dynamics of cooperative enterprises by doing an exploratory comparative analysis of the impact of the strategies followed by two types of umbrella organizations – a «New Social Movement» and a cooperative federation – on the promotion of effective worker ownership within their associated co-ops. It aims to explore the following question, which has until now been understudied by social scientific scholarship: Which strategy produces more efficient incentives for the promotion of effective worker ownership within cooperatives: One based on collective action or one based on the formal monitoring of the co-ops' deliberative processes?

This study approaches the relationship between umbrella organizations and associated cooperatives from a point of view that has generally been neglected by social scientific literature: That of the way in which the strategies of the former impact on the internal social dynamics of the later. It will compare two extended case studies of workers' cooperatives, one of them located in Buenos Aires, Argentina and associated with a New Social Movement, and the second located in Pernambuco, Brazil and associated with a cooperative federation. It is based on the analysis of 80 semi-structured interviews conducted with co-op members, social movement leaders, cooperative federation officials and scholars in the field.

RESUMO

Este artigo contribui para a literatura sobre empresas cooperativas e respectivas organizações de apoio com uma análise exploratória comparativa do impacto das estratégias seguidas por dois tipos de organizações – Um novo movimento social e uma federação de cooperativas – na promoção da gestão democrática em cooperativas associadas. Pretende dessa forma explorar a seguinte questão, que se mantém pouco estudada no âmbito das ciências sociais: Qual estratégia, da parte de organizações de apoio, resulta em incentivos mais eficientes para a promoção da gestão democrática em cooperativas: A baseada na acção colectiva no âmbito do activismo político, ou a baseada no acompanhamento formal dos processos de tomada de decisão em cooperativas?

Esta análise aborda a relação entre organizações de apoio e cooperativas associadas de um ponto de vista ainda pouco estudado: O da forma através da qual as estratégias das primeiras impacta as dinâmicas de gestão das segundas. Tal abordagem é baseada na análise comparativa de dois estudos de caso: Uma cooperativa de trabalhadores localizada em Buenos Aires, Argentina, associada a um novo movimento social, e outra sua congénere localizada em Pernambuco, Brazil, cuja principal afiliação é a uma federação de cooperativas. A análise é baseada em 80 entrevistas semi-estruturadas a membros de cooperativas, líderes de movimentos sociais, funcionários da federação de cooperativas e estudiosos do sector.

Comparing umbrella organizations and their impact on beneficiaries

The study of umbrella organizations is important for the analysis of the effectiveness of worker ownership, given their multiple roles in the support of entrepreneurial activity (Kashmir, 1996; Isaac, Franke, Raghavan, 1998; Heller, 1999; Cheney, 2002; Henn, 2004). Umbrella organizations contribute to organizational development by helping to diffuse information, and in some cases technical skills and technology among their associates. Umbrella organizations also perform a monitoring function by making sure that their associated firms comply with a collectively set of rules on organizational behaviour that are applicable to all associates. That is especially the case of cooperative federations, who formally monitor the compliance of their associates with the law regarding the organizational structure and functioning of coops. Cooperative federations also play a political role by representing and promoting the interests of their associates regarding public policy.

Social movements play similar roles to that performed by other umbrella organizations, with the difference that they integrate it in the framework of a political struggle. It is necessary to make a distinction between «classical» social movements, such as trade unions or political parties and the so-called New Social Movements in terms of the logic in which they operate. Instead of starting as an intellectual system of concepts that wants to materialize its vision of «what the world should be» by gaining influence on political institutions, these movements start as «outbursts of solidarity» (Fajn, 2004, p. 132) and develop according to an alternative cultural logic. Such logic is not exercised according to what Max Weber would call the «instrumental rationality» of gaining power through formal politics. Instead, it is based on a substantive form of rationality that is put into practice through forms of collective action and resource mobilization that push the social system to change by testing the limits imposed by its norms (Edelman, 2001, p. 285; Graeber, 2004; Nilsen 2006).

The logic according to which these movements operate does not tend to accommodate their causes to the mainstream political agenda by promoting their deliberation through institutionalized democratic processes. Instead, it can be conceptualized as «prefigurative» and «non-institutional», being an autonomous form of making politics outside the established institutional channels that prefigures, in a nutshell, the sort of social outcomes the movement aims for before they are recognized by political institutions and mainstream society (Scholl, 2006, p. 1). The aim of such form of politics is in first place to carve out a space for livelihoods that transgresses the strict lines of legality, with the aim of creating the material and symbolic conditions that justify and legitimate the satisfaction of their claims by mainstream institutions (Nilsen, 2006). The success of such movements is normally measured, on one hand, by their capacity to use collective action to reinforce collective identity, and on the other hand by their ability to exercise external influence by mobilizing the public opinion and promoting recognition, legal and material concessions to their causes from the part of the state and other actors in mainstream society (Keck & Sikkink, 1998; Giugni, 2004; Scholl, 2006). These movements tend to emerge and operate according to a self-organizing, informal network form of organization (Escobar, 2004, p. 222). Despite being based on voluntary, reciprocal and horizontal exchanges of information and services, it is not necessarily egalitarian. Instead, such a network of interactions tends to have an asymmetrical, lopsided nature, revolving around an informally established node of core activists (Keck & Sikkink, 1998, p.201).

Recent studies on workers' takeovers in Europe, as well as ethnographic analyses of the Mondragón and Kerala Dinesh Beedi systems, are quite detailed in the analysis of the synergistic relationship established between cooperatives and the labour movement (Paton 1989; Kashmir, 1996; Isaac, Franke & Raghavan, 1998). In these cases, social movements act as a sort of «training ground» in which members learn and exercise deliberative skills,

as well as a sort of «keeper» and «reproducer» of activist values, based on a collective memory of struggle, which helps to shape the identity of workers as active participants in decision-making within their workplace. Such synergistic relationship shows itself in the way in which workers apply in the deliberative system of their cooperatives the skills they learned in collective action, as well as in the way in which social movements benefit from the communicative capabilities and motivation that their members gained as co-op workers. The skills, values and social networks developed as a result of collective action contribute to controlling the centralizing and oligarchic tendencies within associated cooperatives. That happens because they contribute to develop a sense of psychological ownership among co-op members, which in its turn motivates them to take collective action against perceived abuses of power. Paton (1989), in his study on workers' company takeovers in Europe, defines psychological ownership as the existence of a shared appreciation of meaning, priorities and values about legitimate decision processes by workers, as well as the extent to which they feel that they have an equal share in the responsibility over decisions and events taking place within their workplace. Such factor is heavily determined not only by the primary socialization of the workers, but also by the collective experiences that shape the social dynamics of the workplace, as well as the self-perception of each worker as member of the organization.

So far, the number of empirical studies on the impact of New Social Movements on the internal dynamics of associated cooperatives has been limited. That happens to a large extent due to the very small number of this kind of social movements that serve as umbrella organization to cooperative enterprises. Among the best known of those cases are the Brazilian Landless Movement (MST) and the Argentinean Movement of Recuperated Enterprises (MNER). Much of the literature published on these social movements has been focusing mainly on their political strategies and external actions, as well as the economic, social

and political dynamics that have been sustaining them (ex: Magnani 2003, Fajn 2003, Antón and Rebón 2004). Most of those analyses ended up neglecting the power dynamics inside the movements and their associated cooperatives (Navarro, 2003, p. 163). One of the few and best known exceptions is an account of the impact of MST leadership on the selection of cooperative leaders (Navarro, 2003). Still, this study is based on interviews to MST and cooperative leaders and does not really explore the internal dynamics of the co-ops. Instead, it focuses on the relationship between leaders of the movement and managers of the associated cooperatives, neglecting the impact of such relationship on the participation of grassroots members on decision-making within their settlements. Fajn's analysis of the causes and consequences of the recuperation of enterprises in Argentina (2003) also sheds some light on the internal dynamics of these organizations in the sense that it dedicates a chapter to the effect of such process on the subjectivity of those who lived it. The author argues that the recuperation process, as well as participation in social movements of recuperated enterprises, affects the subjectivity of the participating workers by increasing their sense of psychological ownership and motivation to contribute actively for the management of the cooperative.

Literature on umbrella organizations: The state of the art

So far, there has been a gap in literature that compares the strategies of different types of umbrella organizations, as well as their impact on organizations whom they are supposed to empower and/or provide with services and resources. The existing social scientific literature on the subject has been focusing on one typology of umbrella organization (ex.: Kachmir, 1996; Isaac, Franke, Raghavan, 1998; Heller, 1999; Cheney, 2002; Navarro, 2003; Henn, 2004). In what regards cooperative federations, there is a large literature focusing institutional analyses of the relationship between class mobilization, the state and the evolution of those organizations (ex.: Kashmir, 1996; Isaac, Franke, Raghavan, 1998; Heller, 1999).

The literature on social movements has so far provided richer analyses of the relationship between institutional strategies and social dynamics (ex.: Zald & Ash, 1966; Curtis & Zurcher, 1974; Piven & Cloward, 1979; Balser, 1997). Some classical works have emphasised the internal dynamics of «classical» social movements, referring, as in the case of Michels (1949 in Miller, 1970) and Lipset, Trow & Coleman (1956) to the conditions that determine organizational democracy within them. Michels is the author of the classical thesis of the «Iron Law of Oligarchy». In his study of the German Social Democratic Party, the author argues that participatory organizations will invariably become oligarchical as they grow in size and develop in terms of division of labour. That happens because the increasing complexity of the organization, as well as the inability of all members to engage in constant collaboration with each other, will lead to a growing concentration of power in the hands of a small oligarchy, constituted by the members that have the highest advantage in terms of political or technical skills.

Some classical studies on trade unionism and collective action indicate that the «Iron Law of Oligarchy» is not necessarily applicable to all participatory organizations. These studies indicate that

the fundamental condition for the control of oligarchical tendencies in large, heterogeneous organizations is that their informal social structure follows the dynamics of the «federal» or «polycentralized» group (Lipset, Trow & Coleman, 1956; Perrow, 1967; Olson, 1971). Such a group is formed by a well-integrated association of smaller, autonomous groups, each of which has enough incentives to interact with others so as to form a federation representing the larger group as a whole (Olson, 1971, pp. 62-3, Perrow, 1967, pp. 202-4). Such incentives may come from the existence, outside the organization, of social networks that bind those actors together, or from mechanisms established inside the organization with the aim of making that collaboration not only possible, but desirable (Lipset, Trow & Coleman, 1956; Calhoun, 1989). The establishment of cross-sectional networks of collaboration helps to control the emergence of oligarchies, since it makes the sub-units of the organization less dependent on the central administration for access to information and other resources. By providing members with an alternative source of support, horizontal collaboration makes the power and authority of central administration less absolute. It also allows members to have access to the information, as well as material and human resources that are necessary to exercise collective action aimed at preventing or correcting perceived abuses of power, as well as promoting the rotation of elected management positions among the grassroots (Lipset, Trow & Coleman, 1956). However, its effectiveness is limited by the fact that, in the absence of the right social incentives to the sharing of information, the agents who coordinate the relationship between the subgroups of the federal units will tend to hoard information and distribute it only among those members who support their perpetuation in such strategic position of power.

On the concept of effective worker ownership

Some recent social scientific literature has been referring to the cooperative enterprise as a form of grassroots participatory organization that has the potential, like social movements, to become a «school of democracy» in which members are able to develop the skills that are necessary for them to effectively exert their citizenship in a deliberative democracy (Santos & Rodríguez, 2003; Bowmik, 2003). At the same time, several critics of corporate-led globalization and the «top-down» policies promoted by international development agencies argue that the solution to the worldwide growth in poverty and social exclusion shall pass through a reform of economic institutions in a way that promotes stakeholder ownership of enterprises. The aim shall be to promote broad grassroots participation in the ownership of productive assets and a strong linkage of those rights to people who live in the communities in which the assets are located. Such reform shall promote sustainable development through the accomplishment of two goals: the protection of the right of each individual to a secure and adequate means of livelihood and the encouragement of mindfulness in the use of economic resources by linking decision-making power to the consequences of its outcomes (Korten, 1998, p. 163-4). Such critics defend the cooperative ownership model as one of the ways to attain such accomplishments. The problem of much of the work done by these ardent defenders of cooperativism is that it implicitly takes for granted that the mere formal implementation of a cooperative system will guarantee effective worker ownership.

The concept of effective worker ownership is hereby identified with that of organizational democracy within participatory organizations. It can be defined as the variable degree in which there is equality in terms of access to the exercise of management rights among members of an organization. According to Agarwal and Ostrom (2001), management rights express themselves in the ability, from the part of stakeholders of an

organization, to regulate internal resource use patterns (p. 489). Such ability reveals itself in the power that they have to access information, as well as their ability to impact on decision-making processes by discussing and voting on management issues, postulating themselves as candidates to management positions, setting the management's agenda, and holding management accountable through elections and the voting of reports (Isaac, Franke & Raghavan, 1998, p. 87).

In order to have a comprehensive understanding of the concept of worker ownership, one must analyse both its formal and informal aspects (Bowmik, 2003). The formal aspects are identified with the classical indicators of organizational democracy, which determine the degree of management accountability and equity in the distribution of decision-making power, as established in the formal rules of the organization and illustrated by measurements such as:

- the percentage of workers who have the right to vote and postulate themselves for elected management positions;
- the percentage of votes necessary to approve decisions at the council and assembly levels (consensus, qualified majority, simple majority);
- the amount of management positions that are subject to rotation (through promotion or, in the case of cooperatives, elections);
- the degree of turnover in elected management positions;
- the periodicity of assemblies and informative meetings, as established in the statute of the cooperative;

As well as the application of formal rules, as expressed in:

- the actual periodicity of assemblies and informative meetings;

- the access to management information and training opportunities granted to each worker, regardless of his or her relationship with cooperative leaders;
- the access to the right to postulate and be elected to management positions granted to each worker, regardless of his or her relationship with cooperative leaders;
- the credit given by managers to claims issued by members, either in assemblies or through informal contact, by transforming them into management inputs, regardless of their relationship with such members.

The informal aspect of worker ownership can be conceptualized as the existence, within the social dynamics of the organization, of structures of social interaction that channel the work of the organization beside its written formal rules (Blau, 1955; Isaac, Franke & Raghavan, 1998; Cheney 2002; Bowmik, 2003). They may facilitate or constrain grassroots involvement in the management of the organization, therefore conditioning the effectiveness of worker ownership. Such structures of social interaction between co-workers support the operation of the administrative and deliberative structures of the organization (Cheney, 2002, pp. 143-161). They are one of the major factors determining the standing of each member or subgroup in the organization, as well as the development and enforcement of group norms (Blau, 1955; pp. 142-3). They also determine the effective limits of the authority that managers exercise over other members, meaning their ability to command willing obedience. This ability is in practice not defined by their official prerogatives, but by the social norms and expectations that develop on the course of interaction within the organization (p. 171). Such structures of social interaction determine the development of mechanisms that:

Determine the «de facto» accountability of management by:

- Promoting or constraining the channelling of information throughout the organization;
- Facilitating or constraining collective action aimed at controlling or rectifying perceived abuses of power, either through formal means such as impeachment or through informal means such as social control or takeover of the organization;
- Condition the attribution of voice to members not elected into the management council by:
 - Facilitating or constraining the existence of social support mechanisms for members willing to express views opposed to those held by the management council;
 - Conditioning informal access to managers and the channelling of claims to the management council through informal means as well as providing the social support for their inclusion in management decisions;
 - Promoting or constraining the transferring of political and technical skills through mentoring relationships.

The work developed by Rothschild and Whitt (1979, 1986) suggests that effective worker ownership, conceptualized by the authors as the full implementation of the cooperative model, only comes into practice in the organizations that strictly follow collectivistic practices. That can only happen in those whose size is so small that all members are engaged in constant face-to-face interactions, and in which there is little or no differentiation between members in terms of skill sets, tasks and functions, as well as their social, cultural and educational background. These organizations will fare at the highest level in the indicators of formal effectiveness of worker

ownership. Rothschild and Whitt recognize as obstacles to the effective implementation of the collectivistic model any factor that might introduce growth or diversity in the organization. Therefore, it becomes difficult to use this conceptual model in any cooperative organization where, for questions of organizational complexity, it is not possible to base all decisions on consensus between all members, or even to give the same amount of credit to each of them when integrating their claims in decision-making. That is especially the case of larger cooperatives with diverse membership, complex technology and marked division of labour.

Instead, it seems sounder to view the effectiveness of worker ownership not as a dichotomous variable referring to a static, monolithic model, but instead as a variable containing different categories, each of them referring to different degrees of effectiveness. However, at this stage of theory development, the construction of categories based on quantitative analysis would turn out to be arbitrary, leading to serious distortions of a complex reality. Further research and theory construction is necessary to create adequate quantitative measurement models of effectiveness of worker ownership. Therefore, it seems more adequate at this stage to analyse the capacity of members to regulate internal resource use patterns from the point of view of how the structures of social interaction provided by internal social dynamics condition the development of opportunities for access to the exercise of management rights (Rotschild-Whitt, 1979; Rothschild & Whitt, 1986). Given their nature as dynamic processes, as well as their dependence on the specific context and history of the organization, they are more suited to be analysed through the use of qualitative methods instead of statistical analysis.

It is from the point of view of the impact on informal worker ownership of the structures of social interaction created by the social dynamics of the cooperative, as well as agents operating outside its organizational structure, that it becomes possible to question the classical view of the «Iron Law of Oligarchy» (Leach, 2005). Such theory, besides being very deterministic, has the added inconvenient of

a reductionist approach to organizational dynamics that considers as undemocratic every sort of organization that does not attain the maximum results in terms of formal effectiveness of ownership, or fits the perfectly horizontal decision-making model idealized by Michels, and later on by authors such as Rothschild and Whitt.

A recent body of literature has been providing evidence that the «degeneration» of cooperative organizations into oligarchies can be halted, or even reversed by an institutional design that creates incentives aimed at smoothing the effect of division of labour or skill differentials on the effectiveness of stakeholder ownership (Hunt, 1992; Cornforth, 1995; Isaac, Franke & Raghavan, 1998; Marshall, 2003). Shah (1995) in his study on farmers' cooperatives in India, establishes a direct causal connection between institutional design and organizational outcomes by stating that «the success of a cooperative (...) depends upon how effectively it serves purposes central to its user members; and how effectively the cooperatives does this depends critically on how well it is designed to do so.» (p. 25) Hunt (1992), Cornforth (1995) and Marshall (1995) indicate that an institutional design aimed purposely at facilitating internal integration and the sharing of information will decrease the concentration of power and facilitate rotation in elected management positions.

A recent article by Leach (2005) broadens the perspectives offered by Hunt (1992), Cornforth (1995) and Marshall (1995) by indicating that external agents play a role at least as relevant as institutional design in the effectiveness of worker ownership. The author claims that, in first place, a democratic organizational structure is a necessary precondition, but it does not guarantee the absence of oligarchy. In second place, oligarchy is much more than goal displacement and bureaucratic conservatism. It can also represent the cooptation of the organization's decision-making structure by an external actor, with the aim of promoting its interests at the expense of the former, as in the case of participatory organizations with radical goals that are nonetheless dominated by an elite operating outside their formal structure.

Hypotheses

This paper builds on the previous literature by assuming that the strategies followed by umbrella organizations have an impact at least as significant on the promotion of effective worker ownership as the institutional design of their associates. Such impact is felt through the capacity of umbrella organizations to create incentives aimed at:

- Promoting organizational integration by creating incentives for collaboration between workers across different sections;
- Preventing the hoarding of information by workers benefited either by higher technical skills or strategic access to resources provided by their position within the management structure of the cooperative;
- Promoting equality of opportunities for skill development in terms of access to opportunities for professional training and education on cooperative management, or through mentoring relationships that facilitate the transference of skills;
- Promoting «psychological ownership», meaning the extent to which workers feel that they have an equal share in the responsibility over decisions and events taking place within their workplace;

Although the degree of involvement of cooperative federations with their associates is significantly lower than that of New Social Movements, their activities impact the very core of their functioning. Co-op federations tend to have a very active role in the promotion of organizational development within their associates, especially through the education and training of their members. The fact that co-op federations monitor the application of law referring to the constitution and functioning of cooperatives might represent a very strong incentive for the promotion of effective worker ownership.

Cooperative federations, especially those sponsored by the state or involved in corporatist structures, act as guarantees of state law by monitoring and exposing any deviation to the legal framework created to regulate the functioning of cooperatives. Whether or not such function contributes to curb oligarchization will depend on the content of the law that is applied.

The formality of the monitoring process might end up restricting the capacity of co-op federations to actively promote effective worker ownership. Basing the monitoring process on communication with managers and the analysis of documents provided by them might reduce monitoring to a mere formality that does not really inform authorities regarding what is going on inside the cooperative. That happens because, even if the documents show that the organization didn't deviate from any of the rules or procedures specified in the law, they do not show the nature of the dynamics that led to the documented outcomes. Basing inter-institutional communication merely on contacts with managers might also end up promoting oligarchization. Resource dependency theory indicates that, when one or more agents within an organization have exclusive access to a source of scarce valuable resources, their power over the rest of the organization will increase and perpetuate itself. (Bolman & Deal, 2003, pp. 183-201).

From the previous literature, one may hypothesise that New Social Movements have an advantage over Cooperative Federations in terms of the development of structures of social interaction that promote effective worker ownership. Such advantage hypothetically lies in its capacity to reproduce a collective memory of struggle and to change individual subjectivity in ways that increase the motivation to work collectively and participate in decision-making for the sake of promoting common interests (Fajn, 2003). It also lies on a hypothetically higher capacity of collective action to promote organizational integration, on the ground

that it creates bonding experiences for co-op members that increase their motivation to work together and contribute actively for the management of the cooperative. It also creates opportunities for developing political skills that will make their understanding of and participation in decision-making more effective.

Case Studies

This paper will compare two extended case studies. One of them is that of an industrial workers' cooperative in Buenos Aires, Argentina, founded in the early 60's, that was taken over by a group of about 30 of its workers in 1997. The purpose of the takeover was to save the jobs of co-op members by avoiding the closure of the firm due to imminent bankruptcy. This takeover marked the beginning of a network of recuperated enterprises that was formalized three years later as *MNER – Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas* (National Movement of Recuperated Enterprises). The cooperative under study was a member of this movement until May 2005, when a second worker's takeover resulted in its withdrawal from the social movement. MNER has been helping workers to take over failing enterprises and transform them into cooperatives. The movement has also been pressuring the state to change its bankruptcy and expropriation laws through actions like public petitions, strikes and marches in which the members of the associated cooperatives are expected to participate. Very little social scientific research has been made about this movement beyond the borders of Latin American academia. Even within Latin America, the research done on this subject suffers from the same limitation that affects most of the literature on other economic justice movements in the region: that of focusing mainly on its external, political actions, instead of the power dynamics inside the movement and its associated cooperatives (Navarro, 2003, p. 163). So far,

the academic literature on this movement has been produced mainly by Argentinean authors such as Magnani (2003), Fajn (2003), Antón and Rebón (2004), and has limited circulation outside the Latin American academic circles². Besides, most of it has been focusing on the economic, social and political dynamics that have been sustaining this movement, giving little attention to its own internal power dynamics, or those within the associated cooperatives. This neglected aspect is important, because although the internal dynamics within the cooperative under study were responsible for the mobilization that led to the recuperation process in 1997, they eventually also led to an internal reaction against MNER leaders that resulted in a second takeover in 2005.

The other case study is that of an industrial workers' cooperative situated in Pernambuco, North-eastern Brazil. This formerly private factory was taken over, in the mid-1990's, by a group of management workers and transformed into a cooperative. Such strategy took place as a way of avoiding its impending closure as a result of a bankruptcy process. This cooperative is affiliated to the Pernambuco chapter of the Organization of Brazilian Cooperatives (from now on referred to as OBC-PE). This cooperative federation aims to congregate, advise and represent all the cooperatives in the country. Together with its Siamese twin institution, the National Service of Cooperative Training (SESCOOP), it carries out the monitoring of the functioning of its associates. It also promotes the professional training of cooperative workers, as well as their education on the basic principles of cooperative production. The organization is structured according to a federal system, with a national headquarters in Brasilia and chapters in the capital city of each Brazilian state. Each state chapter has decision-making autonomy within the limits of the national statute.³ One of the main reasons of the choice of these case studies was that the two factories underwent a process of takeover by workers more or less in the same time

period. Both cooperatives also have a similar population size of about 170 workers each. Being medium-sized industrial cooperatives, they are bound to be exposed to the oligarchical tendencies that organizational literature has been identifying as being the result of management complexity derived from a marked division of labor and the use a complex technology. Such literature, based on ethnographic case studies, indicates that the skills deemed necessary to manage large and organizationally complex cooperatives leads to a cooptation of their deliberative system by those members having the highest and most specialized technical capabilities (Kachmir, 1996; Cheney, 2002).

Two other significant reasons for the choice of these case studies are their location and the fact that they represent contrasting ways of organizing umbrella organizations. Brazil and Argentina are the two largest countries in Latin America not quite, Mexico is much larger than Argentina, and two countries with a strong and vibrant civil society, which played a significant role in the democratization processes they went through during the mid -1980's. MNER is one of the most publicized among all the New Social Movements promoting the interests of urban cooperatives. OBC is one of the largest cooperative federations in the world, being recognized by Brazilian law as the legitimate mediator between cooperatives and the state, as well as the monitoring authority for the guarantee of the implementation of the national law regarding cooperatives.

MNER follows a trend common among New Social Movements in the sense that it does not possess an organized hierarchical structure, being instead organized as a sort of informal confederation of cooperative enterprises set up around a small group of leaders who concentrate in their hands the power to execute decisions and conduct the movement. The participation of workers in this movement is mediated by the organizational dynamics of the cooperative that they are part of. This characteristic makes MNER a «movement

of enterprises», instead of a «movement of workers» (Rebón, 2005, p. 149). Another distinctive factor is that the relationship between the cooperatives and the movement is flexible, varying among organizations and across time according to their specific needs.

The Organization of Brazilian Cooperatives (OBC)⁴ is a cooperative federation that aims to congregate, advise and represent all the cooperatives in the country, as well as monitor the application of the relevant law in their functioning and develop the skill set of their workers. The organization is structured according to a federal system, with a national headquarters in Brasilia and chapters in the capital city of each Brazilian state. Each state chapter has decision-making autonomy within the limits of the national statute.⁵ Top officials from OBC-PE claim that one of the aims of this organization is to promote effective worker ownership within its associated cooperatives. Such effort is carried out through the monitoring and educational activities of the organization. According to an interviewee at OBC-PE, monitoring is based on the analysis of internal documents related with the procedures and outcomes of information meetings and elections of the management council. Such documents are supposed to be submitted to OBC by the elected managers of the cooperatives. The organization communicates its training initiatives to the cooperatives by passing the information to their elected managers, who shall pass the information on to other workers.

Methodology

The comparison between the effect of the strategies followed MNER and OBC-PE on the effectiveness of worker ownership in the cooperatives included in this study is based on the analysis of 80 semi-structured interviews. This total number was achieved at a point of saturation of the data. Of that total, 30 were conducted with workers of the large factory in North-eastern Brazil. Another 30 were made to workers at the co-op in Buenos Aires. Of the remaining interviews, 10 of them were conducted with officials at OBC-PE. The organization is composed of a total of 20 full-time employees. The remaining 10 were conducted with MNER activists, as well as Latin American academics who have been studying the evolution of this movement since its foundation. In order to improve the reliability of the interviews, the interview guide was tested for clarity and internal consistency through experimental interviews carried out during the preliminary field research carried out in the beginning January 2005.

The interviews were conducted «in situ» during the months of January, June, July and August 2005. The most distinctive aspect of the methodology used is that the co-op interviews were conducted mainly with workers who did not hold leadership positions in the organization at the time of field research. The names of the cooperatives were withheld for the sake of protecting the privacy of the organizations and individual respondents alike. No identifiers such as demographic data (sex, age), section in which respondents work, or order in which they were interviewed (ex: Man nr. 1) are included in the interview quotes. The analysis of the interviews is complemented by that from data taken from the participant observation of MNER meetings and information assemblies at the Brazilian cooperative.

In order to ensure the proportional representation of workers from every section of the cooperatives, the interviewees were selected through the building of a complex sample. The sampling was made initially through snowballing: The first contacts (the «guides») were asked to suggest other people to be interviewed. All the interviews were be scheduled in advance and conducted during meal breaks, either before or after the working shift.

After gaining permission to access the factory premises, I started approaching workers that where not indicated by the «guides». The aim of this strategy was to make the sample less biased towards those workers which have more connections with the «guides», who in the two cases were members of the management council. As such, an attempt was made to minimize bias by collecting different perspectives on the social dynamics of the cooperatives and triangulating them for consistency.

On the use of the «Extended Case Study» method

The research for this paper is anchored on the case study methodology proposed by Burawoy on his article «The Extended Case Method» (1998). However, it departs from such model by using two instead of one case study to have a dialogue with an existing set of theories. The author defines this methodology as an application of reflexive social science in an ethnographic fashion, with the aim of making generalizations by using aspects of one concrete case to build up on pre-existing theory. The main premise of this methodology is the intersubjectivity of the social scientist and its object of study, since it relies on the interaction between the stock of theory used by the researcher and the demonstration, through narrative and actions, of the lived experience of the people that take part in the case study (p. 7). The criteria used for assessing the validity of such kind of research are based not on the «4Rs followed in positive science», but instead on the following four guiding principles proposed by the author (Burawoy 1998, Hernández-Medina, 2005, pp. 14-6).

The principle of *Intervention or Extension of Observer to Participant* helped me to understand why, as an international researcher, I was regarded by my informers as a «bridging agent» that could provide them with contacts with possible allies, as well as expert information. Although I was initially sceptical, and even reluctant to entertain the idea that I could play such kind of role, I ended up embracing it and reciprocating their welcome with contacts and advice.

Taking into account the principle of *Process or Extension of Observations over Time and Space*, I gave a special thought not only to the impact that my presence could have in the field, but also to the possible motivations behind the participation of each respondent. Therefore, I carefully analyzed the context of each interview or observation, as well as the way each actor behaved, in order to detect behaviours that could be geared towards causing a distorted perception of the group dynamics. The information collected in each interview was triangulated with that collected in previous ones, with the aim of detecting inconsistencies and getting a variety of points of view, so as to get an understanding as complete as possible of the reality under study.

The principle of *Structuration or Extension from Process to Force* states that, instead of attempting to ensure replicability, one should try to establish a link between the results of the analysis and the external forces shaping the phenomena. This principle guided my option to pay attention to the link between the economic and political environment and the internal dynamics of the case study.

The principle of *Reconstruction or Extension of Theory* indicates that one should «produce generality» through the use of theory, instead of looking for representativeness from the data to ensure generalizability (Burawoy, 1998, p. 16). Since there is no systematized theory on the phenomena under study, this paper attempts to establish an integrated dialogue between concepts taken from organizational theory and social movements' literature to reach conclusions that might be used as guidelines for future research.

Analysis

The analysis of field data indicates that MNER had an advantage over OBC-PE in terms of the development of structures of interaction that promote grassroots involvement in the management of the cooperative. However, to the contrary of what I initially assumed, the development of such structures did not assure the effectiveness of the worker ownership system, since active involvement did not correspond to an effective capacity to regulate internal resource use, given the concentration of power in the hands of social movement leaders. Their key role in the takeover and later recruitment as non-elected managers endowed them with a large amount of symbolic and technical power, which allowed them to co-opt the deliberative structure of the cooperative. Such power was supported by the perception, shared by a substantial amount of members, that the co-op would not have survived without their presence.

MNER's advantage did not lie in its capacity to preserve and reproduce a collective memory of struggle, since the co-op pre-existed it in several decades. Such function was fulfilled by the older members of the organization, who mentored, trained and socialized younger co-workers. It also did not lie on its capacity to increase social bonding through collective action, since it contributed to the emergence of factions. Instead, it came from an aspect of its relationship with its associate that was in itself a «double-edged sword». Such aspect was the blurred organizational boundaries between the movement and the cooperative. The lack of a formal organizational structure in MNER allowed its leaders to have a much deeper impact on the structures of social interaction within its associated co-op than OBC-PE, which followed a strategy based on direct collaboration with co-op managers. Such strategy prevents OBC-PE from reaching out to other members and having any impact on the organizational dynamics of the cooperative. Therefore, it becomes very difficult, if not impossible, to impact the functioning of the cooperative in ways that affect the development of structures of social interaction that condition the promotion of participation in decision-making. One senior

official of OBC-PE justifies such strategy on the ground that reaching out to other co-op members would put into question the authority of elected managers and risk creating internal conflict:

«(...) Our job is to monitor the implementation of laws on cooperativism and to inform the cooperatives about opportunities for education and training ... It is not our job to interfere with the internal functioning of the co-ops... If we talked directly with the workers instead of management, we would be dismissing the management's authority... We would be putting in question the autonomy of the coops... We could also cause conflicts between the workers and the management..., And we don't want to be a cause of conflict...»

On one hand, the strategy followed by MNER had a negative effect on effective worker ownership by leading to a cooptation of the deliberative structure of its associated co-op by its leaders, as well as the formation of a power clique around them, counteracted by an opposing faction. However, it gave movement leaders the political clout to propose to the management council an institutional innovation which, although not being formalized in the coop's statute, ended up having a substantial role in the promotion of grassroots' capacity to react against perceived abuses of power from the part of managers. Such innovation, which ended up being introduced, was the unwritten, but strictly enforced rule, that every new recruit into the cooperative should be either a relative or a close friend of current members. The leaders of the social movement took advantage of such rule to build a power clique to promote their aims. However, the data collected indicates that introducing relatives and close friends into the factory became a widespread practice, even among the faction opposed to the leaders of MNER. By reproducing pre-existing social networks inside the cooperative, such rule ended up promoting integration, in the form of increased collaboration across sections, as well as the diffusion of information across the organization. Several respondents

agreed on the advantages brought by the recruitment of their kin and friends, as the following testimonies exemplify:

«My [relative] works in the administration, so it becomes easier for me and my mates to know what is going on around the factory, about the amount of material coming in, the amount of product being sold, and how much money we're owing (...).»

«My [as above] works in [another section], but when we need some help here with the machines he comes and gives us a hand.»

«My mate [name withheld] who works in [another section] has a brother in the management council. He tells us what is going there and then we discuss it among us and make up our minds about it.»

Such ties, which often crossed faction lines, had the unintended effect of increasing participation in decision-making, both in the form of the expression of claims and in the exercise of the right to present oneself as candidate to elected management positions, despite failing to prevent the concentration of power in the hands of MNER leaders. That happened because members felt empowered by their networks and protected by their support against the possibility of significant sanctions for challenging the status quo. They were also fundamental in the promotion of collective action against perceived abuse of power from the part of MNER leaders, which ultimately led to the withdrawal of the co-op from the movement in May 2005.

The qualitative data collected on turnover in elected management positions indicates that the Buenos Aires co-op also fared better in terms of power rotation than its counterpart in Pernambuco. Since the foundation of the latter coop, the president has always been «Mr. X», who is the director-general of the factory. The positions of vice-president, secretary and treasurer have since then been held by the same management executives. The positions, in which there was some rotation, albeit limited, were those of counselor and vice-counselor. Such rotation happened whenever any of the counselors refused to continue in his or her position for another term, or the managers

did not invite the same person to be part of the new electoral list. The rotation of elected management positions at the Buenos Aires co-op has been much higher. Since the 1997 takeover, this co-op has known two presidents, who held one term each. The positions of vice-president, secretary and about half of those of counselor and vice-counselor have also changed hands on the second term. Despite this rotation, most of the «de facto» power within the council ended up concentrated in the hands of the two MNER leaders, who were recruited as non-elected managers after the 1997 takeover. Given their superior technical skills and the prestige they had within the factory as a result of their role in the occupation, it was difficult for the members of the council to contradict their point of view during deliberation. The power of the movement leaders also constrained the rotation of power to the faction that supported them, since it was difficult for members who opposed their views to get the necessary credibility to present themselves as candidates to the management council and be elected. This fact indicates that, regardless of the amount of members who have ever participated in the management council, power rotation will not contribute to the effectiveness of worker ownership if their access to such positions is overtly or subtly conditioned by their alignment with certain key figures within the power structure of the organization. The following testimonies are eloquent regarding the way in which the rotation of power in this case contributes to the reproduction of a power elite (Kanter, 1977):

«(...) Yes, we have a democratic structure, but one thing is for sure: No decision is made in the council if it does not conform to the points of view of [the managers]. (...) They are non elected managers but people have a lot of respect for what they say, they take it into account. After all, if we are still working, it is because of them. (...)»

«(...) Only people who go along with [the managers] get support to be elected into the management council. The others feel that it is pointless because, to really be able to do something in the council, you have to agree with the plans of [the managers].»

Buenos Aires: A takeover made possible by the action of external agents

In order to understand the impact of MNER and OBC-PE on the internal dynamics of their associates, it is first necessary to analyze the organizational dynamics that led to the workers' takeover in Buenos Aires, as well as the process that led to the transformation of the Pernambuco factory into a cooperative, in the light of resource dependency theory. Both processes occurred in the mid-1990's, with a time gap of a few months between them.

The collective action necessary to the 1997 takeover at the Buenos Aires cooperative was made possible by the action of a key agent, who held a supervising position over the finances of the previous administration. This actor acted as a «bridge» between the different sectors of the organization, which previously had little communication with each other. Such role was carried out by asking questions to workers in several units about what was going on, as well as organizing meetings aimed at sharing information with the workers on the true reasons behind the crisis in the organization:

«Then I started talking to people [meaning fellow colleagues in several sections of the factory floor] and ask them what was going on, why were they paying us less cash than what they are supposed to. (...) That's how we came up with a group of people that said 'dude, we have to go to the authorities we elected to manage this factory so that they can explain to us what is going on'. They came down and they explained it to us, but they only told us a bunch of lies, you see? One day they said 'yes, yes', but the day after it was not the same truth, the following day it was yet another lie (...)»

It was the opposition of the administration to such meetings that led this key actor to establish strategic external linkages that allowed the channeling of the information that was necessary to transforming the growing revolt into collective action:

«I told people ‘come, after 3 PM I am going to make a reunion in such a place, and I am going to tell you some stuff’ ... A group came, then another one, until my initiative started to rock the boat. Then they kicked me out of here. They suspended me. (...)... When they kicked me out of here, I contacted XXXXX, a lawyer who was suing [the cooperative], defending one of the workers (...)... We met XXXXX and exchanged information on how to save [the cooperative] and defeat the people who were stealing from us. I told XXXXX ‘XXXXX, they told me I cannot have meetings in the cooperative. Now I don’t know where to have meetings to inform people.’ XXXXX told me: ‘Go to CTA. They have a place where you can take everybody ... I’ll talk to YYYYY’, he said. Then I told the guys here: ‘Gentlemen, the next meeting will take place there.’ (...) I went there with XXXXX and met YYYYY, who is a friend of XXXXX ... We invited him to the meeting ... He sat down listening and became interested in our cause. Then, after he became interested and we explained to him the situation he assisted us.»

Those two external contacts, a labour rights lawyer and a former trade union activist, played a key role as catalysts of collective action. At the time when the key actor from the cooperative met the later activist, he was no longer affiliated to CTA (Central de los Trabajadores Argentinos, an independent trade union founded in 1992)⁶. The only role CTA played in the takeover process was to provide co-op members with a safe meeting place. The two activists helped to bridge structural holes between members, making it possible for them to react against the abuses committed by the administration (Burt, 1997):

«(...) Then, since the lawyer was giving us instructions on how to proceed, I asked him to come, since we were very divided ... As a group, we reclaimed things, but we were not united... Then I asked people to get together, since our only objective was to save this cooperative. Then I said “here we have a comrade that is sitting there (he didn’t present himself), who put himself forward to give us a hand... All of them found it great (...) They put people from different sections in touch with each other (...) They gave us a lot of information on how to act (...) That’s how we started our struggle (...)»

Another protagonist of the occupation confirms that the lawyer’s help took the form of information about every possible way in which they could pressure the administration to call a new assembly, with the purpose of electing a new council. Like the previous testimony, this account shows that the occupation of the factory and the creation of a social movement was not part of the initial purpose of collective action. The takeover only took place when all the legal forms of pressure proposed by the lawyer turned out not to have any visible effect and the factory closed down without any previous notice or adequate justification.

«... He told us that what they were doing with us was very serious and that he was willing to help us and fight with us ... He told us to write a note, a press release, saying that ‘Monday you will present yourselves to work’ (...) What we wanted was an assembly to change the council in the official manner. (...) we were a small group who spoke with the president and the manager. The press came. (...) The council wanted to turn the cooperative into a shareholding private company. (...) Luckily we took it over before, and they didn’t have time to do it. That was their interest: That we left and that they didn’t have to pay us. (...) If they did not give us an assembly we would stay at the door of the factory until they heard us. (...) There we were from the 4th to the 22nd of May, on the 22nd there was an assembly, luckily we got it all, the lawyer was there (...)»

It was the solidarity formed among the participants of the takeover that ensured the cohesion necessary to motivate their participants to run the company in the difficult period that followed. Such solidarity was especially important because none of the protagonists of the takeover expected that they would be given the responsibility to run it afterwards:

«... The voting poll was prepared to vote and everything ... The truth is that in that moment I got scared ... I thought 'If these people [XXXXX and YYYYY] go what will we do? There will be no one to run the factory', I thought (...), we from the base didn't know even who the clients were, we knew nothing (...) Imagine such a change in which they say it was ours and we didn't expect to manage it ourselves. (...) The experience of the takeover allowed us to get to know each other better (...) it made us stronger (...) we decided that, if we wanted to keep this place functioning, we had to get together and work for it (...) that's what we did.»

Several testimonies indicated that the process of takeover allowed workers to establish stronger social ties beyond the unit where they working. However, two other factors contributed significantly to the establishment of these social ties: The decrease in the size of the organization from more than 200 workers to the group of 30 who took over the factory, and the decrease in the division of labour, caused by a shortage of resources and know-how. The situation forced every worker to help in another division, absorb information outside his/her original skill set and perform tasks that were not within his/her area of speciality, if required.

Second phase of collective action promotes factionalism

The takeover of the Buenos Aires cooperative had a positive impact on grassroots participation in decision-making, as shown in the substantial increase in the periodicity of informative meetings (which during the first year took place at least once a month), as well as an increase in the sense of «psychological ownership» among the group that participated in the takeover. The increased frequency of the meetings was motivated by the unstable situation of the factory and the need to rebuild its network of clients and providers. Data from interviews indicates that, after approximately one year, the periodicity of informative meetings decreased to about one per trimester. The increased «psychological ownership» resulted from the need to work together and direct all one's efforts at ensuring the survival of the cooperative, especially in face of an escalating economic crisis. The following testimonies are eloquent in this respect:

«When you have a crisis, you are thrown out to the street and then return ... we have to stick together to keep our source of employment ... Now with the crisis out there and the conditions we have we cannot search for employment anywhere else.»

«If we are united we keep on working, we keep on doing things ... If we are not united, we cannot complete anything ... That is what is really matters ...»

The period that followed, which can be treated as a «second phase» of collective action, led to a restriction of inter-sectoral integration and channelling of information to a restricted group, facts that contributed to the emergence of factions. It started with the election of the new administrative council from within the ranks of those workers who shared the experience of the takeover.

The lack of certainty, from the part of the new elected administrators, that they could manage the cooperative with

their limited set of management skills made them hire, as non-elected managers, the former trade union activist and one of his associates from the labour movement, who were then to become both leaders of MNER and non-elected members of the co-op's management council. Their connections with workers in other bankrupt companies, who wanted to learn from the coop's experience, quickly transformed this co-op into a sort of informal headquarters of the activist network of recuperated enterprises that later became MNER. The functions of the non-elected managers overlapped with that of leaders of the nascent social movement. The co-op became the «mother cooperative» of the movement and, according to one of its leaders:

«(...) a source of hope, an example of emancipation to the Argentinean working class and that of the whole world. It is necessary therefore to make our experience known and provide solidarity to all the workers who refuse the humiliation of unemployment and wish to contribute to the emancipation of the working class by becoming owners of the means of production and developing productive units free of alienating employment relations. (...)»

The vanguardist perspective of the movement's leaders, who wanted to turn the co-op into a «laboratory» for a project of wider social change influenced by the heritage of the Peronist left, contributed to alienate a substantial part of the workers in the factory, since many of them were more motivated by the need to preserve their workplace than by social activism. Several members even saw the increasing politicization of the cooperative's activities as detrimental to its own survival. In their point of view, the enmeshment between the goals of the movement and those of the cooperative would channel material and human resources away from its reconstruction and development. Such enmeshment of goals and divergence of views was detrimental to the effectiveness of worker ownership, since it ended up alienating these members from

presenting themselves as candidates to elected positions in the management council. Many of them had the impression that, if they didn't fully follow MNER's leaders, they wouldn't be able to get the necessary alliances to promote themselves as viable candidates. The following testimony is illustrative of this attitude:

«In order to get there you need to be like a politician, you need to lie, to please people' (...) Above everything, you need to please [the leaders], to be in line with their ideas. (...) [the elected members of the council] end up doing it wrong, because they have to conform to what [the leaders] think. (...)»

The promotion of political mobilization by managers and members of the administrative council led to the establishment of a well integrated core network of activists among the workers. The integration of this network contributed to the emergence of factions based on different interpretations of shared norms, resulting from different experiences and a differentiated access to information. Such effect comes from the fact that political mobilization created incentives for integration and the channelling of information mostly among the group that either shared the experience of the takeover, or has kinship or friendship ties with management, and as such is more closely identified with MNER's agenda. Such ties were developed at the expense of those workers who were integrated in the cooperative after the takeover. According to several workers, the people who participate in takeovers are mainly those who have strong ties to management as a result of the takeover. The result was the formation of two distinct factions. One of them argued that the dedication to the survival of the co-op passed foremost through the promotion of wider social change, by participation in the takeover of other companies and marches and strikes aimed at furthering political causes. By participating in such activities, the workers would be contributing to the social and political

change that is necessary to ensure the survival of the organization by gathering the forces necessary to successfully lobby the government to change its bankruptcy, expropriation and industrial policies. For this faction, the survival of their jobs was intimately connected with the maintenance of the jobs of other people affected by bankruptcies. One interviewee justifies his participation in MNER's political activities by saying that

«I can't stand seeing people become jobless. That happened to us in the year of '97, and I don't want any other fellow to go through the same that we did. When they need help we immediately go and help those people. We teach them how to start a cooperative, how a cooperative functions.»

The other view, defended mainly by those workers incorporated after the takeover, but also shared by some workers who took part in the occupation, is that priority should be given to hard work over political mobilization. The main goal of the organization should be to further productivity and quality, in order to be able to penetrate a difficult market, dominated by a quasi-monopolistic private company, supported by state subsidies. According to this view, keeping the cooperative functioning in such environment is in itself already a political statement and a form of emancipatory struggle. Political activities directed towards outward aims are secondary and can even interfere with the functioning of the cooperative:

«... It is better to change things working, not promising things and then not fulfilling them. If they [the managers] invite me to protest on the street or go a meeting I don't go because I don't like it ... That's why I never accept when they invite me to go to marches, meetings or to other companies.»

For members of this faction, MNER should limit itself to providing the legal and political know-how necessary for new occupied enterprises to be able to establish themselves as cooperatives:

«(...) The Movement is there to help in the legal field ... and provide the lawyers for the problems they might have, nothing more. From the moment the enterprise is recuperated, it is up to its own workers to sort themselves out.»

The emergence of factions around the issue of social activism, together with the prominence and charisma of the two MNER leaders, led to a concentration of a large amount of decision-making and executive power in the hands of the later. Such concentration is to a great extent due to the lack of a formalized deliberative structure within MNER. As a result, the two unelected managers ended up accumulating management and movement leadership functions in their hands, which led to a substantial concentration of decision-making power in their hands regarding the movement and the cooperative. Although the leaders of the movement meet every month with representatives from all the cooperatives, there is no formal structure defining a division of functions between them. Such absence, together with the incorporation of the two MNER leaders as managers at the co-op, turned the cooperative into a sort of informal headquarters of the movement. The co-op's decision-making structure also ended up becoming the forum where most of the decisions regarding the movement were made, before being presented by the leaders at the monthly meetings as a *fait accompli*, and as such difficult to be changed by arguments from the part of representatives. One respondent dared to make the following criticism at a meeting of representatives:

«In this movement, when people reach certain positions, they think they can do whatever they want, and they make decisions regardless of what others think or say. This happens because it is difficult to control what they do, and that they always have supporters who will follow them. Then they do what ever they want, forget to accommodate what others think might be right, and they forget what really matters for all of us, which is to keep unity.»

Constraints to factionalism and the concentration of power

There were two factors that constrained the concentration of power in the hand of the two MNER leaders and prevented factionalism from reaching a point that could compromise the survival of the cooperative. The first one was the selective recruitment policy that was referred to in the beginning of this analysis. Such policy resulted from a suggestion by the movement leaders that ended up being adopted by the first post-takeover management council. One of the closest associates to the leaders justifies such policy as a form of «de-commodification» of the factory's purpose, in order to make it become more than a simple enterprise. Such strategy aims to endow the co-op with characteristics of a social institution aimed at helping its members cope with economic risk and shape their survival and mobility strategies:

«By recruiting people this way, you make sure that the purpose of this factory is not only to make money but also to increase the welfare and the unity of our families. Being a co-op member is more than a job, it's a lifestyle (...) It's a whole life experience. (...) Therefore, whenever we need new people, we recruit among family members of our members, so that it will help to improve the living conditions back home. (...) Having another family member working here helps to reduce poverty in the world and allows everyone to be a little better off. (...) Sometimes we also recruit close friends.»

As mentioned in the beginning, the reproduction of previously existing social networks allowed for the establishment of networks that cut across factions and facilitated the access of workers to information. It also endowed many of them with support networks to rely on that provided them not only with extra technical support for their section, but also with a personal support that empowered them to voice their concerns and be pro-active regarding the management of the cooperative without fearing significant coercion. According to one respondent:

«My friends and relatives here give me a lot of support. When I speak in the assembly, I know they will stand by me, even if XXXXX doesn't. (...) That happens even if they don't totally agree with what I say. They stand by me because they like and respect me and recognise we all have the same right to speak. (...) If XXXXX tried to do anything to harm me just because I don't agree with some of the things he says and does, he would have to deal with all of us. (...)»

The data also indicates that the existence of such networks contributes to increase the credit given by managers to claims presented by other members, since their social networks allow them to mobilize colleagues in their favour. That is especially the case of those members whose social skills and kinship contact within the factory allows them to have access to extensive networks. However, such influence was felt mainly in technical issues that are not directly related with management strategy. The experience of the following respondent, a particularly well-connected young factory worker who joined the co-op after the takeover, is a good illustration of such dynamics:

«I remember when I had the idea of introducing the use of masks in my section. I spoke with friends and my [kin] in another section and they said I was right, and that they knew cases of people who worked in other factories under the same conditions and ended up developing diseases. (...) I spoke with [a friend] in administration (...) I went up to the administration to talk with the president of the administrative council. She told me it was a very good idea, and that it should be discussed during the next assembly. Then I spoke with the people from quality control, [name withdrawn] set me up with them (...) and the doctor that comes here to check our health and some other colleagues around the factory. They all agreed with my idea. They even spoke about it to other people. During the assembly, I presented the idea and it was approved.»

Besides, such networks also propitiated the creation of mentoring relationships, in which older workers passed on technical knowledge to younger recruits, at the same time that they socialized them in an ethos of participation. Such socialization contributed to develop the skills, motivation and psychological ownership of many younger workers to participate in decision making. The following testimonies, the first one by a worker with decades of experience at the factory and the second by a younger worker with less than a decade of experience, are eloquent in this regard:

«Those youngsters, when they come here, tend to be very shy and not feel at ease to participate actively in the management of the cooperative. For most of them, it is either the first time that they work in a cooperative of even their first steady job. (...) We, the «veterans», not only teach them how to operate the machines and do their work, but we also teach them what it truly means to be a member of a cooperative. (...) They see from our example how they should behave in an assembly, how to present their claims. (...) We show them that this is not an enterprise like the others, that here everybody is an owner and has the same rights (...) and that they have the right to approach a member of the management council at any time and express their concerns. (...) After a year or two, the least shy among them start speaking at the assemblies and participating actively in the cooperative.»

The younger respondent states that:

«It was by observing those older, seasoned guys that I learned how to participate. (...) I owe them a lot. (...) They not only taught me to do my work, they also taught me how to be active and give my full contribution to this cooperative and the welfare of my colleagues. (...) That involves being an active participant. By participating actively, I am not only benefiting the cooperative, I am benefiting myself.»

Another factor that had a significant impact in this grassroots constraining of oligarchical tendencies is that, despite the fact that the two MNER leaders had more technical knowledge on management, other workers had a deeper practical knowledge of the functioning of the factory, based on decades of work and deliberative practices. These two activists were outside agents who did not share the insight on organizational culture that could only be gained through a long-term working experience in the firm. Therefore, one may consider that the experiential knowledge owned by plant workers counterbalanced the technical knowledge of the unelected managers in a way that placed the former in an advantageous position. One respondent claims that

«(...) they might have all that sophisticated management knowledge, but we know this cooperative a lot better than they do. My friends and I have been here for decades (...) They have been here for only about eight years. So it's better that they don't mess up with us and listen to what we have to say (...) and I think they know it.»

Such practical knowledge ended up playing a substantial role in the takeover that took place in May 2005. That takeover took place in a context of worsening of the cooperative's economic prospects. Increasing debt and dwindling revenues led many members to believe that the emphasis given by MNER leaders to political activism was leading to a decrease in productivity from the part of workers and to a diversion of resources out of the cooperative and into the larger network of activists and recuperated enterprises. While MNER leaders and their allies believed that the best way to ensure the survival of the cooperative was through the furthering of the political agenda of the movement by lobbying the government for grants, loans and changes in the expropriation law, a growing amount of workers believed that all the resources and efforts should be concentrated on improving the productivity of the factory. Such

group included not only the faction that was opposed to MNER's agenda, but also former supporters who became disillusioned with the activities of its leaders. One of them argued that:

«We are not trained in management (...) but we know this factory better than them. We know what it needs. (...) By taking people so often to protest on the streets and occupy other factories, they are making them work less and we all suffer. (...) Besides, we wonder if our constant indebtedness might not be their fault. (...) We have the impression that they are mismanaging the factory (...) [the managers] disappointed us.»⁷

The uncertainty regarding the causes for the continuing crisis within the factory led many members to hold on to their accumulated practical knowledge and the practices that they knew from their own experience had positive results. Scott's analysis of practical knowledge helps to understand such reaction. The author calls such kind of knowledge «*métis*» and distinguishes it from its technical counterpart (*technê*) (1998, pp. 319-23). He argues that «*métis*» is «the mode of reasoning most appropriate to complex material and social tasks where the uncertainties are so daunting that we must trust our (experienced) intuition and feel our way» (p. 327). Therefore, it is to be expected that, in situations of uncertainty and increased complexity such as the one the cooperative was facing, many members, especially those less favoured by association with the agendas of those who hold «*de facto*» power, will tend to rely on their accumulated «*métis*» to interpret the situation of the organization. That will be the case especially of organizations that face factionalism or a competition between the interpretative discourse provided by an external, interfering entity, and that provided by the accumulated experience of their own members.

The establishment of a cooperative system at the Pernambuco factory

The process of introduction of a workers' ownership system at the Pernambuco factory took place in a context of decline of what used to be one of the largest industrial holding in Brazil, of which this factory was part. According to a top executive, it was the death of the holding's founder and CEO, and the succession crisis that ensued, that started the whole process. At the time of the founder's death, the holding owed a vast amount of debt to the government and providers.

The initial plan regarding was to close this factory down, as it has been done with the other plants in Pernambuco. However, a group of white collar workers pressured the former owners to negotiate a similar agreement as the one made for the main factory in São Paulo, which implied the establishment of a workers' association. The result of the negotiations was an agreement in which the share of ownership corresponding to each member of the workers' association would be equivalent to the amount of the indemnity that would be due to them if the factory closed down. The only difference between this system and private ownership is that, instead of having an investor who owned the factory and injected capital in it, the capital of the factory was composed by the compensation package that was supposed to be given to each worker was kept in the factory as the share that each worker held in the company. Such money would be devolved to the worker in case he or she left the factory. Otherwise, the decision-making process took place as before. All the decisions were taken by the managers of the company, without consultation of other workers.

Many factory floor workers have the perception that the managers used their superior technical skills to try to manipulate workers into believing that the creation of the «association of workers» was the best solution not only for the bankrupt factory, but also for the workers themselves, who were at risk of

facing long-term unemployment. Such risk didn't stop about half of the workers, represented by a trade union, from protesting against the establishment of the association and instead asking for the closure of the factory and the payment to each worker of the indemnity that was due. Such protest led to an attempt to occupy the factory from the part of such faction, which led to its expulsion from the factory. According to a member of the administrative council:

«(...) there were people here from the trade union, and those who supported them, who started making a big fuss about it. They wanted the factory to close down and everybody to receive the severance package. But they could not see that the company was too much into debt and that it would be impossible to pay everybody if it closed down. (...) They even tried to occupy the factory and prevent us from doing our work until we decide to close it down ... The police came to restore peace ... It was a mess ... (...) They and the people who supported them ended up leaving, and they got their severance package ... It was their choice ...»

A production worker has a different perspective on these events:

«(...) It was not really their choice to leave... Mr. X [Who was at the time the director-general of the factory and still holds the same position] kicked them out of here, and they are waiting for their severance package until today... Some of them even went to court, the court decided that they had to pay the severance package as soon as possible, but they are waiting until today... Mr. X says that the company is in trouble, that he has no money to pay them, and always tells them to come a few months after, but when they come back, he tells them the same story again...»

The introduction of a cooperative system as a way of reducing costs

The status of cooperative was introduced some years after as way of reducing labor costs and keeping the factory functioning, in a context of economic stagnation and competitive pressures from the part of other companies with more advanced technology and a better position in the market. OBC-PE got involved in the process as a consultant. According to a member of the administrative council:

«(...) when we saw that the factory was going into debt again and could close down if nothing was done to reduce costs we got the workers together and told them: 'Listen, we are going through rough times and we either reduce costs or otherwise have to close the door'. We spoke to some people [at OBC-PE] and found out that the best way was to transform this place into a cooperative. You will lose your right to pension, unemployment subsidy and some other perks, that's true, but on the other hand, each of you will get an equal of the profit that this company might make. You will become more responsible. You will become true owners of this factory.»

According to top executives at OBC-PE, the organization was supporting the survival of a firm by using the cooperative system as a way to cut costs, by eliminating social benefits that are required by law for all workers that are formally employed in a private firm or a workers' association. According to the same respondents, since everyone in a workers' cooperative is a co-owner and as such has the same status as an entrepreneur, the cooperative does not have to contribute for a retirement fund or for unemployment coverage. The equal distribution of profits among the workers is supposed to compensate for the absence of such benefits. That is also the case at the Buenos Aires co-op, since its workers also do not have access to contributory retirement fund or unemployment coverage. Such situation is also sanctioned by the law.

No social incentives for participation

Although the Pernambuco co-op also suffered a strong decrease in personnel after the takeover (according to the administration, the decrease was from about 400 to an initial group of around 40), it did not experience an increase in integration and information-flow capability. That happens because, unlike the cooperative in Buenos Aires, the workers couldn't count on structures of social interaction that included colleagues outside the section to which they were assigned. The process of establishment of a cooperative, instead of being a bonding experience, contributed to widen internal divisions even further. Despite a severe shortage of resources and know-how, there was not an increase in intersectional collaboration, since workers didn't have incentives to expand their skill set and perform tasks beyond their area of speciality. According to one interviewee:

«It kept on being the same thing, people working on their machines and not really engaging with what was going on in other sections, sometimes to even caring about what was going with the colleague next to them (...) It's the same thing as before: Each of us in their machine, the section supervision being one of the few that talks to other people, especially the managers, and [the production manager] lording over us.»

Unlike the Buenos Aires co-op, there was not a consensus among all workers regarding the survival of the company. While in Buenos Aires all the workers were interested in keeping the factory open in order to maintain their jobs, there was a division among the workers in Pernambuco between those who wanted to keep the factory open and those who wanted to shut it down and get their indemnity package. Such division, together with the siding of the labour union with the first faction and the cooptation of the second by management, determined the failure of the takeover attempt. It was also a strong determinant of the inability of the process of transition to a workers' ownership system to promote inter-sectoral collaboration and collective action. Besides, the

process of transformation of this factory into a cooperative lacked the intervention of an external agent that, like MNER in Buenos Aires, could provide incentives for collaboration across sectors. Such agent could have become a promoter of consensus and a catalyst of grassroots collective action. During the whole process, OBC-PE stood aside, acting as a mere consultant to the managers.

The «hands off» strategy based on formal monitoring that is followed by OBC-PE could lead to the immediate conclusion that the organization didn't have any impact in the power dynamics of its associate. In reality, like in the case of MNER and the cooperative in Buenos Aires, OBC-PE ended up having a significant impact on the internal dynamics of the Pernambuco cooperative, as a result of a synergy between its strategy and the dynamics of the firm. However, while the enmeshment between MNER and its associate led to the development of social networks which promoted factionalism but also participation, the synergy between OBC-PE and the social dynamics of the Pernambuco cooperative led to the formation of close-knit clientelistic relationships between a self-perpetuating management oligarchy and a select group of clients in the production plant. Such relationships became evident in several testimonies given by respondents, which were coherent in indicating that the members of the administrative council engaged in a hoarding of, information, to which they granted selective access to a restricted group of workers who were found to be strategic in the perpetuation of their position. One respondent argues that:

«(...) we never know what is going on here. We are never informed about the situation of the factory, the number of requests we have, or stuff like that. (...) When we know something, it is always through our section supervisor. (...) However, there are some people who have direct access to information about everything that is going on. Those people are benefited because they are the managers' allies. They do whatever they want and get a lot of benefits instead. (...)»

The ample informal access that these actors are granted by their managers contrasts with the social distance that exists between management and the rest of the factory workers. The presence of these workers who were co-opted as observers from management seems to have a repressive and divisive effect among their colleagues. According to a respondent:

«[the workers in question] are a sort of 'spies' here on the factory floor. I am afraid of talking with my colleagues when they are around, because if they hear us complaining about the managers, they can go and tell them, and we will get into trouble.»

The actors in question were interviewed. Some of them hold elected positions of counselors in the administrative council. Their responses indicate that they have a completely different experience from the one of their colleagues in what regards access to information. They also seem to be given ample opportunity to have access to managers with the aim of expressing claims regarding the management of the factory. Further research is needed in order to find out to which extent their claims have an impact on decision making. These actors also seem to have ample access to strategic information on the management of the factory, as well as ample encouragement to develop their skills. As one of these respondents pointed out:

«(...) Mr. X and the other people from management have always been very kind to me. I can go and talk to them whenever I want. They always listen to what I have to say. They also inform me about what is going on in the factory. That is important, because I am a counselor in the administrative council and that helps me to fulfill my functions.»

The information hoarded includes that provided by OBC-PE on training opportunities. OBC-PE offers courses on co-op management and technical areas such as information technology

that are open to any member that wishes to participate in them. The only guarantee that OBC-PE has that the information on such courses will be effectively channelled is a «gentlemen's agreement» by which the managers agree in transmitting it to all the other associates. The following claim by an OBC-PE official indicates that the information is more often than not hoarded by a small group of people who either hold or are closely connected to those who hold management positions:

«(...) It is a pity that it is always the same people who show up at our courses. When we contact the managers of the coops, we ask them to circulate the information to as many people as possible. We try to call their attention to the importance of developing the skills of as many people as possible, not only so that they can participate in decision making or even be elected to management positions, but also that they can use the skills acquired in the courses to increase the productivity of the cooperative. However, and despite the fact that we repeat the same courses several times a year, it is always the same people who show up: Either the managers themselves or some other workers whom they know they can use to help to maintain their position inside the organization. (...)»

In the case of the cooperative under study, the interviewees from OBC argue, it is always either the director-general/president of the management council, some other managers or a select group of factory floor workers that attend all the courses. The field data indicates that such group is exactly that of the «clients» that management uses to reinforce and perpetuate its power. One member of such group claims that:

«They have always given me good ideas about courses to take and gave me full encouragement to take them. I have been taking those that they have suggested me and realize how good they have been for me. They make me a better worker.»

The fact that OBC-PE engages in direct contact only with members of the administrative council contributes significantly to this situation. A respondent from the factory floor states that:

«(...) We also don't know what that organization you told me about does around here [referring to OBC-PE]. Sometimes we see one or two people coming from Recife, it seems that they come from that organization, but they are always hanging around with Mr. X [the president of the administrative council]. They spend most of the time in the managers' office and never talk to us.»

Access to information and training resources seems therefore to be conditional on the sort of relationship workers have with management. A vast majority of the interviewees argued that they never got any substantial information or incentive to pursue the training offered by OBC-PE. Most respondents coherently argued that the only time they were consulted regarding training was one occasion when management asked the section coordinators to pass around a sheet of paper among the workers asking them what sort of training courses they would be interested in. Such action was carried out following a consultation done by managers to officials at OBC-PE, with the aim of getting insights about possible causes of the difficulty that its products were having in penetrating the market. Part of the advice given was to make an inventory of the training needs of co-op members. One of the managers described the process:

«(...) So we passed on a pamphlet with information on some of the technical courses that OBC-PE was offering, together with a sign-up sheet where workers should indicate what courses they were interested in. What happened was that the few people who signed the sheet said that they were interested in courses that bring no value added whatsoever to this factory, such as cooking or weaving (...).»

Such manager justifies the outcome of the inventory in a way that seems to legitimize the hoarding of information, since it makes it appear as being the result of a sort of in-bred lack of interest and ignorance regarding the functioning of the organization:

«As you can see, these people have no clue regarding what is important for the functioning of this company ...»

Most factory floor workers had a different perspective, emphasizing their motivation for developing skills and calling attention to the lack of transparent communication between management and plant workers as one of the main causes for the failure of such initiative. According to one of the respondents:

«We definitely want to develop our skills and give a better contribution to this factory. However, the information they gave us was just a pamphlet (...) It was just a sheet of paper they circulated (...) with the titles that that organization [referring to OBC-PE] is offering (...) And then the sign-up sheet just said that we should indicate the courses we were interested in ... We did that and then they told us that the courses that we wanted would not bring any benefit to the factory! How are we going to know what brings or does not bring benefits to the factory if no one tells us?»

«I was never invited to be part of the administrative council»

When asked about what determines their access to management positions, all the interviewees in Pernambuco were coherent in indicating that what really counts is the relationship one has with the managers. Those who never took part in the management council say so because, as one respondent very candidly answered:

«I was never invited by the managers to be part of the administrative council.»

All workers who hold or have held positions in the council say that it is because they were invited by managers to take part in the electoral list. Some respondents even declared that, although they were at a certain point invited to take part in the list, they never accepted because, as one of the interviewees pointed out:

«I do not want to be part of their political game.»

The respondents also indicated that there has never been more than one list of candidates to the administrative council, always headed by the same managers. The lack of alternative lists seemed to come from the fear that most respondents have of being penalized for standing out or daring to challenge the authority of the managers. According to one interviewee,

«(...) Of course no one has ever presented an alternative list of candidates ... What do you mean? We all know what happened to anyone who dares to challenge their authority ... They will be sent home and will never get the money that is due to them back ...»

The director general is candid in the assumption of the way in which he chooses counselors in a way that guarantees his perpetuation in that position:

«(...) Of course I am going to handpick the people I want to see in the management council ... I want to be reelected ... I have the right to be reelected ... I am, of everyone in this factory, the person that has more money invested here ... I have the largest share ... So, I have the right to be the president of this cooperative ... And as such, I am going to make sure that the people who are elected for the management council will help me to keep this position ...»

Conclusions

The previous analysis suggests that New Social Movements are better endowed than cooperative federations to contribute to the development, within their associates, of structures of social interaction that promote grassroots involvement in the management of coops. However, the analysis also suggests that such participation, be it through formal or informal mechanisms, does not automatically equal effectiveness of worker ownership. Still, further research is necessary in order to assess whether or not the conclusions of this exploratory research can be applicable to other case studies. It seems that informal networks are equally as important in the Pernambuco co-op as they are in Buenos Aires for access to management. However, in the latter case study, the experience of the first takeover and the mobilization strategy of MNER created the conditions in which its own informal clique could be challenged.

It is evident that the strategy followed by MNER had an advantage in relation to that of OBC-PE regarding the development of structures of social interaction that were supposed to promote effective worker ownership. However, although such structures were able to promote a degree of formal and informal involvement in management that was significantly higher than in its counterpart in Pernambuco, it did not translate itself in effective influence over management decisions. That happens because such structures were not able to avoid the concentration of decision-making power in the hands of MNER leaders and their clique. Still, they were able to promote the collective action to react against perceived abused of power.

The analysis of the data led to the identification of two additional factors that significantly affect participation and the effectiveness of worker ownership. One of them is the nature of the organizational boundaries between the umbrella organization and the cooperative. The thickness of such boundaries is a direct outcome of the nature of the

«foundational moment» of the relationship between umbrella organizations and associated coops. In the case of the Buenos Aires co-op, such moment was that of the takeover, which led to the emergence from within its structure of a social movement with an unclear organizational structure. On the other hand, OBC-PE pre-existed its associate in decades. Its relationship with the factory started at the moment when the organization acted as a consultant the creation of a cooperative system at that factory, with the purpose of saving costs. The relationship continued when, after the establishment of the cooperative system, the factory became a registered member of the organization, benefiting from its information exchange and training initiatives.

It became evident that excessive fluidity in organizational boundaries, as well as excessive rigidity, can seriously contribute to the emergence of oligarchies. In the case of MNER, the informality of its organizational structure, together with influence that its leaders had in the recuperation process, led to a concentration of power in their hands and those of their supporters. In the case of OBC-PE, its «hands off» approach contributed to the perpetuation of a power oligarchy within its associated cooperative, since the resources it provided ended up reinforcing the capacity that managers had to perpetuate its position. Besides, it was not able to verify whether or not the compliance with formal rules regarding consultation and elections really corresponded to an effective participation of the grassroots in decision-making.

Another factor was the disparity between managers and factory floor workers in terms of technical and political skills. Such gap was visible in both cases and had equally nefarious effects in terms of effectiveness of worker ownership. However, in the Argentinean case, the practical knowledge accumulated by older workers and transmitted to younger recruits counterbalanced such disparity,

contributing substantially to the mobilization that led to the May 2005 takeover.

If proved to be applicable to other similar cases, the conclusions of this analysis indicate that, in order to promote effective worker ownership, umbrella organizations must follow a strategy that:

- Involves the whole structure of their associated cooperatives, at the same time that it avoids excessive enmeshment;
- Controls the power of members with superior technical skills and/or institutionalized positions resulting from their prominent role in key periods of the life of the cooperative by actively promoting the introduction of accumulated practical knowledge from the grassroots in the activities of the umbrella organization.

Implications

The case studies included in this paper supposedly represent alternatives to the increasing commodification of the worker under a regime of neo-liberal, corporate-led economic globalization. However, the socio-political environment in which they are embedded makes it difficult to promote effective worker ownership. Gouveia and Oliveira (2006) argue that one of the main causes for such difficulty is the absence of a sufficiently integrated socio-cultural space that can provide a systematic socialization to members of participatory organizations. Such space should comprise both a systematic institutional framework and an alliance among progressive forces in the environment, in order to allow for the sustenance and reproduction of a common order in terms of symbols and practices. In the case studies analysed in this essay, such absence contributes to the reproduction of forms of power dynamics that a cooperative system was supposed to avoid, as well as in a lack of a common understanding among members regarding organizational strategy and the best way to implement it.

According to Gouveia and Oliveira (2006), the fragility of such projects tends to create a vicious circle of demobilization among subaltern groups. Each failure of grassroots organizations tends to demoralize the members of those still surviving, as well as decrease the motivation of individuals to engage in such projects. That does not mean that the prospects for such forms of collective organizations in the current environment are totally grim. Silva (1994) claims that idealism, when allied with pragmatism and a sense of political effectiveness, can produce viable and sustainable alternatives to the mainstream productive order. Scholars, activists and cooperative enterprises shall join their efforts in the search for solutions that marry the desire for alternative forms of production and sociability with the need to ensure organizational effectiveness, sustainability and equity in deliberative processes.

Endnotes

¹ The fieldwork for this article was made possible by a generous grant from the Tinker Foundation.

² A notable exception is the International Institute on Labour History (www.iisg.nl), based in Amsterdam, The Netherlands, which has been publishing the work of many of these authors both online and in paper, making them available to the European public.

³ <http://www.ocb.org.br/>

⁴ The original name in Portuguese is *Organização das Cooperativas Brasileiras*. The organization is also known in Brazil by its original acronym, OCB.

⁵ <http://www.ocb.org.br/>

⁶ www.cta.rg.ar

⁷ Although many respondents described what they claimed to be forms of mismanagement since none of them were officially confirmed. In order to avoid taking sides, such claims were not included in this paper.

Bibliography

- Agarwal, Arun & Ostrom, Elinor (2001); «Collective Action, Property Rights, and Decentralization in Resource Use in India and Nepal», in *Politics and Society*, 29: 485-514
- Antón, Gustavo; Rebón, Julián (2005); «El Conocimiento de los Procesos Sociales. Una aproximación a ala consciencia de clase operante entre los trabajadores de Empresas Recuperadas », in http://www.iisg.nl/labouragain/documents/anton_rebon.pdf, Amsterdam : International Institute of Social History
- Balsler, Deborah B. (1997); «The Impact of Environmental Factors on Factionalism and Schism in Social Movement Organizations», in *Social Forces*, Vol. 76, N° 1 (Sep., 1997), pp. 199-228
- Bhowmik, Sharit (2003); «As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: Estudos de caso de duas cidades na Índia», in Sousa Santos, Boaventura (org.) (2003); «Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos, Vol. 2 – Produzir para Viver, Os Caminhos da Produção Não Capitalista», Edições Afrontamento, Lisboa
- Blau, Peter (1955); The Dynamics of Bureaucracy: A Study of Interpersonal Relations in Two Government Bureaucracies, Chicago: University of Chicago Press
- Bolman, Lee G. Deal, Terrence E. (2003); Reframing Organizations: Artistry, Choice and Leadership (3rd ed.), San Francisco: John Wiley & Sons
- Burawoy, Michael (1998); «The Extended Case Method» in *Sociological Theory*, 16: 1 March 1998
- Burt, Ronald S., (1997); «The Contingent Value of Social Capital», in *Administrative Science Quarterly*, vol. 42 (June 1997), pp. 339-65
- Calhoun, Craig (1989); «Classical Social Theory and the French Revolution of 1848», in *Sociological Theory*, Vol. 7, Nr 2, (Autumn, 1989), pp. 210-225
- Cheney, George (2002); Values at Work: Employee Participation Meets Market Pressure at Mondragon, Ithaca, NY: Cornell University Press
- Cornforth, Chris (1995); «Patterns of Cooperative Management: Beyond the Degeneration Thesis», in *Economic and Industrial Democracy*, Vol. 16:487-523
- Curtis, Russell L. Jr & Zurcher, Louis A. Jr. (1974); «Social Movements : An Analytical Exploration of Organizational Forms», in *Social Problems*, Vol. 21, N° 3, pp. 356-370
- Edelman, Marc (2001); «Social Movements: Changing Paradigms and Forms of Politics», in *Annual Review of Anthropology*, Vol. 30, Oct. 2001, pp. 285-317
- Escobar, Arturo (2004); «Beyond the third World: imperial Globality, Global Coloniality and Anti-Globalization Social Movements», in *Third World Quarterly*, Vol. 25, No 1, pp. 207-230
- Fajn, Gabriel (coord) (2003) ; Fábricas y Empresas Recuperadas. Protesta Social, Autogestión y Ruptura en la Subjectividad. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación
- Graeber, David (2004); Fragments of an Anarchist Anthropology, Prickly Paradigm Press, Chicago
- Gouveia, Patricia; Oliveira, Israel (2006); «Popular Groups, Action and Local Community Organizations in ‘Favelas’ of Rio de Janeiro, Brazil: Dynamics and Perspectives», unpublished paper presented at the 11th International Conference on Alternative Futures and Popular Protest, 19 April – 21 April 2006, Faculty of Humanities and Social Science, Manchester Metropolitan University, UK
- Gugni, Marco (2004); Social protest and policy change: ecology, antinuclear, and peace movements in comparative perspective, Lanham : Rowman & Littlefield
- Heller, Patrick (1999); The Labour of Development: Workers and the Transformation of Capitalism in Kerala, India, Ithaca, N.Y.: Cornell University Press
- Henn, Rosane (2004); Cooperativismo Brasileiro: Uma História; Brasilia: Organização das Cooperativas Brasileiras
- Hernández-Medina, Esther, (2005); «Tensioning Democracy: Participatory Budgeting in the Global City of São Paulo»; Thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the Degree of Master of Arts in the Department of Sociology at Brown University, Providence, Rhode Island, May 2005
- Hunt, Gerald Callan (1992); «Division of Labor, Life Cycle and Democracy in Worker Co-operatives», in *Economic and Industrial Democracy*, Vol. 13:9-43
- Isaac T. M., Richard W. Franke, and Pyaralal Raghavan (1998); Democracy at work in an Indian industrial cooperative: the story of Kerala Dinesh Beedi, Ithaca, N.Y.: ILR Press, 1998
- Kachmir, Sharryn (1996); The Myth of Mondragon: Cooperatives, Politics and Working-Class Life in a Basque Town; SUNY Series in the Anthropology of Work, Albany
- Kanter, Rosabeth Moss (1977); Men and Women of the Corporation; New York: Basic Books
- Keck, Margaret C.; Sikkink, Kathryn (1998); «Activists beyond borders: Advocacy Networks and International Politics»; Ithaca, NY: Cornell University Press

Korten, David C., (1998); The Post-Corporate World: Life After Capitalism, Berrett-Koehler Publishers & Kumarian Press

Leach, Darcy K. (2005); «The Iron Law of *What* Again? Conceptualizing Oligarchy Across Organizational Forms», in *Sociological Theory*, Vol. 23, Nr 3, September 2005

Lipset, Seymour Martin; Trow, Martin A.; Coleman, James S. (1956); Union Democracy : the internal politics of the International Typographical Union , New York: Free Press

Magnani, Esteban (2005); El Cambio Silencioso : Empresas y Fabricas Recuperadas por los Trabajadores en la Argentina, Buenos Aires : Prometeo

Marshall, Robert C. (2003); «The Culture of Cooperation in Three Japanese Worker Cooperatives», in *Economic and Industrial Democracy*, Vol. 24(4): 543-572

Miller, George A. (1970); The Sociology of Organizations: Basic Studies, New York, Free Press, pp. 25-43

Navarro, Zander (2003); «Mobilização sem emancipação – As lutas sociais dos sem-terra no Brasil», in Sousa Santos, Boaventura (org.) (2003); Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos, Vol. 2 – Produzir para Viver, Os Caminhos da Produção Não Capitalista, Edições Afrontamento, Lisboa

Nilsen, Alf G. (2006); «I Release You, Fear: Building Subaltern Power in the Context of Everyday Tyranny», unpublished paper presented at the 11th International Conference on Alternative Futures and Popular Protest, 19 April – 21 April 2006, Faculty of Humanities and Social Science, Manchester Metropolitan University, UK

Olson, Mancur (1971); The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups, Cambridge, Mass.: Harvard University Press

Paton, Rob (1989); Reluctant Entrepreneurs: The Extent, Achievement and Significance of Worker Takeovers in Europe, Milton Keynes: Open university Press

Perrow, Charles (1967); «A Framework for the Comparative Analysis of Organizations»; in *American Sociological Review*, Vol. 32, No. 2 (Apr. 1967), 194-208

Piven, Frances Fox & Cloward, Richard A. (1979); Poor People's Movements: Why They Succeed, How They Fail, New York: Vintage Books

Rothschild-Whitt (1979); «The Collectivist Organization: An Alternative to Rational-Bureaucratic Models», in *American Sociological Review*, Vol. 44, pp. 509-527

Rothschild, Joyce; Whitt, J. Allen (1986); The Cooperative Workplace: Potentials and Dilemmas of Organizational Democracy and Participation, New York: Cambridge University Press

Santos, Boaventura de Sousa (1999); «Porque é tão difícil construir uma teoria crítica ?» in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nr. 54

Santos, Boaventura de Sousa; Rodríguez, César, (2003); «Introdução: Para ampliar o cânone da produção», in Santos, Boaventura Sousa (org.) (2003); «Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos, Vol. 2 – Produzir para Viver, Os Caminhos da Produção Não Capitalista», Edições Afrontamento, Lisboa

Silva, Ana Amelia da (1994) in Diniz, Eli; Lopes, J.S.L. & Prandi, Reginaldo; O Brasil no Rastro da Crise: Partidos, sindicatos, movimentos sociais, estado e cidadania no curso dos anos 90, São Paulo: Hicitec-ANPOS-IPEA, pp. 204-241

Scholl, Christian (2006); «Contentious Action for a Better World – A Better World as Contentious Action: The forgotten dimension of alternatives in social movement theories», unpublished paper presented at the 11th International Conference on Alternative Futures and Popular Protest, 19 April – 21 April 2006, Faculty of Humanities and Social Science, Manchester Metropolitan University, UK

Scott, James C. (1998); Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed, New Haven: Yale University Press

Shah, Tushaar (1995); Making Farmers' Cooperatives Work: Design, Governance and Management, New Delhi: Sage

Zald, Mayer N.; Ash, Roberta, (1966); «Social Movement Organizations: Growth, Decay and Change», in *Social Forces*, Vol. 44 (Mar., 1966), pp. 327-341

Mouvements sociaux et économie solidaire : l'exemple français des Associations pour le maintien d'une agriculture paysanne (Amap)

Magali Zimmer

Conservatoire National des Arts et Métiers,
Paris, France.

Nota biográfica

Magali Zimmer nasceu em Paris (França), em 26 de Setembro de 1977. Possui uma licenciatura em Ciências Físicas, em 1999, pela Université Paris 7, um DEA – Diplôme d' Études Approfondies em Geoquímica, em 2000, pela mesma Universidade e, entre outros cursos, nas áreas da Psicologia e da Sociologia, um Mestrado em Sociologia do Trabalho e dos Recursos Humanos, terminado em 2008, no CNAM – Conservatoire des Arts et Métiers, de Paris. É atualmente doutoranda, na área de Sociologia Económica, desde 2009, no LISE – Laboratoire Interdisciplinaire de Sociologie Économique, do CNAM, estando a preparar uma tese sobre a relação entre as iniciativas solidárias e os movimentos sociais, em particular no domínio do consumo crítico.

Foi Assistente de investigação na Université du Québec, em 2009–2010, encarregada da gestão de parte da revista académica « Économie et Solidarités », pertencente ao CIRIEC – Centre Interdisciplinaire de Recherche et d' Information sur les Entreprises Collectives.

Entre 2011 e 2013, deu aulas e foi Investigadora a tempo parcial no CNAM.

RESUMÉ

L'enjeu de cet article est de mettre au jour les dynamiques sous-tendant le développement des Associations pour le Maintien de l'Agriculture Paysanne (AMAP) en France en retrouvant les filiations de ce mouvement dans les recompositions du champ multi-organisationnel qui se constituent autour de la critique de l'agriculture intensive. Une convergence des cadres d'action collective se produit avec une ouverture du monde paysan aux préoccupations des citoyens. Cette étude se focalise sur la dynamique propre à ces associations en tentant de retrouver les filiations de ce mouvement dans l'espace multi-organisationnel qui l'entoure.

ABSTRACT

The concept of social economy is far from consensus; therefore the author reviews different concepts and denominations. According to her opinion it is desirable to keep in mind a concept as broader as possible in order to include the situation of those enterprises that work in the market and function according its rules but whose main aim is not the maximization of profit; instead, look for answering to people's needs and common good of the societies where they are rooted.

Besides their statistical weight, social economy, in last decades, has been considered as an important instrument to answer to some of the major challenges of contemporary economic crisis, namely unemployment, inequalities and poverty.

According to author's view, social economy may offer an useful alternative to the present economic model, namely by preparing the path to the desirable economic democratization.

Sommaire :

Les apports théoriques de l'analyse des mouvements sociaux
Une convergence autour de la critique de l'agriculture intensive
L'émergence d'une critique de l'agriculture intensive
Des mobilisations communes
Une unité trouvée autour de la création d'une fédération
L'origine de cette dynamique fédératrice
Un projet qui puise dans les cadres d'action syndicaux
Un engagement variable des organisations paysanne
Un élargissement des cadres des associations de consommateurs
Un réajustement des cadres des associations environnementalistes
La variabilité des répertoires d'action
Les actions de lobbying
La production de savoir
Des actions à visée pédagogique
Les partenariats
Conclusion

**La défense d'une autre agriculture
Constitution d'une initiative solidaire en réaction
à l'agriculture intensive****Introduction**

Les Associations pour le Maintien de l'Agriculture Paysanne (AMAP) sont apparues en 2001 dans le Sud de la France et elles se sont étendues ensuite à l'ensemble du territoire français. Elles ont connu un essor rapide pour atteindre plus de cent mille adhérents en dix ans. Des mouvements similaires existent dans de nombreux pays, portant des appellations diverses, telles que les Community Supported Agriculture (CSA) aux États-Unis ou les teikeis au Japon. Leur objectif est de contribuer au développement de partenariats entre agriculteurs et citoyens soucieux de préserver l'environnement tout autant que la santé des êtres humains. Cet article s'attache à éclairer les conditions sociales et politiques d'apparition de ce mouvement en France. Nous montrerons comment la notion d'agriculture paysanne, au fondement des AMAP, est apparue en France, et comment le regroupement d'une partie des agriculteurs avec des mouvements écologistes et des associations de consommateurs a été rendu possible autour d'une réflexion sur le type d'agriculture à défendre. L'émergence des AMAP est donc mise en lien avec le développement plus large d'une critique de l'agriculture intensive.

Les apports théoriques de l'analyse des mouvements sociaux

L'évolution du milieu agricole depuis la fin de la 2nde guerre mondiale est marquée par le développement de l'agriculture intensive. Certains agriculteurs, qui adhèrent tout d'abord à l'élan de modernisation qui accompagne la période de reconstruction, vont par la suite adopter une attitude critique. Au cours des cinquante dernières années, des actions communes entre citadins et paysans se sont développées de manière ponctuelle, conduisant parfois à la constitution de collectifs plus durables. L'un de ces collectifs, dénommé Alliance Paysans-Ecologistes-Consommateurs (PEC), est créé en 1991 pour contester le développement de l'agriculture intensive et formuler des propositions concernant la Politique Agricole Commune. A partir de 2001, ce même collectif réoriente ses actions revendicatives vers le soutien au développement de partenariats fermiers-citadins qui deviendront le mouvement des AMAP.

Notre questionnement porte sur les conditions d'émergence d'une initiative solidaire, et plus particulièrement sur l'élaboration de son projet qui apparaît à la confluence de diverses organisations du champ politique, telles que des syndicats et des associations de défense d'une cause.

Pour cette étude, nous utilisons les outils conceptuels développés pour l'analyse des mouvements sociaux et notamment ceux de cadres d'action collective et de répertoire d'action. L'utilisation du concept de cadres d'action collective a permis de réintroduire les dimensions symboliques et culturelles au sein de l'étude des actions collectives. En effet, l'analyse des processus de cadrage qui s'est développée depuis le milieu des années 1980 focalise son attention sur «le travail de signification ou de construction du sens mis en œuvre par les activistes du mouvement social, les participants et les autres partis (élites, médias, contre-mouvement)» (Snow, 2004, p. 384). Le terme de cadrage («framing») permet ainsi de conceptualiser le «travail d'attribution de significations («signifying work») qui est l'une

des activités les plus courantes des militants» (Snow, 2004, p. 384). En donnant du sens aux événements et aux circonstances, «les cadres organisent l'expérience et guident l'action, que celle-ci soit individuelle ou collective» (Snow et al., 1986, p. 464). W. Gamson distingue trois composantes de ces cadres : l'injustice, l'identité et la capacité d'action (Gamson, 1992). Les cadres d'injustice proviennent d'une indignation morale et ils correspondent à l'évaluation d'une situation comme juste ou injuste. La composante identitaire contient à la fois une définition des membres du groupe en question («nous») et une identification des adversaires («eux»). La capacité d'action concerne, quant à elle, la conscience de pouvoir modifier la situation à travers l'action collective.

Le concept de répertoire d'action désigne, quant à lui, «des ensembles préexistants de représentations qui s'offrent, dans un contexte donné, à un ensemble donné d'acteurs politiques» (Tilly et Tarrow, 2008, p. 32). Parmi les répertoires d'action citons : le lobbying, le communiqué de presse, la réunion publique, la présentation d'une pétition, la prise d'un otage, l'organisation d'une manifestation, etc.

Pour étudier le lien entre le mouvement social et les initiatives solidaires, nous utilisons la notion de champ multi-organisationnel (Curtis et Zucher, 1973). Cette notion a été proposée pour analyser les relations des organisations prises comme objet d'étude avec l'ensemble des organisations qui les entourent. Dans leur étude, les types d'alignement inter-organisationnel sont étudiés et mis en relation avec le processus de recrutement, la spécificité des buts, les caractéristiques des membres et leurs perceptions. Dans notre travail, nous reprenons cette notion de champ multi-organisationnel pour décrire l'influence des mouvements sociaux qui entourent l'émergence d'une initiative solidaire.

L'étude des types de cadres d'action collective à l'œuvre dans le champ multi-organisationnel et des répertoires d'action mobilisés permettront de mieux comprendre comment émerge une initiative solidaire dans un champ multi-organisationnel

donné. La problématique peut alors être reformulée comme portant sur la manière dont sont ébauchés les cadres d'action collective qui se trouvent être au fondement d'une initiative solidaire particulière et comment évoluent les répertoires d'action au cours du temps. Chaque nouvelle action collective souhaitant formuler des revendications puise dans un stock de représentations et de répertoire d'action déjà existants avec parfois des innovations qu'il s'agit de repérer

Notre étude repose sur des observations, des entretiens avec les membres d'Alliance PEC et des AMAP, ainsi que sur l'étude de documents émis par ces associations (documents de présentation d'Alliance PEC, brochures et lettres d'informations d'Alliance PEC) et des publications de la Confédération paysanne.

Une convergence autour de la critique de l'agriculture intensive

L'émergence d'une critique de l'agriculture intensive

Le courant moderniste s'impose dans le monde agricole après la Seconde Guerre mondiale, avec notamment la diffusion de la thématique du retard à rattraper. Tout en substituant à l'image traditionnelle du paysan celle de l'agriculteur performant conduisant son exploitation agricole comme une entreprise, il participe pleinement à l'introduction de l'industrialisation dans le domaine agricole. Le courant moderniste cède ensuite progressivement la place à un nouveau courant, le courant productiviste caractérisé par une croyance très forte au progrès sous-tendu par une pensée évolutionniste conduisant à condamner « les survivances du passé, obstacles à toute évolution » (Bruneteau, 1994, p. 141). Résultant d'un approfondissement du modernisme, le productivisme s'inscrit dans son prolongement sans toutefois s'identifier à celui-ci. Le productivisme correspond donc à la phase avancée du courant moderniste. Il accorde une place prépondérante aux sciences et à la technique et instaure un rapport au temps et à l'espace nouveau. Il est marqué par un emballement du processus de rationalisation technico-économique et par une apologie de la vitesse (Deléage, p. 37, 2004).

Ce sont tout d'abord les jeunes agriculteurs regroupés dans la Jeunesse agricole Catholique qui vont porter ce courant moderniste après-guerre. Puis ce discours séduit les membres du syndicat dominant, la Fédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Agricoles (FNSEA). Mais un certain nombre d'agriculteurs qui s'engagent dans cette modernisation de leur exploitation constate que leurs conditions de travail se détériorent contrairement à ce qu'ils avaient pu espérer. L'endettement croissant et la dépendance vis-à-vis des industries agro-alimentaires qui résultent de cette politique commence alors à susciter des critiques parmi ces agriculteurs. Ce courant critique du courant productiviste majoritaire va s'incarner dans

divers mouvements auxquels l'historien J.-P. Martin a donné le nom de «nouvelle gauche paysanne» (Martin 2007). La nouvelle gauche paysanne reste fortement divisée durant les années 1970-1980, mais elle parvient en 1987 à former un courant unique et autonome avec l'apparition d'un syndicat, la Confédération Paysanne (CP). L'expression «agriculture paysanne» est utilisée par les militants de la CP lors de la création du syndicat en 1987 afin de désigner un modèle d'agriculture alternatif au modèle d'agriculture intensive promu par la FNSEA.

Le projet d'une agriculture paysanne qui se présente comme une «alternative à une agriculture industrielle» s'est donc forgé essentiellement «à partir du refus du productivisme en agriculture»¹. Le choix de réhabiliter le terme paysan vise à marquer l'opposition par rapport à la figure du chef d'entreprise promue par la FNSEA. La réflexion sur le contenu du projet d'une agriculture paysanne sera menée sur plusieurs années par la Fédération Associative pour le Développement de l'Emploi Agricole et Rural (FADEAR) qui est en charge des activités de formation de la CP. Cette réflexion, s'appuyant sur des groupes de travail au niveau local associant des militants de la CP mais aussi des économistes et des scientifiques, aboutit en 1998 à l'établissement d'une charte de l'agriculture paysanne. Cette charte de l'agriculture paysanne «concrétise le projet syndical»² et vise avant tout à définir les conditions de développement de l'agriculture paysanne. De 1993 à 1998, la tenue de nombreuses rencontres contribue à l'élaboration progressive de cette charte. En 1998, la charte de l'agriculture paysanne est finalement rendue publique lors d'un colloque organisé en décembre 1998 par la FADEAR et la CP. Les dix principes de l'agriculture paysanne définis dans cette charte peuvent se regrouper autour de trois cadres d'action collective principaux. Un cadre de solidarité avec les paysans en difficulté en France, avec les paysans du Tiers-monde et avec les autres acteurs du monde rural peut être repéré. Ce cadre se traduit par une défense de l'emploi

agricole et plus particulièrement des petites exploitations. Un 2^e cadre vise à rétablir la proximité entre producteur et consommateur permettant une transparence des modes de production et une meilleure prise en compte des préoccupations des consommateurs. Ce cadre conduit à orienter l'action collective des paysans vers la recherche d'une distanciation vis-à-vis des industries agro-alimentaires et des banques, afin d'aider les paysans à reconquérir leur autonomie. Enfin, un 3^e cadre de défense de l'environnement repose sur l'instauration d'un rapport à la nature différent avec une attention portée aux conséquences environnementales de l'activité agricole.

Ces cadres d'action collective émis par un syndicat de paysans présentent des affinités très nettes avec les aspirations des mouvements de consommateurs et du courant écologiste. Ces affinités vont s'exprimer à travers la construction de cadres d'action collective communs rendant possible des mobilisations rassemblant tant des paysans que des citoyens.

Des mobilisations communes

Le rapprochement des différents mouvements issus du monde paysan et du monde citoyen n'aurait pu s'effectuer sans une intégration par les mouvements paysans des revendications propres aux mouvements écologistes et aux associations de consommateurs. Dès les années 1970, des conflits d'un nouveau type apparaissent, en effet, au cours desquels les paysans nouent des liens de solidarité avec d'autres catégories professionnelles. C'est au travers de tout un ensemble de luttes que le mouvement des Paysans-Travailleurs a commencé à émerger: luttes foncières (luttes contre les cumulards, contre les propriétaires non-exploitants, ou pour maintenir un fermier expulsé), lutte contre les coopératives, luttes contre les expropriations (la marche sur le Larzac), luttes ouvrières auxquelles les paysans se solidarisent en apportant leur soutien au travailleurs en grève (Prévoist, 1976, p.34). C'est au cours de ces luttes communes que le sentiment d'intérêts

communs à défendre va se forger. Nous nous centrons ici sur les actions communes qui ont permis aux agriculteurs de la Confédération Paysanne de se rapprocher des citoyens.

En 1999, le démontage du McDonald's de Millau constitue un événement emblématique de la mise en relation des conséquences de l'agriculture intensive avec les préoccupations des consommateurs. Ce démontage est la conséquence du refus de l'Europe d'importer de la viande de bœuf aux hormones, le gouvernement américain prenant alors la décision de taxer fortement une centaine de produits européens à l'entrée aux États-Unis parmi lesquels le roquefort. Cette décision est lourde de conséquence pour l'activité économique du sud de l'Aveyron. Le 12 août 1999, le Syndicat des producteurs de lait de brebis et la CP organisent un rassemblement devant le McDonald's en construction à Millau. Celui-ci est pris pour cible par les éleveurs de brebis car il est perçu comme le symbole de l'agriculture et de l'alimentation industrielle. Le soutien des citoyens lors de cette action autour du McDonald's de Millau est, en effet, très forte, puisque ceux-ci représentent près de la moitié des 300 manifestants présents lors de cette journée. C'est lors du démontage du McDonald's de Millau qu'apparaît le terme de « malbouffe » permettant de lier les conséquences de l'agriculture intensive aux préoccupations des consommateurs. Ce terme a ensuite été repris largement par les médias et intégré par l'opinion publique, car il lie les préoccupations de sécurité sanitaire des citoyens à l'identité culturelle des produits.

Les mobilisations autour de la question des OGM (Organismes génétiquement modifiés) sont aussi l'occasion pour la CP de renforcer ses liens avec des associations écologistes et des associations de consommateurs. Pour la CP, la mise en culture de semences génétiquement modifiées tendra à accentuer la dépendance du paysan vis-à-vis des grandes firmes du secteur agro-industriel³. Les revendications de la CP portent sur le respect du principe de précaution et sur la « mise en place d'un comité d'éthique pour la génétique végétale et animale »⁴. Cette

revendication d'un droit à une information claire et précise ainsi que la demande d'un débat démocratique public concernant les expérimentations d'OGM en plein champ se rapproche des revendications portées par les mouvements écologistes. La lutte contre les OGM est donc l'occasion pour les agriculteurs de mener des luttes communes tant avec les associations écologistes qu'avec les associations de consommateurs. Le 7 juin 1997, dans le département de l'Isère (à Saint-Georges d'Espéranche), des militants de la CP mènent leur première action de destruction de plantes transgéniques. Ils s'associent alors à des militants écologistes pour faucher un champ de colza transgénique. De nombreuses actions sont organisées par la suite, et à la fin de l'année 2003, la CP s'implique dans la création de l'association des « Faucheurs volontaires » (Bruneau, 2006, p. 39).

Ainsi, en assignant comme finalité à l'agriculture la production d'une alimentation saine préservant les équilibres écologiques, la nouvelle gauche paysanne parvient à concilier les intérêts des citoyens et ceux des paysans.

Une unité trouvée autour de la création d'une fédération

La volonté de tisser des liens avec des acteurs sociaux extérieurs à la profession est présente dès la création du syndicat en 1987. La CP procède, en effet, à un élargissement des cadres d'action portés habituellement par les syndicats en invitant « toutes les personnes extérieures à l'agriculture concernées par les problèmes d'emploi, d'aménagement de l'espace rural, d'alimentation et intéressées par notre projet, à nous apporter leur appui »⁵.

La création de la fédération Alliance Paysans-Ecologistes-Consommateurs (PEC) quatre ans plus tard concrétise cette volonté de la CP de sortir du « corporatisme » ainsi que le souligne G. le Fur, porte-parole de la CP : « l'Alliance est une pierre de plus dans ce sens, une façon de dépasser les corporations »⁶. La création d'Alliance PEC en 1991 s'inscrit donc dans le prolongement de la démarche de la CP qui cherchait à s'appuyer

sur les citoyens pour défendre une agriculture durable. Cette création traduit, en effet, la volonté de la CP d'associer les citoyens à ses revendications. Cette démarche non-corporatiste cherche à travers la création de cette fédération à élaborer «un début de réflexion convergente» qui se concrétise dans le projet de défense d'une «agriculture vivante, respectueuse de l'environnement, dans des paysages sauvegardés, offrant des produits de qualité»⁷.

Un élément déterminant lors de la création d'Alliance PEC est le contexte de fortes mobilisations de nombreux syndicats et associations autour de l'introduction de l'agriculture dans le cycle de négociation du GATT. Les cycles de négociations du GATT n'avaient pas porté d'attention particulière à la question des produits agricoles jusqu'au Cycle de négociations d'Uruguay lancé en 1986. En 1989-1990, des mouvements de citoyens ont commencé à questionner les conséquences de la soumission de l'agriculture aux règles du commerce international. A ces réunions participaient des associations du milieu paysan, mais aussi des associations écologistes et des associations de consommateurs. Parmi ces différentes organisations, qui constituaient les prémisses du mouvement altermondialiste, se trouvaient des associations de défense de l'environnement qui avaient une vision critique des échanges commerciaux prononcés⁸. C'est au cours de ces réunions qu'est née l'idée d'un travail commun sur la question de la politique agricole commune qui donna naissance à la fédération Alliance PEC.

Lors de sa constitution, cette Alliance française prend pour modèle la constitution de l'association *Sustainable Agriculture Food and Environnement* (SAFE), créée au printemps 1991 en Angleterre par des écologistes, des mouvements de consommateurs, des associations de défense du patrimoine et du paysage (dont la Soil Association, association de préservation des sols, et le Small Farmers Association). Le mot d'ordre de SAFE est «pour une agriculture, un environnement et une alimentation préservée»⁹. Des mouvements semblables existent dans d'autres pays européens. Ils se réunissent

alors en un réseau européen des Alliances afin d'infléchir la politique agricole commune (PAC) ainsi que l'accord général sur le commerce et les tarifs douaniers (General Agreement on Tariffs and Trade, GATT) en menant des actions concertées au niveau européen. Ce réseau regroupe en 1992 des Alliances de sept pays européens parmi lesquels SAFE en Angleterre : SAFE, Agrar Bundnis en Allemagne, la Coalition pour une agriculture de qualité en Belgique, l'Initiative des paysans et des consommateurs en Suisse, la Plataforma rural en Espagne. Un an plus tard, le réseau européen prend la dénomination de Réseau Européen Pour une Agriculture et une Alimentation Soutenable (REPAS). L'objectif de réseau européen est de former un «contrepoids face au lobby agri-industriel» et de «préparer dans de meilleures conditions» la prochaine réforme de la politique agricole commune¹⁰. La Charte du Réseau Européen des Alliances pour une agriculture durable (1993) mentionne bien que la lutte contre la PAC vise avant tout le soutien à un secteur en crise et la défense de l'emploi agricole face à la «crise profonde de l'agriculture et du monde rural» qui engendre la «disparition quotidienne de 1300 paysans en moyenne dans la Communauté Européenne depuis la mise en œuvre de la PAC».

Rappelons que la politique agricole commune (PAC) adoptée en 1962 vise à accroître la sécurité alimentaire de l'Europe en garantissant des prix élevés aux producteurs pour leur permettre de rentabiliser leurs investissements, et en instaurant une protection aux frontières. L'objectif de sécurité alimentaire est atteint et même dépassé dès les années 1970, mais les subventions et les aides directes continuent à inciter les agriculteurs à produire toujours davantage. Une compétition s'instaure entre les exploitations les plus intensives et les autres conduisant à une chute du nombre d'exploitations et donc de l'emploi agricole. La défense de l'emploi agricole, essentiellement portée par la CP, est donc l'élément fondateur de ce regroupement, mais il n'est pas le seul comme nous le verrons ci-après.

L'origine de cette dynamique fédératrice

Un projet qui puise dans les cadres d'action syndicaux

Le texte fondateur¹¹ d'Alliance PEC est très explicite sur la volonté des membres de tenter d'influencer la PAC. De plus, ce texte mentionne les différents types de dénonciation qui ont amené cette fédération à se constituer. Ces types de dénonciation relèvent des conséquences sur l'environnement («dégradation des écosystèmes et des paysages»), des conséquences sur la santé («production d'aliments industriels d'une mauvaise qualité nutritionnelle et gustative, contenant de nombreux résidus et additifs chimiques toxiques») ainsi que des torts causés aux paysans européens et du tiers monde («les surplus, couteux pour les contribuables, conduisant à la faillite la majorité des paysans français et dont l'écoulement à coups de subventions ruine l'agriculture du tiers monde»). Ces trois cadres se rapprochent exactement des trois cadres qui ressortaient de l'analyse de la charte de l'Agriculture paysanne élaborés par la CP et énoncés précédemment. Les cadres d'action collective auxquels les fondateurs de cette fédération ont recours puisent donc de manière très nette dans ceux des militants de la CP.

Au-delà du registre dénonciateur, des propositions sont aussi avancées dans ce texte fondateur d'Alliance PEC autour de la défense d'une agriculture respectueuse de l'environnement, productrice d'une alimentation de qualité, favorisant un monde rural vivant et défendant pour chaque pays l'autosuffisance alimentaire. Toutes ces composantes s'appuient sur le projet d'agriculture paysanne. De plus, la menace de la perte de contrôle du système agro-alimentaire amène les membres d'Alliance PEC à revendiquer une plus grande maîtrise des tenants et des aboutissants du système agro-alimentaire. Ce dernier, de par son gigantisme croissant, aurait rendu plus confus l'origine des produits alimentaires. Ainsi la perception d'un système

agro-alimentaire et de distribution qui s'étend et se complexifie amène à une recherche de recentrage à l'échelon local des échanges économiques. D'où la fréquence du terme proximité, de fermes de taille humaine, etc. dans les textes fondateurs d'Alliance PEC qui constitue un élément novateur.

Comme pour tout rassemblement, la volonté de regroupement d'acteurs du monde rural et citadin traduit une volonté de peser davantage face aux pouvoirs publics. Ainsi, pour le Centre de groupements des agrobiologistes des Vosges, Alsace et Lorraine, organisation agricole, il s'agit à travers cette adhésion de «peser sur les décideurs politiques». De même, pour l'association environnementaliste «Environnement sans frontière», «seule l'opinion publique peut créer la volonté politique, et apporter une légitimité indiscutable, capable de faire pression sur les gouvernements». Mais ces justifications avancées pour expliquer la participation à une mobilisation inter-organisationnelle ne sont pas les seules. En effet, si la recherche d'une liaison entre citadins et paysans s'est appuyée aux débuts d'Alliance PEC sur une volonté de peser face aux pouvoirs publics pour favoriser un modèle agricole alternatif, elle est aussi associée à une «prise de conscience» d'enjeux convergents. A partir de l'analyse des cadres d'action mobilisés par chaque organisation pour adhérer à cette fédération, il est possible de comprendre comment s'opèrent les réalignements de cadre, *ie* les réajustements engendrant une convergence des significations attribuées à la participation, qui autorisent la constitution de cette fédération. L'étude des affinités va permettre d'expliquer comment le sentiment d'intérêts communs aux paysans et aux citadins apparaît et pourquoi certaines associations ont des revendications compatibles avec un mode de mobilisation inter-organisationnel et d'autres non. Cette analyse permet de comprendre comment sont définis les enjeux afin d'atteindre une mobilisation commune.

Un engagement variable des organisations paysanne

Concernant les organisations de paysans, une grande partie des organisations agricoles se trouve mêlée aux activités de cette fédération. Pourtant, seules quelques-unes vont témoigner d'un intérêt constant et s'impliquer de manière forte. Si la fédération apparaît sous l'impulsion d'un syndicat minoritaire, la CP, des critiques émanant des associations de consommateurs ne souhaitant pas participer à une fédération qui ne soit pas neutre ont conduit la fédération à solliciter la participation du syndicat majoritaire (la FNSEA) ainsi que de la JAC et des représentants des agriculteurs bio. Parmi toutes ces organisations paysannes, seuls les derniers cités ont fait preuve d'un engagement stable au cours du temps dans cette fédération. Cet engagement soutenu s'explique par l'alignement existant de longue date entre les cadres défendus par ces organisations et ceux portés par les organisations environnementales. Ainsi, le CGA et Nature et Progrès, deux organisations de défense de l'agriculture biologique, ont depuis longtemps mis en place un travail commun entre producteurs et consommateurs.

À l'opposé, il semble que la CP, dont la priorité reste la défense de l'emploi agricole, n'a pas pleinement réaligné ses cadres d'action sur ceux des écologistes. L'investissement de la CP sera donc au fil du temps de plus en plus distancié dans cette fédération. Ainsi, la CP qui a été initiatrice de cette fédération, pressentant que l'orientation d'Alliance PEC prenait une tournure qui lui échappait partiellement, va délaissier la participation à cette fédération. Bien plus, ce syndicat a entrepris de mener ses actions communes avec des citoyens en lançant à la fin des années 1990 un nouveau collectif. Mais ce nouveau collectif, qui s'appelait «l'Europe agricole, c'est l'affaire de tous», n'aura pas d'inscription durable dans le temps et son action se résumera à l'organisation de quatre grands débats en région qui ont réuni 200 personnes en moyenne.

Un élargissement des cadres des associations de consommateurs

Concernant les associations de consommateur, la participation à la fédération Alliance PEC a demandé des efforts importants de réaménagement de leurs anciens cadres d'action collective. Les associations de consommateurs avaient, en effet, délaissé les aspects alimentaires et agricoles, car les grandes surfaces semblaient offrir des produits de qualité à des prix les plus bas possibles. Mais lors de la création d'Alliance PEC en 1991, la participation de ces associations de consommateurs à Alliance PEC a été un moyen d'aiguiser leur jugement concernant les conséquences sur l'alimentation d'une agriculture intensive. Ainsi, la participation à la fédération a été une source d'information notable pour les associations de consommateurs, qui vont inaugurer une réflexion mêlant à la question alimentaire celle d'un autre type d'agriculture en lien avec les conséquences sur l'environnement. La dimension pédagogique est soulignée par les acteurs eux-mêmes qui reconnaissent avoir pu affiner leurs connaissances tout autant que celles de leurs adhérents tant dans le domaine de la qualité et du prix des produits que du respect de l'environnement lié aux pratiques agricoles. Une association, la Confédération Syndicale des Familles (CSF), reconnaissait même se trouver particulièrement «démunie en matière d'agriculture». Ces associations disposant de faible connaissance dans le domaine alimentaire et agricole ont trouvé dans cette participation une occasion d'accroître leur expertise propre et de sensibiliser leurs adhérents dans un domaine jusque-là délaissé. Les conséquences ont été un élargissement des préoccupations au domaine environnemental. Pour toutes ces associations de consommateurs, il s'agit d'un élargissement de leur cadre d'action collective initial qui de défense des droits des consommateurs centrée sur la qualité des produits englobe désormais une réflexion sur le système agro-alimentaire dans son ensemble avec la volonté de regagner un certain contrôle sur le système agro-alimentaire. Ainsi, l'Union Nationale des

Associations Familiales (UNAF) qui s'est particulièrement investie dans cette fédération a par la suite été reconnue pour ses compétences dans ce domaine allant jusqu'à participer aux comités du Grenelle de l'environnement. A travers cet élargissement des cadres d'action collective, c'est une forme de citoyenneté commune qui peut s'élaborer autour des problèmes d'alimentation et à travers une réflexion globale sur le système de consommation et de production qui allie à la recherche de prix toujours plus bas par les consommateurs et pour les paysans la nécessité d'obtenir une rémunération juste de ses produits.

Un réajustement des cadres des associations environnementalistes

Enfin, pour les associations de défense de l'environnement, l'implication dans la fédération Alliance PEC est justifiée par l'inscription de longue date de leurs revendications dans une dénonciation de l'usage des pesticides en agriculture. Ce qui par contre constitue un élément nouveau repose sur la défense d'un autre type d'agriculture. Il s'agit donc pour les associations de défense de l'environnement de dépasser les réactions d'hostilité à l'égard des agriculteurs en dépassant une conception unifiée du monde paysan. La prise en compte d'une diversité des types d'agriculture amène ainsi à «la promotion d'une agriculture écologiquement saine, socialement juste et économiquement viable¹²». En effet, si l'on a vu précédemment que de nombreuses luttes communes avaient pu se développer par le passé, les écologistes témoignaient souvent d'une attitude hostile face aux paysans considérés comme responsables des pollutions qu'ils dénonçaient. D'après les membres présents lors de la création d'Alliance PEC, la démarche visait à rassembler des groupes sociaux et culturels qui habituellement évoluaient de manière séparée et ne disposaient pas d'espace de débat. Ce rapprochement des paysans et des écologistes venait combler un fossé entre les intérêts alors perçus comme opposés des écologistes et

des agriculteurs. Ainsi selon l'ex-présidente d'Alliance PEC : «L'origine, c'était d'amener les consommateurs à avoir plus de rapports avec les agriculteurs, qu'on traitait de tous les maux à ce moment-là». Les associations environnementalistes habituées à développer un discours relevant du registre de la dénonciation ne sont pas toutes impliquées de manière constante dans la fédération Alliance PEC. En effet, les grandes associations de défense de l'environnement, telle que Greenpeace, les Amis de la terre, ou WWF ne se sont pas investies fortement dans cette fédération. Seule, France Nature Environnement, davantage portée sur le développement d'actions concrètes, s'est véritablement impliquée dans Alliance PEC.

L'adhésion des associations issues de domaines d'action spécialisés nécessite un réalignement des cadres d'action collective ou un élargissement des cadres d'action collectives. Ces associations réalignent donc leur cadre d'action collective sur celui d'Alliance PEC en concevant le respect de l'environnement comme indispensable du maintien de l'emploi agricole et d'une alimentation de qualité. La mise en relation des différentes associations et des syndicats permise par la constitution d'Alliance PEC a été initiée par la CP qui s'est détachée de cette fédération progressivement, mais dont le projet d'agriculture paysanne sera repris lors de la réorientation vers la mise en place de partenariats. Au final, nous pouvons dire que l'expression d'agriculture paysanne, projet élaboré et porté par le syndicat paysan de la CP, a été repris presque incidemment par les AMAP en 2001, puisque ce syndicat n'a pas montré un intérêt fort pour le travail commun au sein de cette fédération qui développera ces partenariats à partir de 2001.

La variabilité des répertoires d'action

Depuis sa création en 1991 jusqu'au développement des premières AMAP en 2001, Alliance PEC mène des actions qui relèvent de trois types : des actions de lobbying, la production de savoir et enfin l'activité de formation. La mise en place de partenariat à partir de 2001 peut être considérée comme un renouvellement du répertoire d'action de cette fédération.

Les actions de lobbying

Pour interpeller les élus et la population et tenter «d'intervenir sur la réforme de la PAC et les négociations au GATT»¹³, les membres d'Alliance PEC vont recourir à divers répertoires d'action. Parmi ceux-ci les actions spectaculaires, ou «coup de force», qui empruntent au répertoire d'action de la CP, occupent une grande place pendant les premières années d'existence d'Alliance. Ces actions spectaculaires sont menées par les membres d'Alliance PEC durant les deux premières années (de 1991 à 1992). Parmi celles-ci, deux d'entre elles sont particulièrement révélatrices de ce mode d'action. Ainsi en avril 1992, le directeur du GATT est accueilli par une trentaine de membres de l'Alliance PEC propulsant des plumes dans les airs et criant «tous plumés par la GATT, réveillez vous!» afin de demander un débat parlementaire¹⁴. Un des participants à cette journée explique le sens de cette action: «Nous avons voulu montrer au travers d'une image, d'un symbole, la façon dont nous sommes plumés par les grands négociateurs du commerce international. Nous considérons que les données actuelles au niveau du GATT remettent en cause l'avenir non seulement des agriculteurs de toute la planète mais en plus l'avenir de la qualité des produits et des ressources naturelles de la planète»¹⁵. En octobre 1992, des militants d'Alliance PEC font livrer des oreillers portant l'inscription «offerts par la GATT» devant l'Assemblée nationale à destination des parlementaires.

Une grande banderole, indiquant: «Parlement en sommeil, s'adresser au GATT»¹⁶, est alors déployée devant les grilles de l'Assemblée nationale. Les membres d'Alliance PEC déposaient des oreillers devant l'Assemblée nationale en criant «députés réveillez-vous». De même, des actions communes avec la CP ont été menées devant certaines fermes qui employaient peu de personnel mais percevaient énormément de subventions. À côté des actions spectaculaires sont menées des campagnes de lettres aux élus. L'Alliance a ainsi envoyé des lettres aux députés pour mener des campagnes contre la signature des accords de la conclusion de l'Uruguay Round du GATT considérant qu'il s'agissait d'une «abdication en faveur des intérêts commerciaux».

La production de savoir

Une activité d'expertise se développe à partir de 1993. En répertoriant toutes les initiatives situées dans le domaine de l'agriculture durable, les membres d'Alliance PEC tendent à accumuler des savoirs en constituant des bases de données. Des connaissances spécifiques à chaque région concernant les acteurs travaillant autour du développement durable sont alors répertoriées. Les malettes pédagogiques mises au point par Alliance PEC sont des outils qui étaient mis à disposition des Alliances locales, pour organiser des réunions, pour aider au dialogue entre consommateurs et producteurs. D'autres documents ont été distribués aux Alliances locales, ces documents étaient intitulés: «chacun a le pouvoir de préserver les ressources par son alimentation» et «une nouvelle façon d'organiser l'agriculture de proximité», «partenariat producteur-consommateur», ...

En 1999, l'expertise développée par cette fédération est pleinement reconnue par les autorités publiques. En effet, pour préparer le Sommet de Berlin du 26 mars 1999 visant à définir les grandes orientations de la PAC pour la période 2000-2006, un comité de vingt «sages» a été réuni par le ministre

de l'agriculture français de l'époque, Hervé Gaymard. Ces vingt sages devaient être considérés comme des spécialistes en agriculture et être indépendants, si bien que les syndicats paysans ne pouvaient y participer. Alliance PEC a été choisi pour siéger dans ce comité parce qu'elle était reconnue pour son expertise et pour sa vision large de représentations à la fois des intérêts des consommateurs, des écologistes et des agriculteurs. L'objectif de ce comité était alors de préparer la position française en 1999.

Des actions à visée pédagogique

À partir de 1993, l'organisation de forums ainsi que des journées de formation et des réunions d'information sont menés. Ces réunions portaient sur les thèmes suivants : les mesures agri-environnementales, les tailles d'atelier d'élevage, les biotechnologies, les biocarburants, les ventes directes, la PAC, ... Des réunions d'information sont organisées de plus en plus fréquemment et elles prennent le nom de «journée AC'teurs» en 1996. Elles visent à informer les consommateurs sur la qualité des produits alimentaires et en montrant aux agriculteurs l'intérêt économique d'une «agriculture désintensifiée». Lors de ces journées sont présents des membres de la société civile, mais aussi des représentants des pouvoirs publics et des scientifiques. À partir de 1997, l'organisation de ces journées AC'teurs devient la principale activité d'Alliance PEC.

Les partenariats

Un changement crucial d'orientation se produit à partir de 2001. L'essentiel des énergies se concentre désormais sur la mise en place d'un projet particulier, celui des AMAP. Délaissant ses anciennes activités (la production de savoir et le travail de formation et d'information), Alliance PEC réoriente son activité vers la mise en place d'alternatives concrètes. Les AMAP constituent donc un projet particulier d'Alliance PEC. Ce revirement s'est opéré à travers la transmission de trois types de ressources fournies par l'organisation préexistante au mouvement émergent: un réseau de communication, des cadres d'action collective et, enfin, des participants (Zimmer, 2013). La fédération Alliance PEC a constitué une infrastructure indispensable au développement ultérieur des AMAP tant au niveau national qu'international¹⁷.

Les trois grands cadres d'action collective qui ont été relevés comme étant au fondement d'Alliance PEC sont : un cadre de solidarité avec les paysans en difficulté, un cadre qui vise à rétablir la proximité entre producteur et consommateur permettant une meilleure prise en compte des préoccupations des consommateurs et enfin, un cadre de défense de l'environnement. Ces cadres d'action collective émis par un syndicat de paysans forment le fondement du projet des AMAP actuelles. Ainsi la mise en place de partenariats de proximité répond à la volonté de rapprochement des consommateurs et des producteurs à travers le soutien à des producteurs développant une agriculture respectueuse de l'environnement.

Si les répertoires d'action ont fortement évolué avec tout d'abord des activités d'interpellation des élus, puis des activités à visées pédagogiques et enfin un travail de formation, la mise en place de partenariats ne s'est pas entièrement substituée aux formes antérieures d'action. Si bien que le passage d'une association de défense des droits à une association de mise en œuvre d'un soutien direct aux agriculteurs ne signifie pas pour autant que les actions à visée éducative aient

entièrement disparues. En effet, toute une partie des activités des AMAP s'inscrit dans une visée de sensibilisation des adhérents à de nouvelles problématiques. Ces problématiques peuvent désigner la sensibilisation aux conditions de vie des paysans, avec une recherche de compréhension des enjeux qui traversent le monde agricole français dans son ensemble. Elles peuvent aussi s'orienter davantage vers l'explication des conséquences de l'agriculture sur la dégradation de l'environnement avec la diminution de la biodiversité et la pollution des ressources naturelles (rivières, océans) notamment ou des risques induits par les évolutions des techniques agricoles telles que les risques liés aux OGM.

Quant aux activités d'interpellation des élus, celles-ci n'ont pas disparu non plus. Nous en citons ici seulement quelques exemples. Toute une série d'action d'interpellation des élus sont menées autour de l'utilisation des pesticides et des OGM dans l'agriculture, et plus globalement ce sont les aides publiques versées aux agriculteurs pratiquant une agriculture intensive qui sont visées. Une cristallisation de la dénonciation autour de la communauté européenne et de la politique agricole commune qu'elle définit s'opère donc tout autant qu'autour de la principale entreprise produisant des pesticides et qui commercialise le maïs transgénique Mon 810. D'autres actions d'interpellation visent à dénoncer l'étalement urbain sont menées. La cristallisation de la dénonciation s'opère, dans ce cas, autour des pouvoirs publics qui du niveau municipal au niveau régional, prennent part aux décisions qui concernent les plans d'urbanisme, avec la définition de l'extension de la zone urbaine au détriment des terres agricoles.

Conclusion

Nous avons montré comment les AMAP se sont constituées en opposition au développement de l'agriculture intensive. Cette longue histoire des AMAP est utile, car de nombreux militants ont aujourd'hui oublié le contexte qui a favorisé l'émergence de l'association dans laquelle ils s'investissent. D'un point de vue théorique, nous avons souhaité montrer comment les outils conceptuels développés pour l'étude des mouvements sociaux pouvaient être réinvestis pour l'étude de la formation d'une initiative solidaire. En effet, les initiatives solidaires et les mouvements sociaux sont souvent étudiés séparément. Notre étude montre qu'il est fructueux de lier les deux afin de mieux cerner leurs influences réciproques.

L'analyse des cadres qui a connu un grand succès aux Etats Unis est souvent menée de manière à souligner les coups stratégiques des organisateurs des mouvements sociaux qui en procédant à des réalignements de cadres induisent un gonflement de la mobilisation étudiée. Notre approche s'inscrit dans une perspective différente qui cherche à pointer les changements de conceptions favorisant les rapprochements d'acteurs d'un point de vue culturel, sans que ces affinités ne soient pensées comme relevant uniquement de visées intéressées de la part d'un groupe d'acteurs. Le tableau dressé cherche à donner une vision d'ensemble aux réorganisations successives subies par les mouvements étudiés en rendant plus cohérentes les significations portées par leurs actions, en dessinant les traits continus de ces actions et en resituant la capacité d'invention propres aux mouvements sociaux.

Endnotes

¹ *Campagnes solidaires*, n° 126, janvier 1999, p. 17.

² *Campagnes solidaires*, n° 126, janvier 1999, p. 15.

³ Rapport d'orientation de la CP, 1997, cité par Jean-Philippe Martin (Martin 2005 : 245-246).

⁴ *Ibid.*

⁵ *Appel de la Confédération Paysanne*, Document de présentation de la CP datant d'avril 1987, cité par Ivan Bruneau (Bruneau 2006 : p. 42).

⁶ *Campagnes solidaires*, n°49, janvier 1992, p. 15.

⁷ Archives d'Alliance PEC. Alliance pour une agriculture d'avenir, 4-5-6 juin 1993, Jardin des Plantes.

⁸ et parmi elles, une association qui s'appelait Ecoropa (fondée par Agnès Bertrand co-auteur de « OMC le pouvoir invisible », Fayard, 2002), qui a fortement soutenue le lancement d'Alliance PEC en 1991.

⁹ *Campagnes solidaires*, n°46, octobre 1991, p. 4 et 5.

¹⁰ Archives d'Alliance PEC. *Alliance Infos, Bulletin d'information de l'Alliance Paysans-Ecologistes-Consommateurs*, n°5, juin, juillet, août 1993.

¹¹ Publié dans *Campagnes Solidaires*, n°46, octobre 1991, p. 4.

¹² Greenpeace, document interne Alliance PEC, 13/03/1993.

¹³ *Trans Rural Express*, n°168, p. 4 et 5, 11 octobre 1991.

¹⁴ Cette action s'est tenue le 2 avril 1992, lors d'un colloque organisé par la Chambre de Commerce International sur le commerce mondial.

¹⁵ G. Le Fur, in Paroles d'Alliance, Vidéo cassette réalisée par Alliance PEC, Gaïa Vidéo, janvier 1993.

¹⁶ Cette action s'est déroulée en octobre 1992, une quinzaine de personnes étaient présentes.

¹⁷ C'est en effet grâce au soutien d'Alliance PEC que s'est tenu le premier colloque d'Urgenci, réseau international des AMAP, en 2004.

Bibliographie

Bruneau I. (2006), «La Confédération paysanne : s'engager à «juste distance»», Thèse pour le doctorat de science politique, Université de Paris X.

Bruneteau B. (1994), *Les paysans dans l'Etat. Le gaullisme et le syndicalisme agricole sous la Ve République*, L'Harmattan, Paris.

Curtis R. L. et Zurcher L. A. (1973), «Stable resources of Protest Movements; the Multi-Organisational Field», *Social Forces*, 52, 1973, p. 53-61.

Deléage E. (2004), *Paysans de la parcelle à la planète. Socio-anthropologie du Réseau agriculture durable*, Syllepse, Paris.

Gamson W. A. (1992), *Talking politics*, Cambridge University Press.

Prévost F. (1976), *Mutation dans le syndicalisme agricole. Le courant Paysans-Travailleurs*, Chronique sociale de France.

Martin J.-Ph. (2007), «Entre refus et acceptation de l'agrarisme, les gauches paysannes en France depuis 1945», in Cornu Pierre et Mayaud Jean- Luc (éd.), *Au nom de la terre, Agrarisme et agrariens en France et en Europe du 19^{me} siècle à nos jours*, La Boutique de l'histoire, Paris : 363-386.

Snow D. A. (2004), «Framing processes, ideology and discursive fields», in Snow, D. A., Soule S. A. and Kriesi H. [dir.], *The Blackwell companion to social movements*, Blackwell Publishing, p. 380-411.

Snow D. A., Rocheford Jr. E. B., Worden S. K. and Benford R. D. (1986), «Frame alignment processes, micro-mobilization, and movement participation», *American sociological review*, 51, p. 464-481.

Tilly C. et S. Tarrow (2008), *Politique(s) du conflit. De la grève à la révolution*, trad. de l'anglais par Rachel Bouyssou, Presses de la Fondation nationale des Sciences Politiques.

Zimmer M. (2013) «Des Jardins en forme d'AMAP : une mise en perspective historique», Actes du colloque de Cerisy, Les Jardins en mouvement, à paraître.

La Economía Social y Solidaria: ¿alternativa a este capitalismo toxico y estéril?

Manuel Zaguirre¹

¹ Manuel Zaguirre ha sido el Secretario General de la Confederación de la Unión Sindical Obrera desde 1977 hasta 2002. Este sindicato, nacido en los inicios de los años sesenta, en pleno franquismo, es el tercero en importancia en España.

Nota biográfica

Manuel Zaguirre é um sindicalista, nascido em 1947 em Bares (província de Almeria, em Espanha), filiado na USO - Unión Sindical Obrera, desde a sua juventude. Entre 1969 e 1971, foi Secretário-Geral do sindicato referido na Catalunha e, depois de também ocupar o cargo de Secretário de Relações Políticas e Sindicais no Comité Executivo Federal, foi eleito, em Julho de 1977, Secretário-Geral Nacional, cargo que desempenhou durante mais de 25 anos, até 13 de Abril de 2002 (data do VII Congresso da USO). Desde Outubro de 2001 é Vice-Presidente da Confederação Mundial do Trabalho

RESUMO

Neste artigo, que é, simultaneamente, uma reflexão e um testemunho de um sindicalista com uma grande experiência em Espanha e internacional, aborda-se o papel e as características da Economia Social e Solidária (ESS), como resposta e alternativa ao capitalismo e à crise actual, e as suas relações com os movimentos sindicais. Num primeiro momento, sublinham-se as principais lógicas de funcionamento do capitalismo e os seus efeitos negativos, do ponto de vista social e político, nomeadamente na crise actual. Numa segunda componente, recordam-se os princípios essenciais da ESS e apresentam-se alguns dados reveladores do seu peso, a nível mundial, europeu e de Espanha, com referência à sua importância em três das regiões deste último país – Catalunha, País Basco e Andaluzia – e ao caso paradigmático do grupo cooperativo de Mondragón.

Na parte final do artigo, analisam-se as relações históricas existentes entre a ESS e as várias correntes do sindicalismo, com diferentes convergências e oposições, e ainda as suas relações com a USO – Unión Sindical Obrera, terminando-se com alguns desafios e esperanças que daí resultam para se concretizar a ESS, como alternativa efectiva ao capitalismo.

ABSTRACT

This article is simultaneously a testimony and reflexion of a syndicalist with a vast experience in Spain and abroad, which approaches the role and characteristics of the Social and Solidarity Economy (ESS), as a response and an alternative to capitalism and the current crisis, and its relations with syndical movements. Firstly, the operating logic of capitalism and its negative consequences are explored from a social and political perspective, specifically in the context of crisis. The main principles of ESS are then presented, followed by quantitative data regarding its weight worldwide, in Europe and in Spain, especially in the regions of Catalonia, Basque Country and Andalusia. Additionally, the paradigmatic case of the Mondragón Cooperative Group is mentioned. In the final part of the article, historical relations between the ESS and various syndicalist currents are scrutinised, whether they are convergent or oppositional. An analysis of the relationship between ESS and USO (Union Sindical Obrera) is also explored, resulting in a discussion of hopes and challenges to further build the ESS as an effective alternative to capitalism.

“... rechazamos el sistema capitalista por cuanto tiene de explotador del hombre por el hombre y antepone el lucro a las necesidades del pueblo; por ser un sistema que busca la expansión económica de las empresas privadas y de los grupos financieros antes que el desarrollo armónico de las distintas regiones y pueblos... por cuanto niega al pueblo no tanto el subsistir como la posibilidad de ser libre y responsable, que es tanto como decir su participación y control del Poder, falseando el juego democrático y monopolizando la información con vistas a mantener un sistema económico-social que fabrica hombres ejecutores sin responsabilidad y consumidores pasivos estimulados por una publicidad creadora de necesidades ...”

“... la Democracia Socialista no es algo que se nos da o se conquista en un día; por el contrario es una realidad que exige la lucha permanente con uno mismo y con las estructuras capitalistas o totalitarias... es una realidad que se construye día a día en el ambiente en que vivimos... por eso, ante la estrategia capitalista, USO propugna una estrategia obrera revolucionaria que convierta la acción diaria de cada trabajador en un medio permanente de gestación de una conciencia colectiva de lucha y de formación militante que permita la conquista de aquellas posiciones y centros de decisión económicos, políticos y sociales que el Movimiento Obrero reclama en cada momento para la edificación de la Democracia Socialista...”

(Carta Fundacional de la Unión Sindical Obrera-USO, 1961)

Respondo al título: Sí, rotundamente, sin la menor duda. Arranco estas líneas de forma contundente para despejar toda incertidumbre sobre el enfoque de este artículo. Por otra parte, mis opiniones y enfoques están determinadas por mi condición de viejo ciudadano y sindicalista español; con toda la dimensión internacionalista que se quiera, pero español a la postre y, además, con una inserción cada vez mayor en esta realidad dado mi estado de militante sosegado, una forma piadosa de decir jubilado. Enfatizo esto de español no por prurito nacionalista alguno (vivo mi vida de proximidad en Catalunya y participo sin escándalo ni miedo alguno del debate sobre la autodeterminación de esta tierra, hoy todavía parte de España), sino por ser España en los últimos años el doloroso paradigma de cómo este capitalismo de la especulación y el delito, unido a complicidades y errores autóctonos, puede destruir la economía, el empleo, las finanzas, las redes de seguridad social más elementales, y la autoestima, incluso, de un país y una sociedad enteras, y provocar en tiempo record tasas de sufrimiento e injusticia social incompatibles con supuestos mínimos de democracia política y humanismo social. Advierto de mi condición de ciudadano de esta atormentada y ultrajada España de hoy, consciente de que un ciudadano o sindicalista medio de otra latitud europea, normalmente nórdica, tendrá una visión más tolerante con el capitalismo que le ha tocado en suerte. Pero, al margen de apreciaciones locales sobre cómo vivencia cada cual el capitalismo, lo cierto es que en el conjunto de la Unión Europea, no sólo en los castigados países del sur, cada vez es mayor el número de personas y el estado de opinión que sostienen la incompatibilidad entre este capitalismo salvaje y los valores, principios y objetivos fundacionales de la propia Unión Europea. El liderazgo de esa corriente lo ejerce Islandia, el más al norte de todos los países europeos, cuya linda gente ha juzgado

y encarcelado a un puñado de banqueros y especuladores que no se cargaron el país y a su gente porque los pillaron a tiempo, pero intentarlo lo intentaron. Lástima que Islandia sea una islita, con apenas unos 300.000 habitantes, aunque valen por muchos más, ínfimo peso económico y financiero en el conjunto y, lamentablemente, no es miembro de la Unión Europea, con lo cual ni podemos beneficiarnos de su contagio.

Cada vez es mayor el número de gente que se pregunta: ¿Este desastre integral que estamos sufriendo y que, por cierto, nos homologa con las grandes mayorías del planeta que lo sufren desde siempre, es una circunstancia pasajera y, por lo tanto, superable echando mano de los instrumentos político-estatales habituales, o es el reflejo de ese desarrollo histórico del capitalismo al que me he venido refiriendo tomando como percha unas reflexiones de Passolini de hace más de 50 años...? Dicho de modo más abreviado y sustantivo: ¿Esta es una crisis coyuntural del capitalismo y, por lo tanto, alguna vez volveremos a la “normalidad” o, por el contrario, estamos ante el cenit de su desarrollo histórico y este es el capitalismo que hay “per in secula seculorum”, que decían los curas de antes?.

Me gustaría ser más optimista, más posibilista y esas cosas. Pero es lo que dan de sí los datos de esta hora histórica. Eso no quiere decir que yo apueste por una suerte de determinismo o inmovilismo histórico al margen de la voluntad, las necesidades y aspiraciones de las mayorías sociales. Todo lo contrario. Es la voluntad humana en acción, las mejores ideas y valores que de ella pueden emanar, el verdadero motor de la Historia, y ésta ha transcurrido hasta ahora en una dirección de progreso material y dignificación de la condición humana. Bien es cierto que de modo muy desigual según las latitudes y las diversas etapas y circunstancias históricas.

A pesar de todos los pesares, se puede y se debe enfrentar este monstruo global. Se trata de pensar, de actuar, de organizarse y construir sobre valores morales alternativos,

los nuestros de siempre, y con instrumentos nuevos para la participación y confluencia de voluntades e ideas.

Por supuesto, no vamos a construir un sistema socio-económico humano y racional sólo a base de repetir estérilmente jaculatorias anticapitalistas. Pero tampoco va a ser posible ir muy allá, mucho menos construir nada estable, viable y alternativo, ignorando la crudeza y profundidad de este sistema –objetivamente de dominación integral- o limitándose a esperar que este capitalismo se dote por arte de magia de la piedad y la cordura que, según sostienen algunos, fue perdiendo por el camino.

Descrito someramente el paisaje capitalista que hay y nos espera, quiero adentrarme en un territorio, el de la Economía Social y Solidaria (ESS en lo sucesivo), que considero reúne una gran realidad y una gran potencialidad, en su doble vertiente defensiva y alternativa. Y que, además, puede ser, me gustaría creerlo, un guion de trabajo estratégico a corto, medio y largo plazo para un Movimiento Sindical al que no le sobra de nada, más bien al contrario, y al que se la tiene jurada este capitalismo global y ante el que no debieran haber muchos márgenes de complacencia.

Economía Social y Solidaria: hacia un proyecto alternativo

Hablo con conocimiento de la realidad y potencialidad de la ESS. No es una ocurrencia por aquello de que algo hay que idear para zafarnos de esta crisis y de quien la provoca y la usufructúa, ni propongo que descubramos juntos el Mediterráneo a estas alturas. No es eso. Si me refiero a la ESS como una realidad es con plena consciencia de su larga trayectoria histórica en tanto que material fundante, en la primera mitad del siglo XIX, del propio Movimiento Obrero y Sindical. Y si creo que tiene una gran potencialidad de futuro es porque el desarrollo histórico de la ESS, a diferencia del capitalismo que nos ocupa, es muy limitado todavía, si bien a lo largo de este siglo y medio transcurrido la ESS ha conocido diversidad de evoluciones y protagonismos en multitud de latitudes culturales, socio-políticas y económicas. Por su propia naturaleza, la ESS supone una alternativa al capitalismo pero, también, una forma de propiedad y actividad distinta a la propiedad pública del Estado y, muy especialmente, cuando el Estado degeneró – y degenera – en una forma vulgar y opresiva de capitalismo.

Insisto, porque es la intencionalidad expresa de este artículo, en la citada potencialidad de futuro de la ESS porque me interesa, sobre todo, destacar que esa potencialidad puede ser, no pontificio, un valor añadido programático y estratégico para el Movimiento Sindical en todas partes. Obviamente, para los millones de personas, protagonistas naturales de la ESS, ese valor añadido y esa voluntad de futuro se da cada vez con más fuerza y consciencia de su importancia.

Por razones de pura funcionalidad conceptual me importa destacar que el término ESS no es unívoco ni indiscutible. Hay nominaciones diversas para definir un sector de composición inabarcable dada la infinidad de iniciativas y actividades que acoge y promueve. Economía Social y Solidaria, ESS, me ha parecido el más expresivo de ese lindo universo. Pero, en

todo caso, lejos de discusiones nominalistas, lo importante es identificar y estar de acuerdo con los denominadores comunes, principios y valores que definen a la ESS y a quienes la promueven y gestionan en todas partes. Ellos son:

- Organización democrática y participativa de las empresas, asociaciones y entidades afectadas.
- Principios de igualdad y solidaridad en el régimen de propiedad y en la estructura de retribuciones.
- Reinversión de los beneficios para el desarrollo y mejora de la actividad, del empleo, cooperativo o no, del fondo de reserva y promoción, etc.
- Principio de rentabilidad y eficacia empresarial al servicio de la naturaleza y objetivos sociales de la empresa o actividad en cuestión.
- Ubicación de proximidad local de las empresas y actividades, y vinculación estrecha de éstas a la satisfacción de necesidades y aspiraciones socio-económicas.

No hay que ser Einstein para darse cuenta que la mera declaración de principios de la ESS es antitético e incompatible con el capitalismo, especialmente con éste de fuerte carácter especulativo y financierista. Tampoco soy tan voluntarista de pensar que la ESS será a corto y medio plazo el paisaje económico y social alternativo a este capitalismo. Es todo más difícil y las correlaciones de fuerza son las que son. Pero, en todo caso, jamás cambiará esa desfavorable correlación si no se dispone de propuesta y proyecto histórico alternativo... y de la voluntad de sacarlo adelante.

Un breve repaso a la realidad de la ESS

A finales del pasado Octubre, se celebró en Barcelona la 1ª Feria de la Economía Social en una antigua factoría textil – la Fabra y Coats – que resistió ser demolida en beneficio de la especulación inmobiliaria y es hoy un excelente espacio social para el uso y disfrute de la ciudadanía y de actividades de todo tipo, siempre sin ánimo de lucro. Todo un signo.

En esa 1ª Feria, en medio de un hermoso turbión de conferencias, debates, talleres, exposiciones, casetas de entidades, etc., había paneles con datos de la ESS a nivel mundial, europeo, español y catalán, así como otros datos históricos sobre el origen y evolución de la ESS. Algunos datos muy sintéticos nos dan una idea:

- En el mundo se calcula que son unos 900 millones de personas las que trabajan en la ESS, es decir, que lo hacen en régimen cooperativo o sin relación de dependencia salarial.
- Se calcula, a su vez, en unas 800.000 las empresas y entidades cooperativas que contienen a esos 900 millones de personas.
- La cifra de personas ocupadas en la ESS resulta tan significativa – casi un 30% de la fuerza de trabajo mundial – porque, muy probablemente, incluye a un número considerable de personas de lo que hemos dado en llamar «economía informal» o de subsistencia, sobre todo en África y Asia, y en menor medida en América Latina, en muchos de cuyos países dicha «economía informal» supone un aporte muy importante al Producto Interior Bruto (PIB) nacional, en algunos casos superior al 50% del mismo. Estos últimos datos son muy difíciles de objetivar por la propia naturaleza e informalidad de ese sector de la economía. En todo caso, ello no desmerece la importancia global de la ESS pues la «economía informal» sería encuadrable en ella.

- A nivel europeo, la implantación y desarrollo de la ESS es muy desigual y los datos de conjunto no son ni abundantes ni especialmente rigurosos. En términos absolutos no es exagerado afirmar que la ESS ocupa en la Unión Europea a casi 10 millones de personas, que vienen a ser el 8% del total de la población activa y supone en torno al 7% del PIB de la Unión.

La implantación por países europeos de la ESS guarda mucha relación con factores históricos y culturales pero, también y sobre todo, con realidades socio-económicas. No es casualidad que sea en el sur de Europa donde la ESS tenga una presencia más significativa. Es una latitud que se corresponde con un mayor déficit del Estado de Bienestar, de la cohesión social y del desarrollo capitalista autóctono. En la Europa del norte, singularmente en los países escandinavos la hegemonía cultural y socio-política socialdemócrata, su fuerte determinación sobre la configuración del Estado y las estructuras de producción y redistribución, explica ese mucho menor desarrollo de la ESS.

- No obstante, esa asimetría norte-sur aplicada a la ESS en Europa no es mecanicista. En países como Bélgica o Francia tiene también una significativa implantación la ESS. En el caso del primero, Bélgica, y es un fenómeno casi único, la ESS y el Movimiento Sindical se interrelacionan desde los orígenes comunes hasta hoy.
- Destacar, también, que está viva y activa la Red Intercontinental de Promoción de la Economía Social y Solidaria (RIPESS-Europa). Celebró su último Congreso en Barcelona hace algo más de un año. Si bien esta expresión asociativa, siendo importante, no es la única lamentablemente. Por su propia naturaleza y diversidad la cohesión asociativa y las estructuras de organización y coordinación en los distintos planos no son todo lo unitarias e integradas que sería deseable.

- Por razones obvias de proximidad, información e intervención, y también porque la ESS tiene aquí un muy importante espacio y un rol in crescendo a raíz de la crisis, dedico un mayor espacio y detalle a describir el esperanzador fenómeno de la ESS en España:

- Datos recientes cifran en más de dos millones las personas ocupadas y en torno a unas 55.000 empresas y entidades. Con una aportación al PIB cercana al 12%. En sí mismas, y en los tiempos que corren, se trata de cifras, más que importantes, impresionantes.

\Como dato cualitativo, otro más, anoten que el 80% del empleo en la ESS es indefinido y estable. Un dato muy importante en un país que, junto a la angustia de una tasa de desempleo superior al 25%, sufre que apenas un 1% del escasísimo empleo que se crea sea indefinido.

\Junto al dato anterior, añádase que la ESS no destruye empleo, ni de lejos, en la medida compulsiva y dramática que lo viene haciendo la economía privada y la pública; casi 4 millones de desempleados en poco más de 4 años. Una demolición más que una crisis.

\Es más, la ESS crea empleo a pesar del fragor de la crisis con una cadencia sostenida, en términos comparativos, claro, mucho mayor que el sector privado o público.

\Creo resaltable que el parlamento español, en el año 2011, aprobó por unanimidad de todos los grupos políticos representados – algo insólito – la Ley de Economía Social, un marco jurídico común a todas las experiencias y realidades de la ESS para apoyar su reconocimiento, visibilidad y prestigio.

\Asimismo, me parece interesante reparar en la distribución territorial de la ESS. Tres Comunidades Autónomas, Catalunya, País Vasco y Andalucía, agrupan el 50% de empresas y entidades del conjunto de España.

\En los dos primeros casos, Catalunya y País Vasco, se evidencia un axioma: El valor de proximidad y localización inherente a la ESS y correlativo, por lo tanto, con el fuerte sentimiento identitario y autonomista – independentista, incluso – de estas dos nacionalidades históricas.

\En el caso de Andalucía habría factores para explicarlo como el enorme tamaño territorial de esta Comunidad Autónoma. Pero también los factores identitarios y de fuerte sentimiento autonomista le serian aplicables, pues los incorporó, con mucha fuerza y a pulmón, en el proceso de transición democrática, 1976–1979, hasta ganar un Estatuto de Autonomía de primera clase. Me limito a comentar lo que ocurrió; cosa distinta seria discutir si aquel logro andaluz fue una buena contribución histórica a la articulación territorial de España, o un puro efecto mimético respecto a Catalunya y País Vasco pese a ser éstas realidades y trayectorias ampliamente diferenciadas. Pero no es este el ámbito de esa discusión.

- Algún caso emblemático para ilustrar la importancia de la ESS a la que me vengo refiriendo:

– **Grupo Mondragón:** ubicado en el interior del País Vasco, está considerada la cooperativa más grande del mundo. Con 100 empresas que ocupan unos 90.000 trabajadores, la inmensa mayoría socios cooperativos. Tiene su propia Universidad, con 7.000 alumnos,

al objeto de promover la cultura, filosofía y gestión cooperativa. La Universidad funciona también en régimen cooperativo. El **Grupo Mondragón** incluye una gran diversidad de actividades sectoriales.

Destacamos **EROSKI**, un complejo de distribución comercial – alimentaria, sobre todo- con cientos de centros en toda España. Ocupa unas 45.000 personas, prácticamente todos socios, con un proyecto de integrar también a los consumidores en esta lógica cooperativa. El Consejo de Dirección lo componen 500 miembros representando a partes iguales a trabajadores y consumidores de **EROSKI**.

Otro emblema del **Grupo Mondragón** es **FAGOR**, empresa líder en el sector del electrodoméstico. El año pasado, en pleno azote de la crisis, una Asamblea de 2.500 socios-trabajadores aprobó duros ajustes en diversas materias –salarios, producción, horarios, jubilaciones, etc – para evitar despidos. Tómese buena nota.

El **Grupo Mondragón** tiene su propio instrumento financiero, la **Caja Laboral Popular**; tal vez la entidad más decente y racionalizada de todas, ajena por completo a las prácticas especulativas y delictivas tan al uso en el estallido de la crisis y en su dura evolución.

En el otro extremo, un breve comentario sobre un sector de la economía social por el que tengo un especial cariño y admiración por razones personales que no hacen ahora al caso. Me refiero al de las **empresas, talleres, asociaciones familiares, etc..., que dan empleo y amparan de diversas formas personas con discapacidades físicas o intelectuales** (en algunos países latinoamericanos utilizan la expresión «personas con capacidades diferenciadas»; me gusta más).

Este sector de la ESS sólo en Cataluña, agrupa a unas 20.000 personas y a unas 75.000 en el ámbito de toda España. Esta cifra no incluye a la **ONCE** (Organización Nacional de Ciegos de España) porque no es mecánicamente encuadrable en el universo de la ESS; se trata de una sociedad limitada sin ánimo de lucro. En todo caso, me parece de un grandísimo valor moral y social el esfuerzo de las entidades en defensa de la discapacidad pues es uno de los grupos humanos más indefensos ante los brutales recortes del gasto social que practican los gobiernos de derechas, en Cataluña y en España.

Por último, cómo obviar el peso de la ESS en el sector primario de nuestra economía, es decir, en el ámbito agro-pecuario. En zonas como Andalucía, la ESS es parte importante de la propiedad, gestión, transformación y comercialización del sector olivarero, uno de los puntales de la región. En Catalunya, el potente movimiento cooperativo tiene su origen en la segunda mitad del siglo XIX en sectores tan importantes como el del vino y el del aceite, con especial fuerza en las comarcas de Tarragona, y con sedes centrales de las cooperativas que son auténticas maravillas arquitectónicas obra de los mismos artistas que hicieron de Barcelona, a finales del XIX, un escaparate universal de esa bellísima arquitectura modernista. En la actualidad, seguimos en Cataluña, el sector de la agricultura y las producciones ecológicas es uno de los más expansivos y prospero de la ESS.

El valor, originario y en expansión, de la ESS

La ESS es un universo y, al igual que el otro, infinito, conteniéndolo todo, y en expansión permanente. Quiero decir con esto, en primer lugar, que no hay ninguna actividad humana, creativa y laboriosa, que no esté ya incluida bajo el concepto de ESS. Ninguna. Desde las más sofisticadas – producción y comercialización de energía, limpia y sostenible, por supuesto- hasta las más sencillas y entrañables – la asociación de algunos autónomos o desempleados para salir adelante, o los talleres y empresas para dar trabajo y autoestima a personas discapacitadas, como dijimos – hasta el ámbito financiero convencional.

Este universo de la ESS, en segundo lugar, está en expansión permanente por dos razones centrales:1) Porque la creatividad y la capacidad humana de idear actividades, proyectarlas y compartirlas a partir de necesidades y aspiraciones a satisfacer, es infinita. Mucho más si éstas se motorizan sobre impulsos de cooperación y solidaridad y no de lucro privado, dominación y apropiación del trabajo de otros.2) Porque la actual crisis – insisto en calificarla más bien como el rostro del capitalismo de hoy – impulsa y abre los horizontes de la ESS en la doble vertiente, defensiva y alternativa.

Defensiva para recomponer de forma humana los restos socio-económicos de este naufragio. Es un hecho verificable que, pese a la crisis y por efecto de ella precisamente, la ESS crece y es una excelente propuesta para combatir el doble riesgo de la resignación o la desesperación cuando destruyen nuestras empresas y puestos de trabajo. Eso se concreta en mil formas e iniciativas a base de invertir en ellas las indemnizaciones por despido, los subsidios de desempleo, los ahorrillos donde los haya, o recuperar empresas abandonadas o destruidas por la torpeza de gestión, la rapiña empresarial, el mercado...

En cuanto a la dimensión alternativa de la ESS, ésta crece, de forma más o menos consciente, en base a una línea de pensamiento que crece, a su vez, sobre la certeza de que este capitalismo improductivo, fundamentalista y estéril, genera y generará cada vez más atropellos y destrozos en cuantía muy superior a los problemas que resuelve o a las esperanzas que suscita. Y es lógico, necesario y urgente, que busquemos otros materiales éticos y una metodología racional, otro sentido de la eficiencia y la sostenibilidad económica y financiera, otra mirada social y política de conjunto... Ahí radica la enorme potencialidad alternativa de la ESS al capitalismo que nos ocupa.

Abundando un poco más en esto último, la ESS, como el Movimiento Obrero y Sindical, la izquierda política y social, las doctrinas social-cristianas es un efecto del capitalismo, y a caballo de sus embestidas – o crisis – históricas, la ESS ha conocido momentos de especial impulso y vigencia. Eso es así desde la época fundacional del capitalismo, y va para dos siglos. Y aquí hay una señal de especial interés para el Movimiento Sindical, tan reticente en demasiadas ocasiones a la ESS. En el origen del capitalismo, un momento de embestida por excelencia, la clase obrera y los sectores populares, abrumadoras mayorías entonces, generaron la función antes que los órganos. Es decir, por imperativos defensivos y de supervivencia elemental, porque la explotación era salvaje, empezando por los niños (¿nada que ver con el paisaje planetario del capitalismo de hoy?) la clase obrera y el pueblo generaron prácticas y culturas solidarias a vida para zafarse de la muerte. Era todo muy espontáneo y primitivo, muy magmatico, pero muy hermoso en cuanto que, en escenarios invivibles de explotación y sometimiento, afloró lo mejor de la condición humana en forma de prácticas solidarias y apoyo mutuo en terrenos vitales como la alimentación, los medicamentos, la atención a los niños, la mortalidad laboral, las mil situaciones de desamparo e infortunio de viejos y mujeres, la búsqueda

del conocimiento y la dignidad básica en un océano obrero de analfabetismo impuesto, la defensa heroica del valor de la gente del Trabajo, única fuente tangible de riqueza y de progreso... De aquella grandeza, del sacrificio y la lucha de generaciones de la clase obrera, anónimos artífices del proceso histórico, proviene todo. Todo. Los sistemas de seguridad y protección social, el mutualismo cooperativo, las cajas de resistencia y solidaridad, los sindicatos después, el Estado Social donde lo ha habido (no utilizo prácticamente nunca el concepto «estado de bienestar»), y gravemente hostigado hoy por esta embestida del capitalismo. En el Movimiento Sindical y en otros ámbitos de la lucha y la organización social y política, todo el mundo sin excepción debiera conocer de aquella grandeza y sacrificios, nadie debiera olvidarlos y, mucho menos, despreciarlos por «antiguos». O nos reconocemos hijos y herederos de esa hermosa tradición solidaria y liberadora o no seremos casi nada; apenas una luz que viaja a ninguna parte procedente de una estrella ya apagada...

Cerrando este último y larguísimo paréntesis, añadir que en España, y singularmente en Cataluña, esa relación entre embestidas del capitalismo y flujo ascendente de la ESS, se ha confirmado casi mecánicamente: segunda mitad del siglo XIX; momentos prefundacionales del Movimiento Obrero y Sindical organizado; crisis de los años 30 del siglo XX y marea republicana y revolucionaria que aplastó Franco en nombre de la caverna de la época; arranque de los 70, crisis del petróleo, y efervescencia predemocrática; embestida de fondo de finales del siglo XX e inicios del siglo XXI, aunque no se identificara formalmente como crisis hasta hace 4 ó 5 años.

Sindicalismo y ESS: necesidad de una convergencia estratégica

Debo concluir y es lógico que lo haga con algunos comentarios sobre la relación entre Sindicalismo y ESS. En todo caso, este artículo quiere ser un diálogo entre sindicalistas y sobre una materia, la ESS, que nos es históricamente muy próxima.

Es cierto que no todas las corrientes del sindicalismo han tenido el mismo aprecio por la ESS. Las inspiradas en el marxismo – socialdemócratas o comunistas – han primado siempre el rol del Estado por encima de las iniciativas de signo cooperativo y autogestionario. Así, la corriente socialdemócrata o reformista sostuvo que el Estado democrático es un corrector de las tropelías del capitalismo. La globalización y la última embestida histórica a la que me referí, han debilitado este modelo y, de paso, provocado la mayor crisis de perspectiva de la socialdemocracia. En la corriente comunista o revolucionaria, el Estado es instrumento imprescindible para construir el socialismo «científico». El fracaso estrepitoso de la URSS y su mutación, junto con China, al capitalismo salvaje, hacen añicos esta doctrina del Estado y el socialismo totalitarios.

Por el contrario, las corrientes sindicales de inspiración social-cristiana y anarco-sindicalista, siempre han tenido – o hemos, más bien – una mayor proximidad e implicación con la ESS. Ello tiene que ver, en ambos casos, con un acervo humanista que privilegia la persona humana, su libertad, dignidad e iniciativa, como fundamento del Estado y no como subsidiaria de éste. Prueba de esa vinculación estrecha de las corrientes sindicales cristianas y libertaria con la ESS, sería la magnífica extensión de las colectividades agrarias e industriales por parte de la Confederación Nacional del Trabajo – CNT en plena guerra civil española – un fenómeno de alcance e interés mundial más allá de errores y excesos y del resultado final determinado por la derrota en la guerra – o la espléndida tradición y realidad de hoy que supone en esta materia el MOC (Movimiento Obrero Cristiano) y su buque-insignia, la Confederación de Sindicatos Cristianos (CSC), en Bélgica.

En la etapa previa a la unidad sindical internacional, la Confederación Mundial del Trabajo – CMT y sus regionales más dinámicas – Central Latinoamericana de Trabajadores (CLAT), Organización Sindical de los Trabajadores Africanos (ODSTA) – incorporaban la ESS como parte fundamental de la identidad y acción de nuestra concepción sindical, más fundada en la lógica del Movimiento de Trabajadores de toda clase y condición, unidos por el nexo de la solidaridad, que en la del sindicalismo como agrupación de trabajadores asalariados.

Felizmente, la Confederación Sindical Internacional – CSI supone un inmenso espacio de encuentro unitario del histórico pluralismo sindical, y la Declaración de Principios y Objetivos que aprobó el Congreso Fundacional en Viena (noviembre 2006), incorporó el amplio espacio de la ESS como parte también del quehacer de la CSI y sus organizaciones. Por supuesto, la Confederación Sindical de las Américas – CSA, y las demás regionales de la CSI, asumen e integran en sus programas la ESS.

En el caso de la Unión Sindical Obrera – USO, modestamente, siempre se mantuvo una actitud de interés, cooperación, intercambio, etc., con organizaciones representativas de la ESS, confesionales y laicas. En 1991, el 6º Congreso Confederal aprobó una actualización de fondo de la Declaración de Principios y Objetivos de la USO, incorporando la ESS como uno de los pilares de nuestras sociedades junto al sector privado y el público. Han sido numerosas las actividades de formación, estudio, investigación, etc., sobre la relación Sindicalismo – ESS. Destaco un importante Seminario Internacional celebrado a finales de 1999, sobre «Economía Social y Sindicalismo», que reunió a representantes de España y de varios países europeos (Bélgica, Francia, Italia, Portugal). Dirigido por Jordi Estivill, una autoridad en la materia a nivel catalán, español e internacional, el Seminario contó también con la aportación destacada de Eugenio Royo (q.e.p.d.) fundador de la USO a finales de los 50 y vinculado al **Grupo Mondragon** a lo largo de su vida. De este Seminario Internacional dimos cuenta literal en el **número 27 de EL PROYECTO**, la revista de cuadros de la USO.

En sus casi 20 años de historia, SOTERMUN, la ONG promovida por la USO, hemos realizado un número notable de actividades de todo tipo en apoyo de trabajadores – trabajadoras, sobre todo – de la economía social o informal en países empobrecidos.

Y sin embargo, prevalecen notables niveles de incomunicación y recelo entre el Sindicalismo y la ESS. Lo habitual es que el primero acuse a la segunda de actitud y actividad asistencial en beneficio del capitalismo y en detrimento de la solvencia que debe tener el Estado Social. La ESS, a su vez, acusa al sindicalismo de inoperancia, falta de imaginación y flexibilidad ante los nuevos retos, al tiempo que afirma su rol como puntal del Estado Social y como propuesta alternativa al capitalismo.

De estos recelos y desencuentros da idea el hecho de que en la 1ª Feria de la Economía Social, celebrada en Barcelona el pasado Octubre, a la que me referí antes, no había presencia de ningún sindicato, ni grande ni chico. Tampoco de ningún partido. Me parecieron tan sorprendentes esas ausencias en evento de tanta importancia, que le planteé la cuestión a una personalidad muy relevante de la ESS, en Cataluña y fuera de ella; Jordi Estivill, exactamente. Su razonamiento fue altamente expresivo de lo que digo: **«Partidos y sindicatos no han manifestado ningún interés en participar en esta 1ª Feria de la ESS. De haberse interesado en ser invitados les habiéráamos exigido que fijen sus posiciones ante la ESS porque aún no lo han hecho...».**

Si de lo que se trata es de construir en todas partes una sociedad justa y solidaria, es evidente que ésta no puede tener como fundamento excluyente el capitalismo. Sería un contrasentido absurdo. Y ahí está la gran chance de la ESS por cuanto es un proyecto alternativo, no solo en lo socio-económico; también en lo antropológico, es decir, en orden a los valores éticos, largamente tratados, que ella entraña.

Por todo ello, el Sindicalismo, a escala nacional y global, tiene la obligación de incluir realmente en su agenda a la ESS. Ello exige conocerla, crear puentes, compartir algunas experiencias activas, promoverlas directamente los sindicatos, etc.

Pero bueno, no es más que una opinión. Que se expresen otras.

Gross National Happiness

Um novo contributo ao conceito de Desenvolvimento

Telma F. B. Gonçalves¹

António P. N. B. R. Fonseca²

Catarina C. A. Abreu³

Tatiana O. Gomes⁴

Notas biográficas

Telma Gonçalves, nascida a 4 de janeiro de 1990. Mestre em Economia pelo ISCTE-IUL, desempenhou um cargo de docência no Departamento de Economia entre 2012 e 2014. Desempenha atualmente funções de Técnico Economista na CMVM. Frequenta o Programa Doutoral em Economia do centro de investigação BRU (Business Research Unit, UNIDE-IUL).

António Fonseca, nascido a 20 de junho de 1991. Licenciado em Economia em 2012 pelo ISCTE-IUL, possui uma Pós Graduação em Economia e Políticas Públicas pelo ISEG. Frequenta o Mestrado na mesma área no ISEG, Universidade Técnica de Lisboa.

Catarina Abreu, nascida a 23 de setembro de 1990. Licenciada em Economia em 2012 pelo ISCTE-IUL, possui uma Pós Graduação em Economia e Políticas Públicas pelo ISEG. Frequenta o Mestrado na mesma área no ISEG, Universidade Técnica de Lisboa. Desempenha atualmente funções no Novo Banco.

Tatiana Gomes Licenciada em Economia pelo ISCTE-IUL, exerce atualmente as funções de auditora assistente nos segmentos da banca e mercados financeiros na Deloitte & Associados, SROC, S.A. Portugal. Os seus interesses de investigação consubstanciam-se nas áreas de Economia Social, Economia Pública, Microeconomia, Matemática, Métodos Quantitativos e Mercados Financeiros.

RESUMO

No papel de futuros economistas e actuais estudantes vivemos num período de formação conturbado. As sucessivas crises que o mundo tem conhecido têm contribuído para um debate mundial, não só questionando a actual arquitectura económica como o próprio conceito de Desenvolvimento. É neste contexto de emergência do «mundo desenvolvido», explicada por uma crescente preocupação financeira e económica em detrimento de uma consciencialização social, que conduz os economistas a procurar um pensamento rejuvenescedor para um problema antigo. Enquanto estudantes encontramos a nossa resposta num conceito que consideramos inovador, o conceito *Gross National Happiness (GNH)*. Neste estudo propomo-nos a conhecer o conceito de *GNH*, a sua origem, a sua validade científica, a sua expansão para o *GNH Index*, e a questionarmo-nos sobre o seu contributo na reformulação do conceito de Desenvolvimento, o seu papel para uma potencial nova arquitectura económica como resposta ao processo de modernização dos países, aludindo aos efeitos que as crises actuais exerceram sobre o projecto *GNH*.

ABSTRACT

As future economists and present students we live on a turbulent academic period. The constant crisis that the world has known, contributed to a world debate, not only questioning the actual economic architecture but also the concept of development itself. It's the «development world» emergency, explained by a growing financial and economical concern to the detriment of a social awareness, which lead economists to looking for a rejuvenating thought for an ancient problem. As students we found our answer in a concept that we consider innovator, the *Gross National Happiness (GNH)* concept. In this study we propose ourselves to understand the concept of *GNH*, its origin, its scientific validation, its expansion to the *GNH Index* and question about its contribution on the reformulation of the Development concept, its roll to a potential new economic architecture as an answer to the modernization process of the countries, alluding the effects that the actual crises had on the *GNH* project.

Introdução

No mundo actual onde a história deu a conhecer direitos interculturais e regimes democráticos, as expectativas em torno da felicidade humana eram elevadas. No entanto, a Crise Financeira de 2007 e, conseqüentemente, as Crises de Dívidas Soberanas de 2010 e 2011 emergiram surpreendentemente, numa crescente preocupação em torno de um défice financeiro e económico que absorveu qualquer consciencialização sobre o défice social.

Perante os actuais acontecimentos, de que todos temos tomado parte como observadores, e que reestruturaram não só os alicerces da prática política como da própria teoria económica, propomos um novo desafio ao conceito de Desenvolvimento apelando à sua parte interventiva no domínio activo.

Assim, apresentamos o conceito de Felicidade Interna Bruta ou *Gross National Happiness* como é mundialmente conhecido e ao qual nos iremos referir como *GNH*. A procura deste conceito conduziu-nos a uma nova cultura e essencialmente, a uma nova realidade que ainda não tínhamos experienciado. É com um espírito aberto e entusiástico que apresentamos o projecto *GNH* fundado no Butão, que veio alterar a nossa concepção da realidade económica.

O nosso estudo, apresentado em nove capítulos pretende portanto, assinalar a importância do conceito *GNH* bem como a sua evolução para um indicador e simultaneamente para um projecto de nível internacional.

No segundo capítulo, intitulado «*GNH, contextualização*», procura-se enquadrar historicamente a origem do conceito *GNH* e explicar antropologicamente quais os factores que foram determinantes para o surgimento deste projecto no Butão.

No terceiro capítulo, «*GNH, um conceito científico?*» enquadra-se cientificamente o conceito de *GNH* através da

compreensão da sua expressão política local e internacional.

No quarto capítulo, «*GNH, um conceito e um indicador*» avança-se para o enquadramento da evolução do conceito para um indicador de medida, reflectindo sobre as suas implicações na actual política governamental e respectiva arquitectura económica.

No quinto capítulo, «*GNH, um desafio ao conceito de Desenvolvimento*», responde-se à questão, de que modo este novo conceito responde aos desafios actuais do conceito de Desenvolvimento.

No sexto capítulo, «*Relação entre o GNH e os novos conceitos de Desenvolvimento*» procura-se desenvolver uma reflexão sobre a relação que este conceito estipula com os novos conceitos de desenvolvimento, estabelecendo diferenciação entre o conceito e o projecto *GNH*.

No sétimo capítulo, «*GNH, um novo paradigma de avaliação?*», é proposta uma reflexão sobre o papel que o *GNH* tem a desempenhar como indicador de avaliação de desenvolvimento dos países e como indicador alternativo/complementar ao instrumento de medida *GNP*.

No oitavo capítulo, «*GNH, abandonado ou potencializado pelas crises actuais?*» elabora-se uma reflexão sobre o efeito que as crises actuais exercem sobre a sustentabilidade no médio e longo prazo do projecto *GNH*.

Por fim, termina-se o estudo com o nono capítulo sintetizando as principais reflexões anteriores, realçando o contributo do *GNH* para o papel do Desenvolvimento.

GNH, contextualização

«*The essence of the philosophy of Gross National Happiness. (...) is the peace and happiness of our people and the security and sovereignty of our nation*»

(His Majesty King Khesar of Bhutan, 2008)

O nosso estudo incide sobre o projecto *Gross National Happiness* originário do Butão, um pequeno país montanhoso situado no interior da Ásia cuja capital é Thimphu.

A origem do conceito remete-nos para 1972, quando o Quarto Rei do Butão pouco depois de se ter erguido ao trono com apenas 17 anos de idade, referiu que a Felicidade Interna Bruta era mais importante que o Produto Interno Bruto. Na célebre frase «*Gross National Happiness is more important than Gross National Product*», respondeu às críticas de que o seu país crescia pouco, tendo mesmo sido classificado como o país menos desenvolvido pelos padrões da *UN (United Nations)*, comprometendo-se deste modo a desenvolver o seu país mas através do seu próprio modelo de desenvolvimento. O conceito de *GNH* foi oficialmente apresentado à comunidade em 1998, ganhando reconhecimento por constituir uma alternativa crítica à medição do desenvolvimento exclusiva pelo *GDP* (Willenswaard: 633-634).

Em 2005 o conceito passa da teoria à prática, onde se pensaria que a medida do Índice *GNH* seria conduzida por uma simples questão psicológica nas linhas de «Tendo tudo em consideração, diria que é: Muito feliz, Satisfatoriamente Feliz, Não muito feliz ou nada feliz?», no entanto não foi o caso. O conceito é influenciado pela concepção cultural do Butão que em pouco se aproxima do conceito ocidental como o conhecemos, pois essencialmente o conceito Butanês de felicidade é multifacetado e considera diversas perspectivas do bem-estar humano (Studies: 1).

Em suma, o conceito de *Gross National Happiness* implica um desenvolvimento sustentável que tem uma interpretação holística das noções de progresso dando tanta importância às questões económicas como às questões não económicas do bem-estar. O conceito é usualmente explicado por quatro pilares; (a) boa governação (*good governance*), (b) desenvolvimento sustentável sócio económico (*sustainable socio-economic development*), (c) preservação cultural (*cultural preservation*) e, por fim, (d) conservação ambiental (*environmental conservation*). Mais tarde estes quatro pilares foram alargados para nove domínios: bem-estar psicológico, saúde, uso do tempo, educação, cultura, boa governação, ecologia, vitalidade da comunidade e padrões de vida (Willenswaard: 633-634).

Historicamente o conceito de *GNH* surgiu no Butão muito influenciado pela poderosa visão do Rei e por um conjunto de características únicas ao nível sócio económico, histórico e político. O domínio social e económico foi fortemente caracterizado pela cultura Budista e por uma sociedade tipicamente feudal (Priesner: 26-28). As circunstâncias políticas foram afectadas por uma necessidade de afirmação geopolítica, devido às acusações de falta de crescimento e consequentemente pela pressão de delimitação de território entre a China e o Butão (Gallenkamp: 1-3).

Assim, a cultura Budista do país contribuiu largamente para a construção do conceito. A visão ocidental de estimular o consumo como meio de atingir um elevado crescimento económico estava longe do objectivo Budista de atingir a harmonia entre os aspectos espirituais e materiais da vida nascendo assim, o conceito que articulava igualmente os aspectos económicos e não económicos de uma sociedade.

Desta forma, o objectivo central da actividade económica transformou-se no alcance de uma percepção de bem-estar humano e não na eficiência, típica da cultura ocidental. A componente sustentável da relação entre a natureza e o ser humano revelado pelo pilar da protecção ambiental tem uma

forte componente Budista, pois na sua moral psicológica não prevê a natureza como uma existência destinada a servir os objectivos da humanidade mas, pelo contrário, como todas as dimensões quer objectivas quer subjectivas interligadas numa relação não hierárquica, sem estabelecer distinção entre espécies humanas e não humanas.

O conceito de desenvolvimento sustentável além do prisma ambiental dá especial importância à solidariedade intergeracional prevista pelo conceito *GNH*, que pode ser igualmente explicada pela crença Budista que percepção a realidade como sistémica, na medida em que prevê um círculo de vida contínua baseada na crença de reencarnação, o que naturalmente altera todo o conceito de relação sustentável com as gerações futuras (Priesner: 37-38). Por último, o amadurecimento do conceito *GNH* para o índice justifica-se por uma necessidade interna de atingir os objectivos estabelecidos no Pacto do Desenvolvimento do Milénio. (Kinga, 2004).

Estes objectivos consistem essencialmente em oito tópicos que incluem: (1) erradicar a pobreza extrema e a fome, (2) alcançar o ensino primário universal, (3) promover a igualdade do género e dar poder às mulheres, (4) reduzir a mortalidade de crianças, (5) melhorar a saúde materna, (6) combater o HIV, malária e outras doenças, (7) assegurar a sustentabilidade ambiental e, por fim, (8) promover uma parceria mundial para o Desenvolvimento (Amaro, 2003). Estes objectivos seriam atingidos através de um conhecimento mais profundo do nível de desenvolvimento do país, proporcionado pelo *GNH Index* e através da intervenção política de uma acção governamental descentralizada (Bhutan & Bank: 5-6).

***GNH*, um conceito científico?**

Tendo conhecimento que o conceito de Desenvolvimento assumiu-se como conceito científico no período do pós-guerra através dos critérios de validação científica e reconhecimento político e institucional, propusemo-nos a avaliar, segundo os mesmos critérios, o conceito de *GNH*.

De acordo com o critério de validação científica consideramos que se pode assumir o conceito de *GNH* como conceito científico, devido essencialmente à vasta área de investigação académica. Este conceito emergente tem sido alvo de investigações empíricas na área da economia, psicologia, sociologia, antropologia, entre outras, dando origem à criação de um centro de estudos (Centre for Bhutan Studies), situado no Butão. Este centro especializado foi criado com o objectivo de desenvolver o conceito de *GNH*, através de investigações para a criação de indicadores de medida, bem como para o estudo da aplicação política do conceito, de modo a dar uma resposta adequada à realidade do país. Mencionamos assim, alguns exemplos de artigos que foram publicados sobre o assunto e que têm contribuindo claramente, para o amadurecimento do conceito:

- Saugata BANDYOPADHYAY, *Microfinance in improvement of living standard and Gross National Happiness*, pp. 248:271.
- Prahlad S. SHEKHAWAT, *Rethinking Development and Well-Being and a Search for New Indicators*.
- Johnathan ZILBERG, *Moving from GDP towards GNH: Beyond The World Bank's Quality of Growth Model for Achieving Sustainable Development*, pp. 1:35.
- Okuma NYSTRÖM; Michiyo KIWAKO, *Education, Social Sustainability, and Gross National Happiness: towards a Paradigm Shift*.

- Sinisa TRKULJA, *Happiness as indicator and planning objective for the Spatial Development policy*.
- Bachu P. DORJI; Anne-Marie SCHREVEN, *Gross National Happiness and Good Government: Civil Service Reform towards achieving GNH*.
- Chandima DASKON, *Gross National Happiness, a New Paradigm? 'Culture': a new attribute to studying rural livelihoods*, pp. 167:182.

No que diz respeito ao critério de reconhecimento político/institucional, verifica-se a existência de instituições de referência, quer a nível local quer a nível internacional que se focam especificamente nas diversas componentes do *GNH*. Assim, a nível local existe a *Gross National Happiness Commission* que remete para os planos governamentais do Butão (Bhutan G.), especificamente na área de «Local Government Plan» e «Policies», e a nível internacional, a título de exemplo, a *International Conference on Gross National Happiness* (International Conference on Gross National Happiness) que junta diversos países Asiáticos.

Assim, verifica-se a pertinência da abordagem deste novo conceito a nível de cimeiras, conferências, áreas de governação e intervenção política. Por fim, conclui-se que o projecto *GNH* constitui a base de uma acção política desenvolvida no Butão e de forma experimental noutros países como o Brasil, a Tailândia ou o Canada.

Em suma, conclui-se que os dois critérios são válidos para o conceito de *GNH* e portanto, defendemos que é um conceito amadurecido e em expansão científica.

***GNH*, um conceito e um indicador**

O *GNH* sendo um conceito multifacetado, apresenta uma complexidade que o torna difícil de medir e adaptar à realidade. No entanto, o verdadeiro objectivo do Butão consistia na utilização deste conceito como um indicador que permitisse adequar as políticas governamentais às necessidades dos indivíduos, melhorando deste modo o seu bem-estar (Cummins: 1-2).

Em 2005, o Governo Real do Butão com o objectivo de adequar as suas políticas governamentais aos valores consistentes do conceito, pediu ao *Centre for Bhutan Studies* (CBS) para desenvolver indicadores que permitissem sair da discussão meramente académica para a prática política. Em 2006, estava preparado o primeiro teste piloto que teria como grande objectivo testar a adequação das perguntas do questionário, o seu entendimento bem como a garantia da eficácia da medição das mesmas. No entanto, o questionário final apenas foi aplicado oficialmente em 2010, começando no mês de Abril e terminando em Dezembro, durante 9 longos meses de aplicações, em que cada questionário demorava cerca de 3 horas a ser respondido. A amostra consistiu em 7142 respostas das quais apenas 90.7% puderam ser incluídas na construção final do Índice *GNH* (Studies, Gross National Happiness Index Explained in Detail, 2009)

Assim, era atingido o objectivo de criar um indicador fiel aos valores do conceito do *GNH* que explora os seus quatro pilares em nove domínios medidos por 33 subindicadores. (Studies, Weighting, 2009)

-Psychological wellbeing

- Life satisfaction
- Positive emotion
- Negative emotion
- Spirituality

-Health

- Self reported health status
- Number of healthy days
- Disability
- Mental health

-Time use

- Work
- Sleep

-Education

- Literacy
- Schooling
- Knowledge
- Value

-Cultural diversity and resilience

- Zorig chusum skills (Artisan skills)
- Cultural participation
- Speak native language
- Driglam Namzha (code of etiquette and conduct)

-Good Governance

- Political participation
- Services
- Governance performance
- Fundamental rights

-Community vitality

- Donation (time & money)
- Safety

- Community relationship

- Family

-Ecological diversity and resilience

- Wildlife damage
- Urban issues
- Responsibility towards environment
- Ecological issues

-Living Standard

- Household per capita income
- Assets
- Housing

Sendo o objectivo do nosso estudo a reflexão e contextualização problemática do conceito *GNH* não vamos explorar extensivamente a validade do indicador. No entanto para uma informação mais detalhada sobre os subgrupos que constituem os principais indicadores, bem como as questões que avaliaram estes domínios, aconselhamos a consulta da base de dados `GNH_VARIABLES` (Studies, `GNH_VARIABLES`), que se encontra em anexo.

O estudo deste indicador contempla domínios tão diversificados que vão desde o bem-estar humano até à própria boa governação, que nos faz avaliar a acção governamental como hoje a conhecemos, limitada ao valor do crescimento económico e insustentável no longo prazo. Ensinam-nos que as políticas públicas devem atingir uma eficiência vertical e horizontal, ou seja, aplicadas apenas a quem necessita delas, e aplicadas a todos os que dela necessitam (Barr: 215-217). No entanto, também nos transmitem ensinamentos no sentido de medir essa necessidade única e exclusivamente pelo rendimento. Este é um exemplo ilustrativo da realidade onde tudo, ou quase tudo, é medido pelo rendimento individual

ou colectivo numa sociedade economicista que perdeu o valor da realidade multifacetada. Na nossa opinião, este conceito ultrapassa as fronteiras que a humanidade criou na construção da sociedade económica. Pois procura medir a felicidade interna bruta, argumentando que a riqueza de um país é essencialmente, o bem-estar dos seus habitantes, na medida em que possuem capacidade para atingir uma vida que considerem completa. Em suma, este conceito coloca em causa a arquitectura económica como a conhecemos nos países ditos desenvolvidos. Também colocando em causa todo o funcionamento da política governamental remetendo-nos para uma nova arquitectura interdisciplinar, numa perspectiva multidimensional que procura atingir o desenvolvimento através de uma recusa de uma perspectiva unidisciplinar, propondo várias dimensões dos processos de mudança numa lógica tendencialmente integrada (Amaro, 2003).

***GNI*, um desafio ao conceito de Desenvolvimento**

O conceito de desenvolvimento tem-se demonstrado polémico dentro das ciências sociais, não só pela sua relação umbilical com o conceito de crescimento económico iniciado por Adam Smith no séc. XVIII, com o seu livro *Inquérito à Natureza e Causas da Riqueza das Nações*, como pelo inerente Antropocentrismo. Este conceito ficou caracterizado por diversas componentes, sendo as mais relevantes para a análise: o **economicismo**, na medida em que o crescimento económico era considerado condição necessária e suficiente para atingir o desenvolvimento; o **produtivismo**, na medida que o cerne do quotidiano era a busca constante e persistente da eficiência produtiva em detrimento da busca das relações sociais ou da busca de progresso individual; o **racionalismo**, na medida em que o único conhecimento «certo» seria o conhecimento científico; o **antropocentrismo** colocando o Homem como ser superior a qualquer outra forma de vida; o **etnocentrismo** revelado na clara superioridade cultural demonstrada pelos países ditos «desenvolvidos» face aos países subdesenvolvidos e por último, o **uniformismo** na medida em que o caminho dos países desenvolvidos seria a única forma de progresso para atingir a modernização sem tolerância para a diversidade (Amaro, 2003).

No entanto, ao contrário do expectável pelos teóricos e políticos que defenderam e implementaram este caminho *único*, as suas ideologias resultaram em diversos problemas dos quais se destacam as frustrações por parte dos países subdesenvolvidos relativamente às expectativas induzidas pelos países exploradores, as manifestações de mau estar social nos países desenvolvidos, a consciencialização de problemas ambientais e de consecutivas crises económicas, entre outros factores. (Amaro, 2003)

Daqui surgiu a emergência social de questionar o conceito de desenvolvimento existente até à data, surgindo de forma simplificada três posições ideológicas:

Numa primeira análise através da corrente Neo-liberal, alguns autores propõem uma reformulação e fundamentação assente em novas bases do papel do crescimento económico na sua relação com o desenvolvimento. Na nossa opinião, baseada nas conclusões do estudo de Richard Easterlin (Easterlin: 99-111), defendemos que o crescimento económico é importante para o desenvolvimento numa fase inicial, para que seja possível atingir as necessidades mais básicas do ser humano.

No entanto, através de uma ideia «Maslowsiana» defendemos que a partir de um certo nível, a satisfação humana já não apresenta uma correlação positiva com o crescimento do rendimento. Assim, numa expansão da análise de Maslow o rendimento seria necessário **directamente** para a satisfação das necessidades fisiológicas (alimentação, vestuário, etc), seria necessário **indirectamente** para necessidades psicológicas como a segurança, ou seja, viver numa sociedade que garanta um emprego, bem como estruturas judiciais, legais, hospitalares e políticas. No entanto, uma vez preenchidas estas necessidades seria necessário preencher um bem-estar relacional com os grupos (incluindo o familiar), de seguida teriam de ser preenchidas as necessidades de auto-estima e por fim as necessidades de realização pessoal. (Maslow, 1970).

Alargando a análise ao nível macroeconómico, verifica-se que o aumento do rendimento apenas se correlacionaria positivamente com o bem-estar/felicidade para países com baixos níveis de *GDP(PPP)*⁶, para países com maiores níveis de *GDP(PPP)* os aumentos no rendimento já não apresentam os mesmos níveis de correlação (Deaton, 2010). É curioso que diversos autores tenham referido as diferentes necessidades psicológicas dos indivíduos ao nível microeconómico e empresarial e que o mesmo tenha permanecido ignorado ao nível macroeconómico, assumindo-se exclusivamente o crescimento económico como a única forma de progresso da sociedade.

Portanto, é necessário o questionamento sobre as causas da felicidade humana, face à alternativa de admitir erradamente que esta é exclusivamente dependente do nível de riqueza. Sendo que, na nossa opinião, é preferível para a eficiência das políticas sociais trabalhar com um questionamento do que um dogma erróneo.

Numa segunda análise, existem naturalmente autores maioritariamente associados aos Institucionalistas, que defendem uma crítica à ideia inicial e propõem uma nova base para o conceito valorizando uma perspectiva multidimensional. Por fim numa terceira análise, a proposta da nova posição de pós-desenvolvimento que consiste numa crítica à própria ideia de desenvolvimento e propõem o abandono desse conceito.

Olhando ao conceito popularizado e transformado do Desenvolvimento como o que conhecemos hoje, não hesitaríamos em referir que o novo conceito de *GNH* propõe uma ruptura. No entanto, olhando às suas origens e à sua semântica enquanto processo de *des-envolvimento* sugestiva da imagem da semente lançada à terra e «envolvida» por esta, que vai realizar um processo esforçado de *des-envolvimento* rompendo com os obstáculos até se libertar para o exterior de acordo com as suas potencialidades. Atingindo por sua vez, a realização quer nas dimensões qualitativas quer nas dimensões quantitativas (Amaro, 2003) e comparando com o objectivo do *GNH* que procura medir o bem-estar de um país através de uma perspectiva integrada e multidimensional. Assim, sugerimos tendo em conta os argumentos anteriormente expostos, que este é um conceito transversal, logo uma reformulação do mesmo, não se sugerindo um ruptura com o conceito de Desenvolvimento na sua *pura* dimensão e objectivo.

Em suma, sendo uma reformulação do conceito de desenvolvimento, contribui com uma visão integrada que se encontrava em falta, permitindo igualmente uma medição que veio validar uma acção política mais eficiente e eficaz nos seus objectivos multifacetados.

Relação entre *GNH* e os novos conceitos de Desenvolvimento

Existem vários factores que explicam a necessidade de reformulação do conceito de desenvolvimento desde a frustração dos países ditos de «terceiro mundo» a uma tomada de consciência dos problemas ambientais e, mais recentemente à emergência social decorrente das crises de dívida pública e consequentes planos de estabilidade económica.

Tendo-se sugerido o conceito de *GNH* como um possível caminho de resposta à modernização na actualidade, defendemos que o principal conceito inerente ao mesmo é o conceito de desenvolvimento sustentável. Numa breve introdução, é do conhecimento geral que o conceito de desenvolvimento sustentável surge essencialmente da tomada de consciência dos problemas ambientais, provocados pelo modelo de desenvolvimento economicista que alertam para a insustentabilidade do «progresso» como era conhecido até à data. Assim, em 1972 foi caracterizado por dois acontecimentos, a conferência de Estocolmo e a publicação de um estudo encomendado pelo Clube de Roma. O primeiro acontecimento, ou seja, a conferência de Estocolmo leva à criação da *CNUAD*, (comissão das Nações Unidas para o ambiente e o desenvolvimento), e de um grupo de trabalho, (comissão *Brundtland*), que resulta no agendamento de questões ambientais como forma de solucionar as mesmas, por parte da *ONU*. Contudo existiram várias razões que atrasaram o estudo destas questões e só mais tarde em 1987 é que existe uma estabilização destas questões como iremos ver. O segundo acontecimento, ou seja, a publicação de um estudo encomendado «Clube de Roma» foi um acontecimento derivado da tentativa de reflexão estratégica por parte de empresas multinacionais, visto estas terem detectado uma possível insustentabilidade nos seus recursos ambientais.

Em 1987, como referido anteriormente, o conceito de desenvolvimento sustentável estabilizou e tornou-se mais

reconhecido sendo enquadrado numa fileira ambiental, onde surge o Relatório de *Brundtland*, e a Cimeira de Joanesburgo. O Relatório *Brundtland* tinha como objectivo focar-se na satisfação das necessidades das gerações actuais e futuras, pressupondo uma solidariedade inter-geracional. Por sua vez, a Cimeira de Joanesburgo tinha como objectivo a reformulação do conceito de desenvolvimento sustentável, onde propunha a conjugação de três componentes, numa visão tridimensional: crescimento económico; coesão social e preservação ambiental.

Após a reflexão sobre a fileira ambiental sugerimos deste modo, um terceiro acontecimento referente à data de 1972. O aparecimento do conceito de *GNH* implementado pelo Butão, pois contribuiu com soluções e reflexões sobre as questões dominantes da fileira. Num aprofundamento da questão reflectimos porque é que o conceito de *GNH* se insere na fileira ambiental e mais especificamente porque é que o relacionamos com o conceito de desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável pode ser entendido pelo «processo de satisfação das necessidades das gerações actuais, sem pôr em causa a satisfação das necessidades das gerações futuras», exigindo três conceitos: a solidariedade inter-geracional, uma nova relação com a natureza na integração da gestão de recursos naturais nas estratégias de desenvolvimento e a implementação de um modelo de ritmo sustentável de crescimento (Amaro, 2003) Sendo visível que este conceito contribui fortemente para o caminho de recusa de componentes economicistas e antropocêntricas, defendemos que este é o conceito transversal ao conceito de *GNH* na medida em que defende uma interpretação holística das noções de progresso dando tanta importância às questões económicas como às questões não económicas do bem-estar. Como foi desenvolvido no primeiro capítulo, sobre a contextualização histórica do conceito, justificou-se a combinação única de elementos socioeconómicos e culturais,

nomeadamente a componente Budista, como contributos fundamentais para a noção de progresso sustentável. Os próprios quatro pilares do conceito de *GNH* defendem um desenvolvimento sustentável socioeconómico e uma conservação ambiental nas mesmas linhas do desenvolvimento sustentável através de uma solidariedade inter-geracional e de uma visão antecipada acrescentando por fim, a boa governação e a preservação cultural.

No entanto, o conceito de desenvolvimento sustentável tridimensional pode conduzir a diversas críticas, nomeadamente sete que resultam da incapacidade do conceito dar resposta a ameaças em diversos domínios (Amaro, 2003). Como já foi referido anteriormente o conceito *GNH* mais tarde evoluiu para o *GNH Index*, que engloba nove domínios. Assim, defendemos que do nosso ponto de vista crítico, esses nove domínios são uma possível resposta às sete críticas/ameaças referidas. Deste modo, vamos passar à explicação de como os nove domínios do *GNH Index* conseguem dar uma resposta às sete críticas e caracterizar a relação que existe entre cada um dos domínios e os diversos conceitos de desenvolvimento. Admitindo o conceito de desenvolvimento sustentável como o principal conceito subjacente ao projecto *GNH* pelos motivos já explicados.

A primeira crítica consiste no facto do conceito de desenvolvimento sustentável ter dificuldade em dar resposta às necessidades básicas de sobrevivência de toda a comunidade, relacionadas, essencialmente, com o domínio económico. Defendemos então que, os domínios referentes ao *GNH Index* que conseguem identificar e posteriormente intervencionar esta questão são o *Health* e o *Good Governance*. O domínio do *Health* engloba quatro indicadores: *Self reporhealth status*; *Number os healthy days*, *Disabilit* e *Mental health*, que dão resposta às capacidades básicas de sobrevivência, visto que a saúde é uma necessidade básica para sobreviver; por outro lado, temos o domínio do *Good Governance*, que engloba os indicadores: *Political participation*; *Services*; *Governance performance* e *Fundamental rights*, todos estes

indicadores ajudam-nos a resolver questões económicas, mas sobretudo o terceiro, pois centra-se nas questões de criação de emprego; redução de desigualdades; acesso à educação básica, combate à corrupção e promoção do acesso à saúde como atrás vimos através do domínio do *Health*. Assim sendo, o projecto *GNH* preocupa-se com questões multifacetadas e não exclusivamente económicas.

Fizemos referência a dois domínios para dar resposta primeira à crítica. Estes dois domínios estão relacionados com diferentes conceitos de desenvolvimento sendo que o conceito subjacente, num primeiro nível, é o sustentável. Assim, estes domínios referidos contribuem para a identificação de problemas nas capacidades básicas de sobrevivência e segurança socioeconómica, como é o exemplo dos indicadores que medem a felicidade dos indivíduos quanto à «redução de desigualdades» e quanto à «promoção do acesso à saúde». Consideramos que estes estão fortemente ligados, num segundo nível, ao conceito de Desenvolvimento Humano na medida em que consiste num

«processo de aumento das opções dos indivíduos e dos seus grupos, de forma a satisfazerem as suas necessidades básicas, a aumentarem a sua segurança pessoal, atingirem um nível de vida digno e alcançar a igualdade entre as mulheres e homens» (Amaro, 2003).

Na nossa opinião, estão também associados ao Desenvolvimento Social na medida em que estes indicadores contribuem para uma potencial intervenção nas áreas mais deficitárias com o objectivo de atingir um «processo de garantia de condições mínimas, bem como a promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis pelo país».

No que diz respeito à segunda crítica, que consiste nos riscos de fragmentação social, associada ao desemprego, à pobreza e à exclusão social o índice tem dois domínios que

podem potencialmente identificar estas ameaças. O domínio de «*living standarts*» que procura identificar situações de pobreza não só pelo rendimento dos cidadãos mas essencialmente pelas condições em que vivem (ter ou não casa de banho a título de exemplo) ou pelo acesso a determinados bens duradouros como telefones, computadores ou frigoríficos. A exclusão social poderá ser identificada através do domínio de *Community Vitality* que através de questões que avaliam o sentimento de pertença à comunidade, a relação com os vizinhos ou o próprio sentimento de pertença familiar, poderão reflectir a ameaça de fragmentação social. Estes domínios estão intrinsecamente associados ao desenvolvimento social pela sua preocupação com a garantia de condições sociais mínimas. No entanto, sendo que a pobreza é um dos assuntos mais sensível no Butão, maioritariamente justificada pelo isolamento que torna difícil o acesso a estradas e à educação, os planos executados para combatê-la apesar de originários do nível nacional têm sido implementados ao nível local muito à custa do envolvimento das próprias comunidades através da organização da sociedade civil.

Assim, pelos factos descritos podemos relacionar este aspecto com o desenvolvimento local na medida em que o processo de combate à pobreza em si

«um processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades e assumindo um protagonismo principal nesse mesmo processo» (Amaro, 2003)

destacando a importância do *empowerment* e do desenvolvimento participativo.

A ameaça relativa a domínios ambientais, terceira crítica, que se foca nos custos da degradação e destruição ambiental, é respondida pelo conhecimento do domínio *Ecological diversity and resilience* com três indicadores *Wildlife damage*, *Urban issues* e *Responsibility towards environment*, onde uma das

questões em causa é «Sente-se responsável pela conservação do meio ambiente?». Mais uma vez o índice demonstra interesse em identificar questões relativamente a atitude da população face à conservação do ambiente. Este domínio está fortemente relacionado com o Desenvolvimento Sustentável mas também, a um segundo nível, com o Desenvolvimento Humano e Social. Com o desenvolvimento humano na medida em que se pretende preservar as gerações futuras através de acção particular de cada indivíduo e com o desenvolvimento social na medida em que procura a dimensão social do bem-estar, que neste caso só será atingida se o ser humano e a natureza coexistirem em iguais patamares de importância e não como uma ferramenta subalterna.

A quarta crítica que diz respeito à intolerância cultural e conseqüentemente a fundamentalismos e extremismos, ou seja, dimensão cultural, pode ser conhecida em primeiro lugar, ao nível do domínio dos valores da educação que questiona sobre se «criar desarmonia entre as relações humanas é justificável?» A tolerância e compreensão da diversidade numa perspectiva tendencialmente interculturalista é um ponto de partida a ser identificado ao nível de valores educacionais de modo a poder ser intervencionado, a título de exemplo na formação de base escolar. Em segundo lugar, pode ser conhecida pelo domínio de vitalidade comunitária que questiona sobre as relações comunitárias através das questões: «Como é que descreveria o seu sentimento de pertença à sua comunidade local?» ou «Quanto é que considera que confia nos seus vizinhos?» Estas questões adquirem especial relevância se forem colocadas a pessoas que vivam diariamente em espaços com diversidade cultural de modo a identificar potenciais tensões derivadas das diversidades. Este domínio pode ser associado ao desenvolvimento humano e social pelas mesmas razões já explicadas anteriormente.

A quinta crítica, ou seja, a ameaça de fragmentação dos territórios, poderá ser evitada se forem criadas condições nas áreas rurais da mesma forma que são criadas nas áreas urbanas e vice-versa. Esta ameaça poderá ser intervencionada se houver um conhecimento e posterior intervenção através do domínio dos serviços do *Good Governance*, visto que este domínio tem em conta se existe ou não centros de saúde nos vários locais, se há electricidade e, a título de exemplo, se existe abastecimento de água potável. Assim, podemos afirmar de forma justificada que este domínio está relacionado com o Desenvolvimento Humano, Social, Local e Participativo, em que através da acção das populações e do governo procura-se uma reabilitação das diversas áreas, quer rurais, quer urbanas, de modo a potencializar as condições básicas dos indivíduos e consequentemente o bem-estar social.

A sexta crítica, referente aos custos associados à iliteracia e à incapacidade de garantir a sua sustentabilidade a longo prazo, encontra-se no domínio cognitivo e consegue obter resposta através do conhecimento do domínio da Educação, sendo que os indicadores subjacentes a este domínio são: *Literacy, Schooling, Knowledge e Value*, as perguntas inerentes a este domínio são várias, como «Sabe ler e escrever (...)?» ou «Como é que classificava o seu conhecimento sobre a transmissão das doenças sexualmente transmissíveis ou do vírus da SIDA?». Este domínio consegue identificar potenciais lacunas associados aos custos da iliteracia, como exemplo podemos pensar nos custos associados à falta de aprendizagem do modo de contágio de doenças como é o caso do vírus HIV. Este domínio está relacionado com o conceito de Desenvolvimento humano e social na medida simples em que contribui para o bem-estar individual e social.

A sétima e última crítica, relaciona-se com a incapacidade de operacionalização política das soluções que pertence ao domínio político e que é respondida através da filosofia inerente

ao domínio de participação política do *Good Governance*. O Rei do Butão em 2008 implementou uma forma de governação política baseada numa democracia, que considerava ser a única forma de dar resposta ao Projecto *GNH*. Esta democracia, mais do que representativa, assenta em valores de participação que estão visíveis em muitos dos indicadores do índice, na medida em que questionam como é que um indivíduo se sente em relação à *sua* acção perante um determinado assunto. Em geral, o Governo do Butão aplica o índice para conhecer as fraquezas e potencialidades do país, de forma a dar uma resposta global a ameaças globais, como é o caso da pobreza extrema do Butão que, juntamente com a cooperação das populações, potencializam as ajudas globais com respostas locais. Como já fora referido anteriormente, esta democracia representativa associada ao projecto *GNH* tem como base uma nova arquitectura económica que conjuga as acções do sector privado, público e sociedade civil. Um exemplo muito simples prende-se com o próprio acesso a condições básicas de saneamento instaladas em diversas zonas isoladas e rurais do Butão. Não basta instalar as infraestruturas como também é necessário, com a ajuda da comunidade, ensinar a população a mudar os hábitos de toda uma vida. A título de exemplo, no próprio fornecimento de canalizações de água potável é necessário demover as populações dos hábitos intrínsecos de se abastecerem das fontes naturais. (Bhutan & Bank, 2010)

Em conclusão defendemos que todos os indicadores do *GNH Index* conseguem identificar potenciais ameaças em diversos domínios, privilegiando simultaneamente as componentes económicas, sociais, culturais, ambientais e políticas e considerando as dimensões individuais, colectivas e ambientais. Contribuindo para a preservação dos interesses das várias gerações através de uma harmonia entre o passado, presente e futuro, que está subjacente à relação que foi estipulada entre os indicadores e o desenvolvimento sustentável, humano e social. A posterior intervenção política que se prevê após a identificação das áreas

subdesenvolvidas da sociedade pretende impulsionar uma nova arquitectura económica através da acção de três sectores: o público, o privado e a sociedade civil que através de uma acção global e local, envolvendo as comunidades nos diversos processos de mudança e intervenção, conseguem articular as necessidades das diversas regiões/áreas com as capacidades das respectivas comunidades como foi argumentado na defesa da interligação do *GNH Index* com o desenvolvimento local, participativo e especificamente com o papel importantíssimo do empowerment.

Em suma, vimos como o *GNH Index* consegue responder, na nossa opinião, às críticas resultantes do Desenvolvimento Sustentável. Assim, defendemos que pode ajudar na reformulação do conceito de desenvolvimento, acrescentando as suas mais-valias. Não menos importante, identificamos o Desenvolvimento Sustentável como o principal conceito inerente ao *GNH*. No entanto, salientámos devidamente as diferenças associadas ao conceito (*GNH*) e ao projecto (*GNH Index*). Pois sendo que o projecto integra de uma forma muito mais ampla diversos domínios, integra também diversos conceitos de desenvolvimento levando-nos à conclusão que se o conceito de *GNH* está fortemente relacionado com o Desenvolvimento Sustentável o projecto *GNH Index* está fortemente relacionado com o Desenvolvimento Integrado.

GNH, um novo paradigma de avaliação?

No século XX, a Teoria da Modernização proposta por Lewis e Rostow identificou o processo de industrialização, como elemento fundamental que conduziria os países subdesenvolvidos ao crescimento das estruturas necessárias para atingirem o desenvolvimento «moderno». (Amaro, 2003) No entanto, nos capítulos anteriores defendemos o conceito de *GNH*, como um conceito científico que veio reformular o papel do Desenvolvimento através do acréscimo de uma perspectiva integrada e multidimensional, que contribuiu para uma acção política mais eficiente e eficaz. Na sequência deste raciocínio, questionámo-nos sobre um possível contributo para uma nova arquitectura económica assente em valores mais latos face aos que actualmente presenciamos. Na qual, a política governamental privilegiasse de igual modo os aspectos não económicos do bem-estar da sociedade. Uma sociedade onde vigoraria uma democracia, mais do que representativa, participativa articulando de forma integrada três sectores: o domínio público, privado e a sociedade civil. (Schreven, 2008)

Questionámo-nos também se a implementação destes valores, inerentes ao conceito de desenvolvimento de *GNH*, constituem *a nova* proposta de modernização dos países subdesenvolvidos. No entanto, esta questão conduz-nos, necessariamente à reflexão de quais seriam os *verdadeiros* países subdesenvolvidos. Seriam os mesmos que hoje conhecemos pela medição do *GDP*? Ou iriam emergir novos países na categorização de países subdesenvolvidos e vice-versa? Naturalmente este assunto remete-nos para a (in)capacidade que o índice *GNH* tem como índice válido para efectuar comparação entre países.

Os economistas críticos do *GNH* apontam como principal falha a incapacidade que o índice apresenta na comparação entre países, essencialmente devido à complexidade das questões utilizadas nos indicadores e dos pesos dados aos mesmos que seriam facilmente alteráveis em benefício de cada país individualmente. (Diener, Diener, & Diener, 1995)

Como resposta a esta crítica apresentamos a nossa reflexão constituída em dois argumentos. Em primeiro lugar, o *GNH* sendo uma unidade de medida tem de ser padronizado em, pelo menos cinco aspectos: (a) instruções para o sujeito; (b) regras de aplicação; (c) materiais e (d) items, com um determinado conteúdo e ordem (Anastasi & Urbina: 49, 113-136) (Mitchell & Jolley: 15-22). Por conseguinte, qualquer alteração quebra a padronização deixando então de ser o indicador *GNH*. Assim, cada país teria apenas de aplicar uma medida objectiva, sendo do nosso ponto de vista, perfeitamente aplicável e tão sujeita a corrupções como a medição do *GNP*.

Outra questão paralela, mas que se coloca na mesma dimensão, seria a necessidade de reformular os items em termos de conteúdo de modo a adequar ao contexto cultural. A título de exemplo a pergunta do questionário «Do you feel that you have right to form *tshogpa*?» pertencente ao domínio de *Good Governance – Fundamental Rights* (Studies, *GNH_VARIABLES*), seria incompreensível para a nossa cultura e portanto, seria necessário a reformulação da questão, de modo a medir o que é suposto medir mas com a devida adequação. Esta reformulação em nada afecta o item em termos de padronização, pelo contrário, apenas torna o índice adaptável e potencializa a sua capacidade de comparação internacional.

Em segundo lugar, remetendo para os conhecimentos adquiridos nas cadeiras de Contabilidade Financeira e Contabilidade de Gestão sabe-se que, o *GNP* (a preços constantes) definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, é construído através do somatório do valor acrescentado a preços constantes, que por sua vez é a diferença entre a produção a preços constantes e o consumo intermédio a preços constantes (Rodrigues, 2007). A problematização surge na sequência da própria medição do consumo intermédio que, apesar da existência de legislação de normalização contabilística, continua a ser altamente diversificada e subjectiva nas medidas de custeio de imputação de custos nos produtos (Serrasqueiro, 2009).

Em suma, se a medição da imputação de custos nos produtos não é normalizada globalmente, então isso significa que os custos intermédios das empresas não são igualmente padronizados, e pelo mesmo raciocínio o VAB e por consequência o *GNP* também não o são, logo num limite extremo poder-se-ia afirmar que o *GNP* não constitui uma medida de unidade capaz de permitir comparações.

Contudo, não pretendemos com este ensaio optar por uma visão dogmática por isso, terminamos este capítulo com uma crítica metodológica e antropológica ao conceito de desenvolvimento de *GNH*.

Em primeiro lugar, destacamos a lacuna que o indicador *GNH* possui ao nível da medição do sentimento de criminalidade/segurança no domínio da justiça e que teria de ser reformulado para se adoptar aos países ocidentais.

Em segundo lugar, questionamo-nos se seria possível numa realidade futura em que a medida universal fosse o *GNH* em detrimento do *GNP* uma comparação entre países, ou apenas poderíamos falar em estágios de desenvolvimento e não num conceito medível único e absoluto? Considerando que o conceito abstracto de «Desenvolvimento» assenta em pressupostos mensuráveis, segundo padrões considerados relevantes através da óptica cultural dos países ditos «desenvolvidos», no questionamento destes próprios padrões de mensuração podemos interrogarmo-nos da própria existência do conceito. Portanto, há que repensar no real rigor, se será viável falarmos de desenvolvimento num âmbito quantificável, se os próprios conceitos mensuráveis que permitem esta quantificação, variam em função dos valores socioculturais, e de que modo os mesmos foram construídos com base na história e vivência de cada país, e variam inclusive, individualmente.

Não é portanto, uma simples questão de colocação em rankings numa escala de desenvolvimento, que uma utilização do *GNH* nos países ditos «desenvolvidos» traria, ou em que aspecto esta aplicação seria viável. Mas sim, se a própria unidade de medida «desenvolvimento» deve ou é possível

de ser medida e utilizada para além de um exercício para determinar objectivos e metas de bem-estar socioeconómico em cada situação individual e única, não comparável ou medível com outras, partindo do próprio pressuposto de que o *GNH* é tão utilizável como o *GDP*, e que os parâmetros usados para a medição de cada um variam significativamente na sua importância para a mensuração entre culturas.

Em suma, propomos o conceito de *GNH* como uma resposta a uma modernização actual a dois níveis, não sendo aqui claro quais são segundo este indicador, os países ditos «desenvolvidos» ou «subdesenvolvidos». Também defendemos, que o índice tem diversas potencialidades no seu contributo para a eficiência da política pública e da área de actuação quer do sector privado quer da sociedade civil a um primeiro nível interno.

A um nível externo, defendemos a utilização do *GNH* como complemento e não como substituição do índice do *GDP* em termos de comparação internacional, pois consideramos que uma visão integrada deve validar uma perspectiva copulativa sem cometer o erro nem de sobre estimar a utilidade do índice do *GNH*, nem subvalorizar a utilidade do índice de *GDP*.

GNH, abandonado ou potencializado pelas crises actuais?

A medição da felicidade contribuiu para uma nova emergência na agenda das políticas públicas. O conceito, bem como a sua aplicação já não se encontra limitado ao Butão, hoje em dia países como a Tailândia, Canadá e Brasil estudam o contributo do índice para a execução das suas políticas. A própria Assembleia Geral da N.U já definiu «a persecução da felicidade como um objectivo fundamental do ser humano» em torno do pacto dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (Centre).

A nossa reflexão surge com a recente actualidade. É do conhecimento geral, que as crises sucessivas que o mundo presenciou desde 2007 contribuíram para uma recessão, bem como para um abalar dos alicerces da teoria económica. Inicialmente, com a Crise do Sub Prime que colocou em risco a solvência de diversos bancos, e mais recentemente a Crise das Dívidas Soberanas Europeias que foca agora todas as atenções no futuro incerto da Zona Euro e da União Europeia como a conhecemos hoje. Palavras como «austeridade», «défice público», «dívida pública» e «taxas de juro» preenchem o nosso dia-a-dia deixando pouco espaço para outras questões tão, ou mais importantes, como o défice social, a insustentabilidade de médio prazo e a procura de felicidade. A questão que se coloca prende-se com o seguinte: As crises que vivemos hoje contribuíram para potencializar ou abandonar o conceito de *GNH*? A discussão apresentada de seguida, demonstra uma reflexão proveniente de uma leitura subjectiva da realidade que avaliamos diariamente.

No modelo sócio económico em que vivemos hoje admitimos que questões como o défice ou dívida pública não podem ser sub estimados, no entanto defendemos também que uma política pública focada apenas no crescimento económico é uma política focada apenas na resolução de sintomas e não na fonte dos problemas. Esta fonte não tem necessariamente de ser entendida numa perspectiva linear de causalidade, mas sim numa perspectiva complexa, sistémica e integrada

(Amaro, 2003). Assim, se as emergências não económicas fossem tão ou mais importantes quanto as emergências económicas, o conjunto de respostas locais e globais para fazer face ao problema que a Zona Euro vive hoje não seriam construídas como as conhecemos actualmente.

A campanha para trazer o conceito de felicidade para o centro da discussão tem estado em alerta e pode ser observada no esforço de líderes europeus como o Presidente Francês Nicolas Sarkozy que reuniu em 2009 prémios nobéis como Joseph Stiglitz e Amartya Sen com o objectivo de encontrar uma medição para o índice da felicidade (Samuel, 2009). O mesmo sinal é demonstrado por David Cameron, Primeiro Ministro de Inglaterra que descreveu a felicidade como sendo «um assunto central da política dos nossos tempos» (BBC, 2011). Este conceito assume especial importância numa era de turbulência dos mercados financeiros, como ingrediente fundamental para resolver problemas de desigualdade e de instabilidade entre outros assuntos (Cooper, 2011).

Apesar do conceito de *GNH* estar a «abandonar» o Butão e a tornar-se universal, o mesmo parece não acontecer com o *GNH Index*. O facto de líderes Europeus procurarem uma forma de medir a sua felicidade, está abandonar a padronização necessária que o *GNH* necessita para se poder tornar numa medida ao nível internacional, acolhida por todos e que permita comparar o nível de desenvolvimento entre os países. O conhecimento do nível de desenvolvimento em cada país, é necessário para uma intervenção pública, privada e da sociedade civil através do conhecimento mais eficiente das áreas de emergência social, mas é igualmente necessário como medida padronizada para responder a ameaças globais. Em síntese, defendemos em primeiro lugar, uma consciencialização da necessidade de interpretar o Desenvolvimento na perspectiva multifacetada que o *GNH* nos oferece. No entanto, é tão ou mais importante que o *GNH Index* seja adaptado a cada país de modo a vir a ser uma

medida padronizada de desenvolvimento universal. Veja-se o exemplo da *OECD Better Life Index*, que engloba quase todos os domínios do *GNH Index* defendendo que «*There is more to life than the cold numbers of GDP and economic statistics*». (OECD)

Em suma, apesar de no momento actual as atenções estarem focadas no futuro incerto da Zona Euro, as urgências sócio económicas que emergem vão ser rapidamente percebidas como insustentáveis no médio/longo prazo. Dando ouvidos às vozes ainda dispersas, apercebemo-nos da existência de um esforço de mudança que consiste na adopção de uma nova arquitectura económica, mas essencialmente de um novo modelo de desenvolvimento menos economicista e menos antropocêntrico. Defendemos que, estas crises sucessivas irão contribuir para potencializar o conceito do *GNH* onde a persecução da felicidade do colectivo atinge-se através do *empowerment* do indivíduo que só tem voz numa nova arquitectura económica que conjugue através de uma democracia participativa a actuação pública, privada e da sociedade civil (Graham & Chattopadhyay, 2008)

Conclusões – Reflexões Principais

Neste estudo propusemo-nos a apresentar o projecto *GNH* originário do Butão, que devido a um conjunto de características únicas e a uma poderosa visão de um Líder formou este projecto, que defendemos ter um contributo fundamental para o papel que o desenvolvimento *moderno* tem a desempenhar no presente e num futuro muito próximo.

Ao longo de todo o nosso estudo focámos diferentes contributos que tanto o conceito como o projecto *GNH* possuem, na nossa opinião, para o estado actual de emergência de reformulação do conceito de desenvolvimento.

No capítulo, intitulado «*GNH, contextualização*» procurou-se enquadrar historicamente a origem do *GNH* e explicar antropologicamente quais os factores que foram determinantes no Butão para o surgimento deste projecto. Em síntese, destacámos a necessidade de afirmação geopolítica do país que conduziu à necessidade de inovação, justificada pela necessidade de atingir os objectivos propostos no Pacto do Milénio. Consequentemente, as características socioeconómicas e religiosas deram origem ao conceito *GNH*, que devido ao facto de proporcionar uma visão holística do progresso na medida em que valoriza de igual forma aspectos económicos e não económicos, considerámos que está fortemente ligado com os aspectos inerentes do desenvolvimento sustentável.

No terceiro capítulo, elaborou-se uma pequena reflexão sobre a cientificidade do conceito *GNH* através de dois critérios, onde se concluí que devido à vasta expansão, quer académica, quer de intervenção política local e internacional, o *GNH* constitui um conceito científico em expansão.

Posteriormente, no quarto capítulo, introduziu-se o avanço histórico que o conceito revelou ao amadurecer e passar da teoria à prática com o *GNH Index*, onde se pode observar os primeiros resultados que indicam a necessidade de uma nova arquitectura económica com lógicas de intervenção multifacetadas assentes em essencialmente três sectores: publico, privado e sociedade civil.

No quinto capítulo «*GNH, um desafio ao conceito de desenvolvimento*», defendemos que se considerarmos as origens semânticas e os objectivos primários do conceito de Desenvolvimento em si e compararmos com a filosofia subjacente do *GNH*, concluí-se que se complementam. Ou seja, o *GNH* não é, do nosso ponto de vista, um conceito de ruptura com o actual conceito de Desenvolvimento mas sim um complemento que pode restaurar a vitalidade do mesmo, contribuindo para o afastamento de associações economicistas, produtivistas e antropocêntricas.

No sexto capítulo efectuou-se uma reflexão mais aprofundada da relação entre o *GNH* e os novos conceitos de Desenvolvimento. Sendo o *GNH*, com já foi antes mencionado, um conceito com uma visão holística de progresso privilegiou-se uma comparação com o desenvolvimento sustentável. No entanto, o projecto *GNH* constituído pelo *GNH Index* alargou o domínio do próprio conceito contribuindo com nove domínios multifacetados e diversos indicadores que demonstram uma relação com diversas áreas e consequentemente com diversos tipos de desenvolvimentos como o humano, social, local ou mesmo o participativo. Assim concluímos que se o conceito primário do *GNH* está associado ao desenvolvimento sustentável, o projecto *GNH*, constituído pelo índice que dá resposta às críticas através de uma reflexão copulativa, está claramente associado ao desenvolvimento integrado.

No sétimo capítulo, «*GNH, um novo paradigma de avaliação?*», clarificou-se a necessidade do projecto *GNH* para dois níveis. A nível interno do país, de forma a elaborar uma análise *SWOT* das respectivas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que a sociedade apresenta como um todo e de modo a melhorar a eficiência da política pública bem como a actuação do sector privado e da sociedade civil. Finalmente, ao nível externo, como factor importante na comparação entre países. Para efectuar esta análise elaborou-se uma reflexão sobre as críticas apontadas quer ao *GNH* quer ao *GDP*. Concluí-se, que

apesar de considerarmos que o *GNH* é potencialmente uma unidade de medida mais correcta e científica em termos de comparação internacional não deve ser sobrevalorizado face ao *GDP*, pois deverá actuar como um complemento e não como um substituto.

Por fim, no último capítulo elaborou-se uma reflexão sobre o efeito que as crises actuais exercem sobre a sustentabilidade no médio e longo prazo do projecto *GNH*. Deste modo, considerou-se que apesar de na conjuntura actual as atenções estarem concentradas nas políticas de estabilidade económicas e consequentemente nos défices financeiros, rapidamente, da mesma forma que os mercados se aperceberam que se o crescimento das taxas de juro é superior ao crescimento económico de um país implica a insustentabilidade de longo prazo da respectiva dívida pública, também as populações irão compreender que se as políticas públicas apenas forem direccionadas para o domínio económico, negligenciando o défice social causará, da mesma forma, uma insustentabilidade social no médio/longo prazo.

Em suma, gostaríamos de terminar este capítulo com uma reflexão optimista. Considerando que a inovação surge muito associada a períodos históricos de forte necessidade, o facto desta crise gerar uma insustentabilidade quer financeira quer social, contribui para a sociedade ter boas perspectivas de reformular não só a teoria económica como a própria intervenção política quer global quer local. A incorporação do valor do desenvolvimento multifacetado e integrado na actuação da humanidade constitui o real valor acrescentado que o projecto *GNH* contribui para o papel do Desenvolvimento na modernidade.

Endnotes

¹ g.f.telma@gmail.com

² apnbr@iscte.pt

³ catarinacarvalho_abreu@hotmail.com

⁴ gomestatiana5@gmail.com

⁵ A informação contida neste capítulo foi baseada na consulta do site Gross National Happiness Index (Studies, Gross National Happiness Index).

⁶ PIB em poderes de paridade de compra.

Bloco temático

Telma F. B. Gonçalves
Antônio P. N. B. R. Fonseca
Catarina C. A. Abreu
Tatiana O. Gomes

Domain	Indicator	Sub-indicator	Question	Response range (worst-best)	Threshold
Psychological wellbeing	Life satisfaction	Satisfaction with health	How satisfied are you with your health?	25 (Highest satisfaction score) - 5 (Lowest satisfaction score)	20-25 (Satisfaction score)
		Satisfaction with standard of living	How satisfied are you with your standard of living?		
		Satisfaction with occupation	How satisfied are you with your major occupation?		
		Satisfaction with family relationship	How satisfied are you with your family relationship?		
		Satisfaction with work life balance	How satisfied are you with your work life balance?		
	Spirituality	Spirituality level	How spiritual do you consider yourself?	16 (Highest spirituality score) - 4 (Lowest spirituality score)	12 (Spirituality score)
		Taking account of Karma in daily life	Do you consider Karma in the course of your daily life?		
		Prayer recitation	How often do you recite prayers?		
		Meditation	How often do you meditate?		
	Positive emotion	Frequency of feelings of calmness	During the past few weeks, how often do you experience calmness?	20 (Highest positive emotion score) - 5 (Lowest positive emotion score)	15-20 (Positive emotion score)
		Frequency of feelings of compassion	During the past few weeks, how often do you experience compassion?		
		Frequency of feelings of forgiveness	During the past few weeks, how often do you experience forgiveness?		
		Frequency of feelings of contentment	During the past few weeks, how often do you experience contentment?		
		Frequency of feelings of generosity	During the past few weeks, how often do you experience generosity?		
	Negative emotion	Frequency of feelings of selfishness	During the past few weeks, how often do you experience selfishness?	20 (Highest negative emotion score) - 5 (Lowest negative emotion score)	15-20 (Negative emotion score)
		Frequency of feelings of jealousy	During the past few weeks, how often do you experience jealousy?		
		Frequency of feelings of fear	During the past few weeks, how often do you experience fear?		
		Frequency of feelings of worry	During the past few weeks, how often do you experience worry?		
		Frequency of feelings of anger	During the past few weeks, how often do you experience anger?		

Gross National Happiness

Um novo contributo ao conceito de Desenvolvimento

Domain	Indicator	Sub-indicator	Question	Response range (worst-best)	Threshold
Health	Self reported health status	Self reported health status	In general, would you say your health is...	1 (Very poor)-5 (Excellent)	4 (Very good) or 5 (Excellent)
	Healthy days	Number of healthy days	Number of healthy days in the past 30 days	0 (Worst)-30(Best)	National average- 26 days
	Disability	Long term disability	Do you have any long term disabilities, health/ mental problems?	1 (Yes)-2 (No)	2 (No) & 4 (Sometimes) or 5 (Never)
		Activity limitations	Does the long-term disability restrict your activities?	1 (All the time)-5 (Never)	
	Mental health	General mental health	12 item General health questionnaire	0-15 (Severe distress)-21-36 (Normal mental wellbeing)	21-36 (Normal mental wellbeing)

Bloco temático

Telma F. B. Gonçalves
Antônio P. N. B. R. Fonseca
Catarina C. A. Abreu
Tatiana O. Gomes

Domain	Indicator	Sub-indicator	Question	Response range (worst-best)	Threshold	
Education	Literacy	Literacy level	Can you read and write in any of the languages?	1 (No)-2 (Yes)	2 (Yes)	
	Schooling	Formal education level	What is your highest level of education?	1 (No formal education)-8 (Postgraduate/PHD)	2 (Primary school)	
	Knowledge		Knowledge on local legend and folk stories	How would you rate your knowledge and understanding on local legend and folk stories?	25 (Highest knowledge score)-5 (Lowest knowledge score)	19-25 (Knowledge score)
			Knowledge on local tshechu	How would you rate your knowledge and understanding on local tshechu?		
			Knowledge on traditional songs	How would you rate your knowledge and understanding on traditional songs?		
			Knowledge on constitution	How would you rate your knowledge and understanding on constitution?		
			Knowledge on HIV/AIDS transmission	How would you rate your knowledge on how HIV/AIDS is transmitted?		
			Value			
	Stealing justifiable	Is stealing justifiable?				
	Lying justifiable	Is lying justifiable?				
	Creating disharmony in human relations justifiable	Is creating harmony in human relations justifiable?				
	Sexual misconduct	Is sexual misconduct justifiable?				

Gross National Happiness

Um novo contributo ao conceito de Desenvolvimento

Domain	Indicator	Sub-indicator	Question	Response range (worst-best)	Threshold
Cultural diversity and resilience	Speak native language	Ability to speak mother tongue	How well can you speak your mother tongue now?	1 (Not at all)-4 (Very well)	4 (Quite well) or 5 (Very well)
	Cultural participation	Number of days participated in socio-cultural activities	How many days do you spend in a year attending social and cultural activities (community festivals or choku of neighbours)?	1 (None)-5 (More than 20 days)	3 (6-12 days) or 4 (13-20 days) or 5 (More than 20 days)
	Zorig chusum skills (Artisan skills)	Artisan skills	Do you have any of the zorig chusum skills?	0 skill (Worst)-13 skills (Best)	One skill or more
	Driglam Namzha (code of etiquette and conduct)	Attitude	Is Driglam Namzha important?	1 (Not Important)-3 (Very Important)	3 (Very Important)-2 (Important) & 3 (Getting stronger)
		Change over time	How do you perceive the change in practice and observance of Driglam Namzha during the last few years?	1 (Getting weaker)-3 (Getting stronger)	

Bloco temático

Telma F. B. Gonçalves
António P. N. B. R. Fonseca
Catarina C. A. Abreu
Tatiana O. Gomes

Domain	Indicator	Sub-indicator	Question	Response range (worst-best)	Threshold
Good Governance	Government performance	Creating jobs	Rate the performance of government in creating jobs?	35 (Highest govt. performance score)-7 (Lowest govt.1 performance score)	28-25 (Government performance score)
		Reducing gap between rich and poor	Rate the performance of government in reducing gap between rich and poor?		
		Fighting corruption	Rate the performance of government in fighting corruption?		
		Preserving culture and traditions	Rate the performance of government in preserving culture and traditions?		
		Protecting environment	Rate the performance of government in protecting environment?		
		Providing educational needs	Rate the performance of government in providing educational needs?		
		Improving health services	Rate the performance of government in improving health services?		
	Fundamental rights	Freedom of speech and opinion	Do you feel that you have right to the freedom of speech and opinion?	1 (No)-2 (Yes)	Sufficiency in atleast 6 of the 7 sub-indicators
		To vote	Do you feel that you have right to vote?	1 (No)-2 (Yes)	
		To join political party of your choice	Do you feel that you have right to join political party of your choice?	1 (No)-2 (Yes)	
		To form tshogpa	Do you feel that you have right to form tshogpa?	1 (No)-2 (Yes)	
		Equal access and oppurtunity to join public service	Do you feel that you have right to equal access and oppurtunity to join public service?	1 (No)-2 (Yes)	
		To equal pay for work of equal value	Do you feel that you have right to equal pay for work of equal value?	1 (No)-2 (Yes)	
		Free from discrimination	Do you feel that you have right to the freedom from discrimination?	1 (No)-2 (Yes)	
	Services	Access to health care centre	How long does it usually take you to walk to the nearest health care centre?	1 (No)-2 (Yes)	Have sufficiency in all service sub-indicactors
		Electricity	Do you have electricity?	1 (No)-2 (Yes)	
		Method of waste disposal	How do you dispose your household waste?	1 (Dump on open land)- 7 (Compositing)	
		Source of water	What is the main source of water for your household?	1 (River, pond etc.)-8 (Piped in dwelling)	
		Quality of water	How would you rate the quality of your drinking water	1 (Very Poor)-5 (Very Good)	
	Political participation	Election	Will you vote in the next elections?	1 (No)-2 (Yes)	1 (No) & atleast once
		Zomdue participation	The frequency of zomdue attendance in the past 12 months		

Gross National Happiness

Um novo contributo ao conceito de Desenvolvimento

Domain	Indicator	Sub-indicator	Question	Response range (worst-best)	Threshold
Community vitality	Donation (time & money)	Amount of donation made in a year	In the past 12 months, did you donate money?	Amount of donation made in a year	10% of annual household income & 3 days of voluntary time
		Number of days volunteered in a year	During the past 12 months, how many days did you volunteer?	Number of days volunteered	
	Community relationship	Sence of belongingness in the community	How would you describe your sense of belonging to your local community?	1 (Weak)-3 (Very strong)	3 (Very strong) & 3 (Trust most of them)
		Trust in neighbours	How much do you trust your neighbours?	1 (Trust none of them)-4 (Trust most of them)	
	Family	Family members care about each other	Do the members of your family care about each other?	18 (Highest family score)-6 (Lowest family score)	15-18 (Family score)
		Wish you were not part of your family	Do you wish you were not part of your family?		
		Feel like a stranger in your family	Do you feel like a stranger in your family?		
		Enough time to spend with your family	Do you get enough time to spend with your family?		
		Lot of understanding in your family	Is there a lot of understanding in your family?		
		Family is a real source of comfort to you	Do you think family is a real source of comfort to you?		
	Safety	Victim of crime	Have you been a victim of crime in the last 12 months?	1 (Yes)-2 (No)	2 (No)

Domain	Indicator	Sub-indicator	Question	Response range (worst-best)	Threshold	
Ecological diversity and resilience	Ecological issues	Pollution of rivers and streams	Is pollution of rivers and streams an environmental issue of concern in your community?	1 (Major concern)-4 (Not a concern)	4 (Not a concern) or 3 (Minor concern) or 2 (Some concern) in at least 5 issues	
		Air pollution	Is pollution of air an environmental issue of concern in your community?	1 (Major concern)-4 (Not a concern)		
		Noise pollution	Is noise pollution an environmental issue of concern in your community?	1 (Major concern)-4 (Not a concern)		
		Absence of waste disposal sites	Is absence of waste disposal an environmental issue of concern in your community?	1 (Major concern)-4 (Not a concern)		
		Littering	Is littering an environmental issue of concern in your community?	1 (Major concern)-4 (Not a concern)		
		Landslides	Is landslide an environmental issue of concern in your community?	1 (Major concern)-4 (Not a concern)		
		Soil erosion	Is soil erosion an environmental issue of concern in your community?	1 (Major concern)-4 (Not a concern)		
		Floods	Is flood an environmental issue of concern in your community?	1 (Major concern)-4 (Not a concern)		
		Responsibility towards environment	Feelings of responsibility towards environment	Do you feel responsible for conserving the natural environment?		1 (Not at all responsible)-4 (Highly responsible)
	Wildlife damage	Wildlife constraint	Was wildlife a constraint to your crops during the last year?	1 (Major constraint)-4 (Not a constraint)	1 (Major constraint) & 1 (A lot) or 2 (Some)	
		Wildlife damage	Is pollution of rivers and streams an environmental issue of concern in your community?	1 (A lot)-4 (Not at all)		
	Urban issues	Ecological issues	Pollution of rivers and streams	Is pollution of rivers and streams an environmental issue of concern in your community?	1 (Major concern)-4 (Not a concern)	4 (Not a concern) or 3 (Minor concern) or 2 (Some concern) in at least 3 issues
			Air pollution	Is pollution of air an environmental issue of concern in your community?	1 (Major concern)-4 (Not a concern)	
			Noise pollution	Is noise pollution an environmental issue of concern in your community?	1 (Major concern)-4 (Not a concern)	
			Absence of waste disposal sites	Is absence of waste disposal an environmental issue of concern in your community?	1 (Major concern)-4 (Not a concern)	

Domain	Indicator	Sub-indicator	Question	Response range (worst-best)	Threshold
Living standards	Asset	Mobile telephone	Do you own a mobile?	1 (No)-2 (Yes)	2 or more electrical equipment or 5 acres of cultivable land or 5 livestock (Sufficiency in any one sub-indicators)
		Fixed line telephone	Do you own a fixed line telephone?	1 (No)-2 (Yes)	
		Personal computer	Do you own a personal computer?	1 (No)-2 (Yes)	
		Refrigerator	Do you own a refrigerator?	1 (No)-2 (Yes)	
		Colour Television	Do you own a colour television?	1 (No)-2 (Yes)	
		Washing machine	Do you own a washing machine?	1 (No)-2 (Yes)	
		Land	How many acres of land does your household own?	Number of cultivable land owned by the household	
		Livestock	How many livestock does your household own?	Number of livestock owned by the household	
	Housing	Type of toilet used	What kind of toilet facility does your household use?	1 (No toilet facility, open spaces)-5 (Flush toilet)	Sufficiency in all three sub-indicators
		Roof material	What type of roof material is mainly used for your dwelling?	1 (Slate/Bamboo/Straw/Wood/Mud)- 2 (Concrete/Brick/Stone/CGI/Metal)	
		Room ratio	How many rooms are there in the dwelling (exclude bathroom and toilet)?	Number of persons per room	
Household per capita income	Household per capita income	What was the total cash income for your household during the past 12 months?	Household income in Ngultrums	1.5 * Nu.1094.96	

Domain	Indicator	Sub-indicator	Question	Response range (worst-best)	Threshold
Time use	Work	Working hours			480 mins
	Sleep	Sleeping hours			480 mins

Bibliografia

Amaro, R. R. (2003).

Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? – da teoria à prática e da prática a teoria. *CADERNOS Africanos*, n.º 4, Janeiro / Julho, pp. 37-70.

Anastasi, A., & Urbina, S. (1997). *Psychological Testing*.

Barr, N. (2004). *Economics of the Welfare State*. Oxford: Oxford University Press.

BBC. (2011, Fevereiro 24). *BBC News UK*. Retrieved Dezembro 4, 2011, from ONS happiness survey questions revealed: <http://www.bbc.co.uk/news/uk-12566965>

Bhutan, G. (n.d.). *Gross National Happiness Commission*. Retrieved Novembro 2011, from Gross National Happiness Commission: <http://www.gnhc.gov.bt/>

Bhutan, N. S., & Bank, W. (2010). *Small Area Estimation of Poverty in Rural Bhutan*. Bhutan: National Statistics Bureau of Bhutan.

Centre, U. N. (n.d.). *UN News Service*. Retrieved Dezembro 4, 2011, from UN News Centre: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=39084>

Cooper, A. (2011, Março 10). *Gross National... Happiness?* Retrieved Dezembro 4, 2011, from The Huffington post – Canada: http://www.huffingtonpost.ca/andrew-cooper/happiness-public-policy_b_991029.html

Cummins, R. A. (2009). *Measuring population happiness to inform public policy*.

Daly, H. E., & Farley, J. (2004). *Ecological Economics: Principles and Applications*. In H. E. Daly, & J. Farley, *Ecological Economics: Principles and Applications* (p. 243). Island Press.

Deaton, A. (2010, Nov 25th). *Money and happiness*. Retrieved Dezembro 2011, from The Economist: http://www.economist.com/blogs/dailychart/2010/11/daily_chart_1

Diener, E., Diener, M., & Diener, C. (1995). *Factors predicting the subjective well-being of nations* (Vol. Vol 69(5)). *Journal of Personality and Social Psychology*.

Easterlin, R. Does Economic Growth improve human lot? Some empirical evidence.

Gallenkamp, M. (2010). *Between China, India and the Refugees: Understanding Bhutan's National Security Scenario*.

Graham, C., & Chattopadhyay, S. (2008, Outubro 24). *Gross National Happiness and the Economy*. Retrieved Dezembro 4, 2011, from Gross National Happiness and the Economy: http://www.brookings.edu/opinions/2008/1024_happiness_graham.aspx

International Conference on Gross National Happiness. Retrieved Novembro 2011, from International Conference on Gross National Happiness: <http://www.gnh-movement.org/index.php>

Kinga, K. U. (2004). *Bhutan – Sustainable Development Through Good Governance*.

Maslow, A. (1970). *Motivation and Personality*. New York: Harper & Row.

Mitchell, M. L., & Jolley, J. M. (2004). *Research Design Explained*. USA: Thomson Wadsworth.

OECD. (n.d.). *Better Life Index*. Retrieved Dezembro 2011, from Better Life Index: <http://www.oecdbetterlifeindex.org/#/111111111111>

Priesner, S. *Gross National Happiness – Bhutan's Vision of Development and its Challenges*. Bhutan: United Nations Development Programme.

Rodrigues, J. M. (2007). *Sistema de Normalização Contabilística*. Lisboa: Áreas Editora.

Samuel, H. (2009, Setembro 14). *The Telegraph*. Retrieved Dezembro 4, 2011, from Nicolas Sarkozy wants to measure economic success in 'happiness': <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/france/6189530/Nicolas-Sarkozy-wants-to-measure-economic-success-in-happiness.html>

Schreven, A.-M. (2008). *Some thoughts on Bhutan's democracy. Gross National Happiness: putting the concept into practice*. Kuensel Online.

Sen, A. (2002). *Rationality and Freedom*. United States of America: Harvard University Press.

Serrasqueiro, R. (2009). *Temas de Contabilidade de Gestão: Os Custos, os Resultados e a Informação para Gestão*. Lisboa: LivrosHorizonte,.

Studies, C. f. *GNH_VARIABLES*. Retrieved Novembro 2011, from GNH_VARIABLES: http://www.grossnationalhappiness.com/docs/GNH/PDFs/GNH_Variables.xls

Studies, C. f. *Gross National Happiness Index*. Retrieved from Gross National Happiness Index: <http://www.grossnationalhappiness.com/>

Studies, C. f. (2009). *Gross National Happiness Index Explained in Detail*. Bhutan: Centre for Bhutan Studies.

Studies, C. f. (2009). *Weighting*. Centre for Bhutan Studies.

Willenswaard, H. v. *Critical Holism: A New Development Paradigm Inspired by Gross National Happiness?*

GLOBALIZANDO LA SOLIDARIDAD

Jordi Estivill

La convocatoria de la asamblea de RIPESS-Europa en los próximos 5 y 6 de Julio en la norteña ciudad francesa de Lille (<http://www.ripesseu.net/en/infos/news/news-details/article/2nd-ripess-europe-congress-lille-5th-and-6th-july-2013-1.html>) es una ocasión para informar de ello, animar a que todas las personas interesadas acudan y participen y para reflexionar sobre la necesaria globalización de la solidaridad.

En efecto, si el capital se globaliza y cada vez más las decisiones que determinan nuestras condiciones de vida y de trabajo se toman a escala internacional porque no plantear globalizar la solidaridad. Una gran parte del combate actual y del futuro se lleva a cabo en este espacio. No podemos, ni debemos dejarlo en manos de unos flujos financieros incontrolados y depredadores. No podemos ni debemos solo refugiarnos en nuestros pueblos y barrios para construir a la economía solidaria. Hemos de esforzarnos por conectar nuestras iniciativas y luchas cotidianas y locales con los movimientos y organizaciones de otros países, de otros continentes. Cada avance de la emancipación social en el pueblo más recóndito de la tierra debe significar un progreso en el resto del mundo.

La conciencia de esta conexión internacional no es de hoy. Se remonta muy lejos y ya las primeras experiencias de la economía social del siglo diecinueve se planteaban por un lado como transmitir a otros sus resultados y así expandir y compartir sus conocimientos y por otro lado como hacer que el modelo democrático y participativo que no sin dificultades intentaban aplicar,

fuera cada vez más conocido y asumido en todo el mundo. Está fuera de dudas que el internacionalismo fue una de las características más presentes en el movimiento cooperativo, mutualista y asociativo, desde su nacimiento. No es posible aquí explicar detalladamente la historia de esta perspectiva que significaba saltarse las fronteras y que con límites y contradicciones ha llegado hasta nuestros días. La REVISTA ECONOMIA SOLIDARIA es una plataforma que intenta promover este dialogo intercontinental.

Ahora se plantea con nuevas coordenadas. Uno, porque la capacidad internacional de organización y decisión del capital y su influencia son muy superiores. Dos, porque existen organizaciones financieras y económicas como la llamada troika, que están minando la capacidad de decisión de los estados, los cuales se ven impotentes para solucionar los problemas de sus ciudadanos. Tres, porque ha crecido la conciencia que el mundo cada vez es más pequeño y más deteriorado. Cuatro, porque las nuevas tecnologías permiten a la vez conocer, con menos mediaciones, lo que pasa a miles de kilómetros y fácilmente relacionarse con personas y movimientos de fuera. Cinco, porque millares de iniciativas ya se están poniendo en contacto, intercambiando informaciones, bienes y servicios con el objetivo de construir otra economía y otra sociedad. El numero de proyectos y redes que potencian esta nueva manera de ver y de vivir crece y se multiplica.

La economía solidaria no puede vivir y desarrollarse ajena a este nuevo contexto. Y no lo hace. Se afirma en los cinco continentes. No es dominante ni mayoritaria, pero tampoco es insignificante y su avance es palpable en los cuatro rincones del mundo. Igualmente se organiza internacionalmente. Con esta intención se convocó una primera reunión en Lima en el año 1997. Después llegaron los encuentros de Quebec en 2001, Dakar en 2005 y Luxemburgo en 2009. En paralelo con otras cumbres sociales como Rio, Porto Alegre, Túnez últimamente, poco a poco y con grandes esfuerzos, se ha ido construyendo la Red Internacional de Promoción de la Economía Social y Solidaria (RIPESS). Lo que significa que ya existen las redes de América

del Norte y la del Sur, especialmente activa, la Africana y la Asiática y una comisión de coordinación que está organizando la próxima reunión que tendrá lugar en Manila (Filipinas) en el mes de Octubre de este año.

¿Y a escala Europea?. Pues, fue en el congreso de Luxemburgo que se decidió crear una Red Europea. Se trabajó en ello durante más de un año y en el mes de setiembre de 2011 se celebró en Barcelona el congreso fundacional, organizado por la Red de Economía Solidaria de Catalunya (<http://www.xes.cat/>) y gracias a los más de 50 voluntarios movilizados. Otro día habrá que narrar los estimulantes debates que tuvieron lugar entre las cerca de ciento cincuenta personas que participaron provenientes de Alemania, Bélgica, Francia, Luxemburgo, Italia, Rumania Hungría, Suiza y España. De Portugal vinieron seis personas representando a CRESAÇOR y a ANIMAR. Los esfuerzos realizados fueron satisfactorios. La ilusión por lo nuevo recorrió el congreso y de los resultados positivos del mismo cabe entresacar que la RIPESS-Europa (www.ripesseu.net/en/) tiene ya 22 miembros (redes nacionales, locales, sectoriales) un manifiesto, unos estatutos y su correspondiente reglamento y una comisión coordinadora

Esta comisión coordinadora ha estado trabajando, reuniéndose, obteniendo un mínimo de financiación, haciendo un balance de la situación en diferentes países, publicando cinco números de un boletín de noticias (<http://www.ripesseu.net/en/newsletter.html>) formulando proyectos, manteniendo una presencia internacional y procurando que funcionasen algunos grupos de trabajo. No ha sido un camino de rosas sobretodo porque no es fácil convencer a las miles de experiencias que existen, de la necesidad, utilidad y urgencia de un trabajo voluntario a escala europea y transnacional. Ahora, la celebración de la asamblea de Lille será una nueva oportunidad para hacer un balance del itinerario recorrido, de la situación actual y sobretodo para intentar definir como se construye otro mundo más igualitario, más sostenible y globalizar la solidaridad. En ello estamos.

Artigos

Os artigos não devem ultrapassar os 50 000 caracteres, incluindo notas e bibliografia. As divisões internas do texto deverão ser acompanhadas de subtítulos. Os textos devem ser impressos de um só lado de folhas A4, com margens amplas, a espaço e meio. Quando necessários, os quadros e tabelas são admitidos, desde que reduzidos ao mínimo possível.

Os gráficos, caso existam, têm que ser fornecidos em suporte informático separado, um para cada gráfico, em formato Excel (para sistemas operativos Microsoft Windows ou Apple Macintosh). Os manuscritos deverão ser enviados obrigatoriamente, no programa Microsoft Word (para sistemas operativos Microsoft Windows ou Apple Macintosh), para:

Ass. Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico

Rua D. Maria José Borges, 137-R/C

9500-466 Fajã Baixo Ponta Delgada

As citações devem aparecer entre aspas baixas (« e ») ou, quando maiores que três linhas, indentadas e também entre aspas baixas. Num ou noutro caso, terão que ser devidamente referenciadas em nota. As notas, deverão ser, obrigatoriamente colocadas no final do artigo e nunca em rodapé. Todas as obras citadas ou referenciadas devem estar compiladas no final do artigo, por ordem alfabética do apelido dos autores, obedecendo ao seguinte padrão:

Jeanne Marie PENVENNE, 1995. *African Workers and Colonial Racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962.* Johannesburg Witwatersrand University Press.

Nos artigos ou contribuições para obras colectivas, o título do artigo ou contribuição deve vir entre aspas baixas, seguido da indicação em itálico da revista ou título da obra colectiva, da indicação do volume e número da revista –ou local de edição e editora da obra–, e das páginas correspondentes ao artigo ou contribuição citada:

Alan K. SMITH, 1973. «The peoples of Southern Mozambique: an historical survey», *Journal of African History*, vol. XIV, (4), London, Cambridge University Press, pp. 565:580.

Os artigos deverão ser acompanhados de um resumo de não mais de 1 000 caracteres, sempre que possível também em inglês.

Recensões

Devem ter menos de 5 000 caracteres e seguir as normas acima discriminadas. A obra recenseada deve ser identificada pelo seu autor, data de edição, título, local de edição, editora, número de páginas e ilustrações (caso existam).

Todavia a matéria dos artigos e recensões é de inteira responsabilidade dos autores que os subscrevem. Todavia a matéria dos artigos e recensões é de inteira responsabilidade dos autores que os subscrevem.

Articles

Articles are limited to 50 000 characters, including notes and bibliography. Internal divisions of the text must carry subtitles. Texts should be printed in one-sided A4 paper, with large margins, and separations of 1,5 spaces between each line.

If tables and boxes are considered necessary, they should occupy as little space as possible. Graphic charts must be delivered in separated computer, one for each chart, in Excel (Windows or Macintosh) document to:

Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico

Rua D. Maria José Borges, 137-R/C

9500-466 Fajã Baixo Ponta Delgada

Quotations should appear between low commas (« and ») or, when longer than three lines, indented (also between low commas). In either case, they must be referred to in corresponding endnotes (and not in footnotes). All cited or referenced books should be listed in the end of the article, by author's surname in alphabetical order, according to the following pattern:

Jeanne Marie PENVENNE, 1995. *African Workers and Colonial Racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962.* Johannesburg Witwatersrand University Press.

In the case of articles or contributions in collective books, the title must be mentioned between low commas, followed by the name of the journal or the collective book, in italic; and indicating the volume and number of the journal, or the place and publisher of the book, as well as the corresponding pages of mentioned article or contribution:

Alan K. SMITH, 1973. «The peoples of Southern Mozambique: an historical survey», *Journal of African History*, vol. XIV, (4), London, Cambridge University Press, pp. 565:580.

The articles must be preceded by a short abstract of 1 000 characters or shorter, in English.

Reviews

Reviews should have 5 000 characters or less and follow the rules indicated above for articles. The reviewer must necessarily identify the reviewed work by author, date, title, place, publisher, number of pages, and illustrations (if included).

The contents of the published articles and reviews are of their author's full responsibility.



aceesa

Associação Centro de Estudos de
Economia Solidária do Atlântico

Aceesa

**Associação Centro de Estudos
de Economia Solidária do Atlântico**

Rua D. Maria José Borges, 137
R/C – Esq. 9500-466 Fajã de Baixo
Ponta Delgada – São Miguel – Açores – Portugal

T +351 296 281 554

F +351 296 281 542

ceesageral@gmail.com

www.aceesa-atlantico.org

Vendas online

Permuta de Revistas

Solicita-se permuta

Se solicita el intercambio con otras revistas

Exchange desired

Nous prions echange